

DIAGNÓSTICO SOCIAL

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE GOUVEIA



REDE SOCIAL DE GOUVEIA



Diagnóstico Social de Gouveia

Núcleo Executivo da Rede Social de Gouveia

Contacto:

Rede Social de Gouveia

Município de Gouveia

Av. 25 de Abril – 6290-554 Gouveia

Telf.: 238 490 210 – Fax: 238 494 686

E.mail: redesocial@cm-gouveia.pt

Última atualização aprovada em reunião de plenário de 11-03-2019

2019 - 2022

Índice Geral

Introdução -----	9
Programa “Rede Social -----	11
1. Enquadramento-----	11
2. Metodologia-----	15
3. Órgãos Rede Social-----	16
I – Demografia -----	19
1. População residente e densidade populacional-----	20
2. Crescimento da população-----	22
3. Caracterização dos grupos etários -----	24
4. Perfil da população: estado civil e dimensão das famílias-----	26
5. Óbitos ocorridos no Concelho de Gouveia-----	27
6. Novas tendências demográficas-----	28
7. Outros indicadores demográficos -----	30
Demografia – Problemas e desafios-----	31
II – Saúde -----	32
1. Organização do Serviço de Saúde no Distrito-----	33
2. Organização do Serviço de Saúde no Concelho-----	35
3. Indicadores de Saúde-----	50
Saúde – Problemas e desafios-----	53
III – Educação -----	55
1. Nível de ensino da população residente no Concelho de Gouveia-----	56
2. Caracterização do ensino em Gouveia-----	58
Educação – Problemas e desafios-----	72

IV – Ação Social -----	75
1. Crianças e Jovens-----	76
2. Famílias-----	80
3. Idosos-----	95
4. Deficiência-----	100
Ação Social – Problemas e desafios-----	102
V – Habitação -----	107
1. Panorama geral da habitação no Concelho-----	108
2. Património Imobiliário do Município-----	111
Habitação - Problemas e desafios-----	114
VI – Formação, Emprego e Atividades Económicas -----	116
1. Formação-----	116
2. Emprego e atividades económicas-----	119
3. Tecido empresarial-----	125
Formação, Emprego e Atividades Económicas - Problemas e desafios-----	127
VII – Segurança -----	130
1. Polícia de Segurança Pública-----	131
2. Guarda Nacional Republicana-----	135
Segurança- Problemas e desafios-----	139
VIII – Ambiente -----	141
1. O Ambiente e sua Evolução -----	141
2. Intervenção ambiental-----	144
3. Caraterização Física-----	147
4. Caraterização Climática-----	151
5. Solos-----	154
6. Análise do histórico e da causalidade dos incêndios florestais-----	155
7. Resíduos-----	158
8. Sensibilização Ambiental-----	167
Ambiente – Problemas e desafios-----	170
IX-Economia Social -----	173

1. Iniciativas Locais-----	175
2. Equipamentos de Cultura, Recreio e Lazer-----	175
3. Estruturas Locais de Cultura, Recreio e Lazer-----	177
Economia Social – Problemas e desafios-----	181
Bibliografia-----	182

Índice de Gráficos

Gráfico I. 1	– Evolução da população residente no Concelho de 1930 a 2017-----	20
Gráfico I. 2	– População residente nas localidades do Concelho-----	21
Gráfico I. 3	– Evolução do crescimento natural da população residente entre----- 2001 e 2017	23
Gráfico I. 4	– Evolução dos grupos etários entre 1920 e 2017-----	24
Gráfico I. 5	– População residente segundo o sexo e o estado civil-----	26
Gráfico I. 6	– Evolução do número médio de pessoas por família----- entre 2001 e 2011	26
Gráfico I. 7	– Óbitos no Concelho de Gouveia entre 2006 e 2017-----	27
Gráfico I. 8	– Óbitos por faixa etária entre 2006 e 2017-----	27
Gráfico I. 9	– População estrangeira com estatuto legal de residente no Concelho-----	28
Gráfico III. 1	– População residente segundo o grau de instrução----- e o género em 2011	57
Gráfico III. 2	– Taxa de nacional e local de analfabetismo, por género em 2011-----	57
Gráfico III. 3	– Frequência de alunos entre 2001/2002 a 2017/2018-----	58
Gráfico IV. 1	– Loja Social - N.º de famílias e pessoas apoiadas em 2017-----	83
Gráfico IV. 2	– Distribuição da população com idade igual ou superior a 65 anos ---- por localidade	96
Gráfico VI. 1	– Número de indivíduos empregados por faixa etária-----	121
Gráfico VI. 2	– Número de desempregados por localidade e categoria-----	123
Gráfico VIII. 1	– Distribuição da área ardida e do número de ocorrências----- entre 2000 e 2012	156

Índice de Mapas

Mapa III. 1 – Localização das estruturas de Ensino-----	60
Mapa VIII. 1 – Parque Natural da Serra da Estrela-----	147
Mapa VIII. 2 – Divisão Concelhia do Distrito da Guarda-----	148
Mapa VIII. 3 – Divisões administrativas das freguesias do Concelho de Gouveia---	149
Mapa VIII. 4 – Modelo Digital do Terreno do Concelho de Gouveia-----	150
Mapa VIII. 5 – Distribuição da área ardida do Concelho de Gouveia-----	156

Índice de Quadros

Quadro 1 – Parceiros Conselho Local de Ação Social – 2018-----	18
Quadro I. 1 - Indicadores Comparativos entre o Concelho e a Região-----	20
Quadro I. 2 – População e densidade populacional nas localidades do Concelho-----	21
Quadro I. 3 – Crescimento da população entre 2001 e 2011-----	22
Quadro I. 4 – Grupos etários segundo género e idade em 2011 e 2017-----	25
Quadro I. 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente-----	29
por algumas nacionalidades	
Quadro I. 6 – Indicadores de população entre 2013 e 2017-----	30
Quadro I. 7 – Indicadores de população entre 2013 e 2017(cont.)-----	30
Quadro II. 1 - Infraestruturas de Saúde-----	35
Quadro II. 2 - Distribuição dos utentes inscritos no Centro e Saúde e suas -----	37
extensões no ano 2017	
Quadro II. 3 - Caracterização dos utentes inscritos no Centro de Saúde em 2017-----	38
Quadro II. 4 - Programas/Projetos da UCC Gouveia-----	41
Quadro II. 5 – Constituição da equipa da Unidade de Cuidados Continuados -----	42
Quadro II. 6 – Consultas médicas efetuadas no Centro de Saúde e-----	43
extensões em 2017	
Quadro II. 7 - Atividade de enfermagem efetuada no centro de saúde e-----	44
extensões em 2017	
Quadro II. 8 – Recursos Humanos-----	45
Quadro II. 9 – Serviços médicos prestados na ABPG em 2017-----	46
Quadro II. 10 –Serviços médicos prestados na ABPG no âmbito-----	46
dos Cuidados Continuados	
Quadro II. 11 – Serviços médicos prestados na ABPG em 2017-----	48
Quadro II. 12 – Exames complementares realizados na ABPG em 2017-----	48
Quadro II. 13 –Pessoal técnico da ABPG em 2017, na área da saúde-----	49
Quadro II. 14 – Taxas de bruta natalidade, mortalidade por NUT e-----	50
Concelho em 2016	
Quadro II. 15 - Distribuição de óbitos no concelho de Gouveia no ano de 2017-----	51
Quadro II. 16 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório-----	51
e taxa de mortalidade por tumores malignos por NUT em 2017	
Quadro II. 17 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal e mortalidade-----	52

infantil no período de 2013 a 2017

Quadro III. 1	– População residente segundo o nível de instrução e idade em 2011---	56
Quadro III. 2	– Evolução do número de alunos matriculados no concelho----- entre os anos letivos 2001/2002 a 2017/2018 por nível de ensino	59
Quadro III. 3	– Evolução do número de crianças matriculadas no ----- Pré-escolar Público no concelho	61
Quadro III. 4	– Evolução do número de crianças matriculadas no ----- Pré-escolar Privado no concelho	62
Quadro III. 5	– Caraterização da Educação Pré-escolar no concelho no ano----- letivo 2017/2018	62
Quadro III. 6	– Evolução do número de alunos matriculadas no 1º CEB ----- no concelho	63
Quadro III. 7	– Caraterização do 1º CEB no Município de Gouveia ----- no ao letivo 2017/2018	65
Quadro III. 8	– Evolução do número de alunos matriculados no 2º e 3º CEB ----- no concelho	66
Quadro III. 9	– Caraterização do 2ºe 3º CEB no Município de Gouveia----- no ano letivo 2017/2018	66
Quadro III. 10	– Evolução do Ensino Secundário no Município----- de Gouveia de 2003/2004 a 2013/2014	66
Quadro III. 11	– Caraterização da oferta formativa na Escola Secundária----- de Gouveia no ano letivo 2013/2014	67
Quadro III. 12	– Caraterização do Ensino Profissional no IG no ----- ano letivo 2013/2014	67
Quadro III. 13	– Evolução da frequência de aluno no IG – Escola Profissional----- Ensino Profissional nos anos letivos de 2003/2004 a 2009/2010	68
Quadro III. 14	– Número de Alunos inscritos no IG – Escola Profissional,----- por curso, de 2009/2010 a 2013/2014	68
Quadro III. 15	– Área de residência dos alunos que frequentam o----- IG – Escola Profissional de Gouveia no ano letivo 2013/2014	69
Quadro III. 16	– Caraterização dos CEFS no Concelho de Gouveia no----- ano letivo 2017/2018	70
Quadro III. 17	– Número de alunos com NEE no Concelho de Gouveia,----- por nível de ensino, nos anos letivos 2014/2015 a 2018/2019	71

Quadro IV. 1- Respostas de apoio às crianças e jovens em 2017-----	77
Quadro IV. 2- Crianças/Jovens Acompanhados por Escalão Etário-----	78
/Problemática Diagnosticada/Sexo em 2017	
Quadro IV. 3 – Instituições de apoio à família-----	81
Quadro IV. 4 – N.º de pessoas/ famílias apoiadas através da-----	84
medida Gouveia + Solidária	
Quadro IV. 5 – Incentivo à Natalidade e Apoio à Creche-----	85
Quadro IV. 6 - Valor médio da prestação RSI por agregado familiar 2017-----	88
Quadro IV. 7 - Número de agregados familiares, por tipos de família, -----	89
com processamento RSI 2017	
Quadro IV. 8 - Número de agregados familiares, residentes nas freguesias do -----	89
concelho de Gouveia, com processamento RSI 2017	
Quadro IV. 9 - Número de processos RSI deferidos, indeferidos, cessados, -----	90
suspensos e arquivados em 2017	
Quadro IV. 10 - Tipologia dos agregados familiares acompanhados, -----	92
residentes no concelho de Gouveia em dezembro de 2017	
Quadro IV. 11 - Processos familiares ativos de residentes nas freguesias do -----	92
concelho de Gouveia, por tipo de perfil, em dezembro de 2017	
Quadro IV. 12 - N.º de Apoios Económicos Processados e Montantes, -----	93
por Rubrica, pela Equipa de Gouveia em 2017	
Quadro IV. 13 – PEA – Cantinas Sociais do concelho 2017-----	94
Quadro IV. 14 – IPSS com respostas de apoio à população idosa-----	97
existentes no concelho de Gouveia, em dezembro 2017	
Quadro IV. 15 – Teleassistência-----	99
Quadro IV. 16 – Instituições de apoio a pessoas portadoras de deficiência-----	100
Quadro IV. 17 - Centro de Atividades Ocupacionais ABPG-----	101
Quadro V. 1 - Tipo de Famílias e de Alojamentos nas localidades do concelho-----	108
Quadro V. 2 - Alojamentos Clássicos segundo a forma de ocupação-----	109
Quadro V. 3 - Edifícios segundo a época de construção (1919-2011)-----	109
Quadro V. 4 - Alojamentos Familiares segundo as instalações existentes-----	110
Quadro V. 5 - Alojamentos familiares de residência habitual segundo-----	111
regime de propriedade e arrendamento	
Quadro V. 6 - Índice de Lotação dos alojamentos clássicos ocupados-----	111
como residência habitual	

Quadro V. 7 - Património Imobiliário propriedade do Município	112
Quadro V. 8 – Caraterização sociodemográfica dos agregados familiares	112
Residentes nas habitações sociais em 2017	
Quadro V. 9 - Edifícios licenciados para habitação familiar segundo	113
o tipo de obra	
Quadro VI. 1- Ações formativas desenvolvidas pelo Centro de Emprego	117
e Formação profissional de Seia em 2017	
Quadro VI. 2- Qualificação profissional com programa escolar em 2017	117
– Núcleo de Reabilitação Profissional	
Quadro VI. 3- Educação e Formação de Adultos em 2017	119
– Qualificação Profissional com Programa Escolar	
Quadro VI. 4 – Evolução da população ativa em Gouveia	120
Quadro VI. 5 – População ativa empregada, segundo atividade económica	122
Quadro VI. 6 – Caraterização dos desempregados por género em 2017	123
Quadro VI. 7 – Habilitações Literárias dos desempregados em 2017	124
Quadro VI. 8 – Número de indivíduos desempregados por faixa etária	124
de 2015 e 2017	
Quadro VI. 9 -Sociedades não financeiras e financeiras por sector	125
de atividade económica	
Quadro VI. 10 - Volume de negócios das empresas não financeiras	126
(Euro: milhares)	
Quadro VII. 1- Análise criminal do concelho de 2010-2017 - PSP	135
Quadro VII. 2 – Acidentes de viação no concelho de 2010 a 2017 – GNR	136
Quadro VII.3 – Crimes de Violência doméstica de 2010 a 2017 - GNR	137
Quadro VII. 4 – Análise Criminal do Concelho de Gouveia 2010-2013	138
Quadro VIII - 1 – Freguesias do concelho de Gouveia	149
Quadro VIII. 2 – Localização das estações meteorológicas	152
Quadro VIII. 3 – Valores médios anuais da humidade relativa do ar	153
Quadro VIII. 4 – Composição da Associação de Municípios da Região	158
do Planalto Beirão - Ecobeirão	
Quadro VIII. 5 – Produção anual de resíduos urbanos (toneladas)	160
no Concelho, encaminhadas para aterro sanitário	
Quadro VIII. 6 – Quantitativo de resíduos separados ao nível dos	161
ecopontos	

Introdução

O Diagnóstico Social, permite perceber a realidade social local ao incluir o reconhecimento das necessidades e a deteção dos problemas prioritários e respetivas causas, bem como, os recursos e potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento. O Diagnóstico Social pretende ir mais longe, uma vez que se constitui numa análise por áreas problemáticas permitindo uma compreensão mais lata dos problemas que afetam o nosso Concelho, assim como os desafios inerentes.

Por ser um instrumento que resulta da participação de diversos parceiros e indivíduos, é um documento facilitador da interação, organizando e orientando a comunicação entre eles, tornando-se parte integrante do processo de intervenção e criando as condições institucionais para o seu sucesso. Ao mesmo tempo que fortalece e cimenta as relações de parceria, no sentido em que resulta de uma ação conjunta, orientada por objetivos concretos e na qual todos se revêm, porque é um resultado coletivo.

Deste modo, o atual Diagnóstico Social do Concelho de Gouveia é um documento de desenvolvimento estratégico do Concelho construído através da colaboração entre as várias entidades sob a coordenação do Município. Este Diagnóstico resulta de um trabalho de continuação e atualização do anterior, realizado em 2004 e atualizado pela última vez em 2014.

Na presente atualização do Diagnóstico Social foram introduzidos novos dados que permitiram uma visão mais lata do Concelho relativamente às várias problemáticas que agora se enumeram, possibilitando uma análise estratégica e de planeamento da realidade social atual do Concelho.

A abordagem para a atualização do Diagnóstico Social foi eminentemente participativa, valorizando a informação e experiência dos atores locais que trabalham nas diferentes áreas identificadas.

Este Diagnóstico, de natureza dinâmica e inacabada, deve sofrer novos inputs, de todos os parceiros, resultantes de dados, informações mais atualizadas, identificação de novas problemáticas e/ou transformação das existentes.

Pretende-se que este seja, essencialmente, um documento de trabalho, que fundamente a intervenção social futura da Rede Social e de todos os seus parceiros.

Sabendo que este é um processo sempre em construção e que, apesar de nenhum documento ou procedimento estar isento de lacunas, estamos convictos que este é um instrumento capaz de sustentar um planeamento eficaz para a intervenção social, a curto e médio prazo no Concelho de Gouveia.

Programa “Rede Social”

1. Enquadramento

A Rede social é um Programa criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho.

Com este Programa pretendeu-se fomentar uma consciência coletiva e responsável dos problemas sociais e incentivar a implementação de redes de apoio social integrado com funcionamento a nível local. Assim a Rede Social procura lançar e reforçar os fundamentos que promovem a articulação e congregação de esforços entre os agentes sociais ativos no Concelho com vista a dois grandes objetivos fundamentais: combate à pobreza e exclusão social e promoção do desenvolvimento social.

Destes objetivos decorrem os seguintes:

- desenvolver uma parceria efetiva e dinâmica que articule a intervenção social dos diferentes agentes locais;
- promover um planeamento integrado e sistemático, potenciando sinergias, competências e recursos a nível local;
- garantir uma maior eficácia do conjunto de respostas nos concelhos e freguesias.

Pretende-se assim com este Programa:

- induzir o planeamento estratégico participado;
- promover a coordenação das intervenções ao nível concelhio e de freguesia;
- procurar soluções para os problemas das famílias e pessoas em situação de pobreza e exclusão social;
- formar e qualificar agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento local, no âmbito da Rede Social;
- promover uma cobertura adequada do concelho por serviços e equipamentos;
- potenciar e divulgar o conhecimento sobre as realidades concelhias.

Este Programa deve ser visto como uma medida de política social ativa, baseada numa filosofia de desenvolvimento e consolidação de uma consciência coletiva dos problemas sociais, que pretende potenciar e alargar o trabalho de parceria, contribuindo desta forma para a criação/ desenvolvimento de resposta e otimização de recursos existentes no Concelho.

De modo a dar cumprimento a estes objetivos fundamentais a Rede Social deve ser orientada pelos seguintes princípios de ação:

Princípio de subsidiariedade

O modelo instituído para funcionamento da Rede Social, significa que é no território, local que os problemas terão de ser resolvidos. É próximo das populações que se deve atuar, de uma forma concertada, articulada e preventiva, pois, é a este nível que:

- se identificam os problemas e as necessidades, os recursos, as potencialidades e identidades dos agentes de mudança;
- se podem ensaiar, inovar e desenvolver ações de intervenção coletiva visando a resolução de problemas concretos locais. Neste contexto, a aplicação deste princípio implica reconhecer que, só depois de explorados os recursos e competências locais, se apela a outros níveis sucessivos de encaminhamento e resolução dos problemas.

O local é o espaço privilegiado de desenvolvimento de processos participativos, no exercício de uma democracia efetiva e de formas de regulação social, em que o Estado, sociedade civil organizada e cidadãos se unem, criando fatores de mudança propiciadores da inserção dos mais desfavorecidos e do desenvolvimento social.

A resolução depende muitas vezes em primeira mão das pessoas, devendo por isso ser associadas às suas soluções.

Princípio de Integração

A integração social, como um dos princípios fundamentais de todo o trabalho social, faz apelo ao desenvolvimento de intervenções integradas e multisectoriais para responder eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos de pobreza e exclusão social.

O princípio de integração social deverá assentar:

- na convergência das medidas económicas, sociais e ambientais entre outras, com vista à promoção das comunidades locais, através de ações planificadas, executadas e avaliadas de uma forma conjunta;

- no incremento de projetos locais de desenvolvimento integrado, fazendo apelo à participação de todos os intervenientes locais e à congregação dos recursos de todos, para a resolução dos problemas sociais.

Princípio de Articulação

Este princípio traduz a necessidade de articular a ação dos diferentes agentes com atividade num território, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades.

Assim, em consonância com este princípio, a Rede Social deve constituir um suporte da ação, permitir mobilizar os recursos e as competências existentes na comunidade e contribuir para a promoção de projetos de ação coletivos.

A construção da parceria, em torno de objetivos comuns, pressupõe:

- definir o objeto da cooperação e equacionar em conjunto o contributo de cada parceiro;
- definir ações concretas, envolvendo os parceiros, que permitam ajustar os diferentes modos de intervenção e proporcionar uma aprendizagem da cooperação;
- coresponsabilizar os parceiros envolvidos no desenvolvimento e sucesso do conjunto das ações, pressupondo que os vários agentes definam, uma estratégia comum.

A cooperação entre parceiros é um processo negociado que deve ter em conta a diversidade de interesses. É, pois, importante que as parcerias funcionem de uma forma simples e desburocratizada, que facilitem o diálogo, a participação e a decisão, que sejam flexíveis na procura de soluções para a resolução dos problemas ou para a criação de novas respostas.

O princípio de articulação, no quadro do desenvolvimento da Rede Social, aponta para a criação de uma parceria estratégica integrando as parcerias sectoriais existentes num dado território e cuja esfera de atuação se centra na planificação e coordenação das atividades dos diferentes atores envolvidos.

Princípio de Participação

O princípio de participação significa que o combate à pobreza e à exclusão social, numa perspetiva da promoção do desenvolvimento social, é tanto mais efetivo quanto resulte de um processo amplamente participado. No quadro da Rede Social a participação deve alargar-se aos atores locais e às populações, em particular às mais desfavorecidas e estender-se a todas as ações desenvolvidas no quadro do Programa.

Assim, este princípio pressupõe:

- a tomada de consciência das entidades e populações locais dos problemas que originam a pobreza e a exclusão social;
- a mobilização dos atores e populações locais em torno de ações concretas que visem a solução dos problemas existentes;
- o apoio à organização e mobilização das pessoas que vivem em situação de exclusão para que participem na resolução dos problemas.

Por outro lado, é essencial reforçar a importância das organizações de base associativa, como instrumentos que contribuem para o reforço dos elos sociais e para o protagonismo que as populações devem ter nos processos de desenvolvimento que as visam.

Princípio de Inovação

Face à emergência de novas problemáticas e às mutações sociais que ocorrem a um ritmo acelerado, torna-se imprescindível que as novas políticas, medidas e programas sejam portadores de inovação para se adequarem às realidades em presença.

A Rede Social integra perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social, ao desenvolvimento de uma parceria estratégica baseada numa ampla democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento intersectorial da intervenção social no local.

Contudo este processo só terá sequência na medida em que também se traduza na criação de dinâmicas de inovação nos processos de trabalho e nas práticas.

Neste sentido, importa caminhar para a descentralização efetiva dos serviços, para a desburocratização dos procedimentos dos organismos públicos e privados, para a circulação e partilha da informação, para a criação de um sistema de comunicação fácil

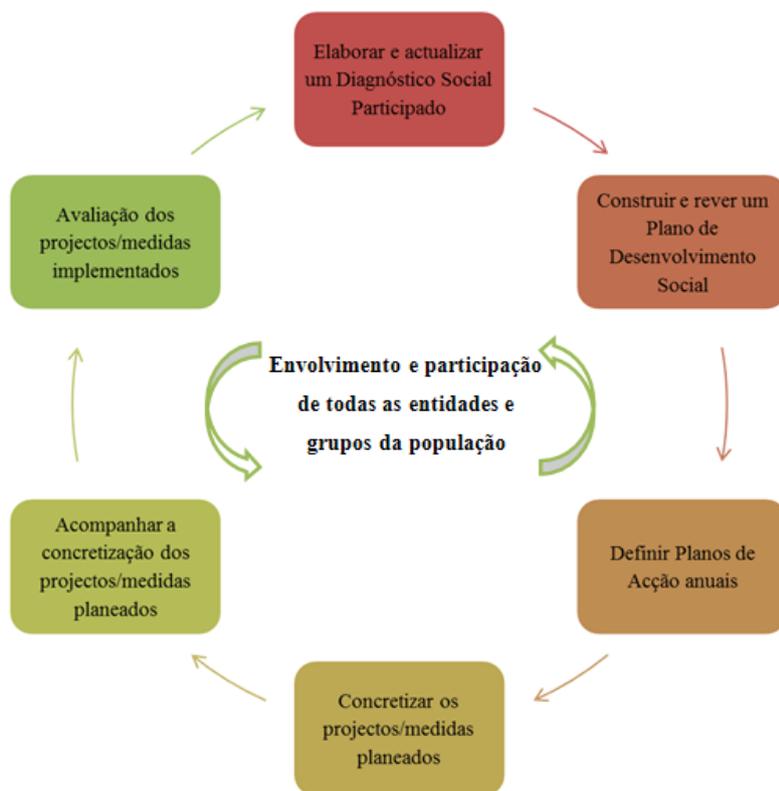
e acessível entre os serviços e os cidadãos e para formas de atuação que motivem a participação das comunidades locais.

2. Metodologia

O Programa Rede Social assenta na implementação de estratégias de planeamento ativas e participadas baseadas num processo que implica levar a efeito várias etapas de trabalho interligadas entre si (Esquema I):

- elaboração do Diagnóstico Social participado, instrumento que dá conta das principais dinâmicas sociais locais (concelhias e, em princípio, das respetivas freguesias), através de indicadores de base que contribuam para desenhar, implementar e manter atualizados Sistemas locais de Informação;
- elaboração e operacionalização do Plano de Desenvolvimento Social fixando os objetivos e as estratégias de intervenção, a médio e/ou longo prazo;
- elaboração e concretização dos Planos de Ação;
- definição do processo de Avaliação.

Esquema 1 – Metodologia de Planeamento Estratégico



Fonte: Programa da Rede Social de 2001 – Núcleo da Rede Social do Instituto para o Desenvolvimento Social

3. Órgãos da Rede Social

As medidas necessárias à prossecução dos objetivos e das ações de intervenção, no âmbito da rede social, são assumidas localmente pelos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) e pelas Comissões Sociais de Freguesia (CSF).

Comissões Sociais de Freguesia

As CSF são compostas pelas Juntas de Freguesia (e, em princípio, presididas pelos seus Presidentes), organismos da administração pública central implantados na área, outras entidades particulares sem fins lucrativos e representantes de grupos sociais, com relevância na intervenção local.

Conselho Local de Ação Social

O CLAS de Gouveia foi constituído no dia 09 de Junho de 2001. Dele fazem parte, como parceiros, várias entidades públicas e privadas (Quadro 1), que a ele aderiram voluntariamente, o que torna este órgão um local de concertação e congregação de esforços funcionando como um espaço privilegiado de diálogo, análise dos problemas e planeamento da intervenção direta ou indireta na área social.

Os órgãos do Conselho Local de Ação Social são o Plenário e o Núcleo Executivo.

O Plenário tem um funcionamento e competências semelhantes a um órgão deliberativo. Reúne-se ordinariamente três vezes por ano e nele estão representadas todas as entidades aderentes.

O Núcleo Executivo é um órgão técnico-operativo do CLAS e é composto por sete elementos, dos quais um representante da Câmara Municipal, da Segurança Social, de uma entidade sem fins lucrativos, dos serviços de saúde, dos serviços de educação, dos serviços de emprego e das Juntas de Freguesia (os cinco últimos eleitos pelo CLAS).

Quadro 1 – Parceiros Conselho Local de Ação Social – 2018

ADNGouveia - Agência para o Desenvolvimento de Negócios de Gouveia
ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela
Agrupamento de Escolas de Gouveia
Associação Beneficência, Cultural e Recreativa de Melo
Associação Comercial de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres
Associação Cultural e Recreativa de Vila Nova de Tazem
Associação Amigos de Nespereira
Associação de Beneficência Cultural e Recreativa de Lagarinhos
Associação de Beneficência Popular de Gouveia
Associação de Jovens para a Solidariedade
Associação de Voluntários de Ação Social de Vila Cortês Serra
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Folgoso
Associação dos Bombeiros Voluntários de Gouveia
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melo
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Tazem
Associação Lar de Folgoso
Cáritas Paroquial de Gouveia
Casa do Povo de Vila Nova de Tazem
Centro de Assistência, Cultura e Recreio de Arcozelo da Serra
Centro de Assistência Cultural e Recreio de Paços da Serra
Centro de Assistência e Cultura de Vila Franca da Serra
Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda
Centro de Respostas Integradas – ARS do Centro
Centro de Saúde de Gouveia
Centro Distrital da Segurança Social
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Assunção de Vila Nova de Tazem
Centro Social Paroquial de Figueiró da Serra
Centro Social Paroquial de Nabais
Centro Social e Paroquial de Vinhó
Comissão de Melhoramentos de Freixo da Serra "Lar de Nossa Senhora do Ó"
Conselheira Local para a Igualdade
Filarmónica Amizade de Arcozelo da Serra
Fundação “A Nossa Casa”
Fundação Dona Laura dos Santos
Grupo Aprender em Festa
Grupo Pró-Vilanovense
Guarda Nacional Republicana

IG-Escola Profissional de Gouveia
Junta de Freguesia de Arcozelo da Serra
Junta de Freguesia de Cativelos
Junta de Freguesia de Folgoso
Junta de Freguesia de Nespereira
Junta de Freguesia de Paços da Serra
Junta de Freguesia de Ribamondego
Junta de Freguesia de São Paio
Junta de Freguesia de Vila Cortês da Serra
Junta de Freguesia de Vila Franca da Serra
Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem
Liga dos Amigos de Ribamondego
Liga dos Amigos de Rio Torto
Liga Humanitária Social e Cultural de Aldeias
Liga Promoção Humanitária Cultural S. Paio
Município de Gouveia
Parque Natural Serra da Estrela
Polícia de Segurança Pública
Santa Casa de Misericórdia de Gouveia
Sociedade Recreativa e Musical de Moimenta da Serra
União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra
União das Freguesias de Figueiró e Freixo da Serra
União das Freguesias de Gouveia (São Pedro e São Julião)
União das Freguesias de Melo e Nabais
União das Freguesias de Moimenta e Vinhó
União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos
Urze-Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

I – Demografia

A Demografia é a ciência que estuda as características das populações humanas e exprime-se geralmente através de valores estatísticos.

Atualmente a população portuguesa tem vindo a aumentar, embora o crescimento natural (natalidade menos a mortalidade) seja cada vez menor, originando um envelhecimento cada vez maior do país e conseqüentemente a inexistência da renovação de gerações. O aumento da esperança média tanto nos homens como nas mulheres tem sido crucial para que se verifique este envelhecimento populacional. O maior crescimento da população tem-se verificado nos distritos costeiros principalmente Setúbal, Porto, Aveiro e Braga, mas continua a diminuir nos distritos do interior, levando à desertificação do mesmo.

Entre 2015 e 2016, face ao total de população residente, a proporção de jovens (população dos 0 aos 14 anos de idade) passou de 14,1% para 14%; a proporção de pessoas em idade ativa (população dos 15 aos 64 anos de idade) também diminuiu de 65,2% para 64,9%; em contrapartida, a proporção de pessoas idosas (população com 65 ou mais anos de idade) aumentou de 20,7% para 21,1%. Em consequência, o índice de envelhecimento passou de 146 pessoas idosas por cada 100 jovens, em 2015, para 150 pessoas idosas por cada 100 jovens, em 2016.

Em 2016, o número de emigrantes permanentes (38 273) ultrapassou novamente o de imigrantes permanentes (29 925), resultando num saldo migratório negativo (- 8 348), inferior ao estimado para 2015 (- 10 481).

No que respeita à emigração temporária, as estimativas para 2015 apontam para que tenham saído do país cerca de 60 826 pessoas com intenção de permanecer no estrangeiro por um período inferior a um ano. Em 2016 esse valor desceu para 58 878 pessoas.

Com este capítulo procuramos dar a conhecer o panorama da população residente e densidade populacional, bem como referir dados do crescimento da população caracterizando os grupos etários. Por fim, procedemos a uma abordagem das novas tendências demográficas.

1. População residente e densidade populacional

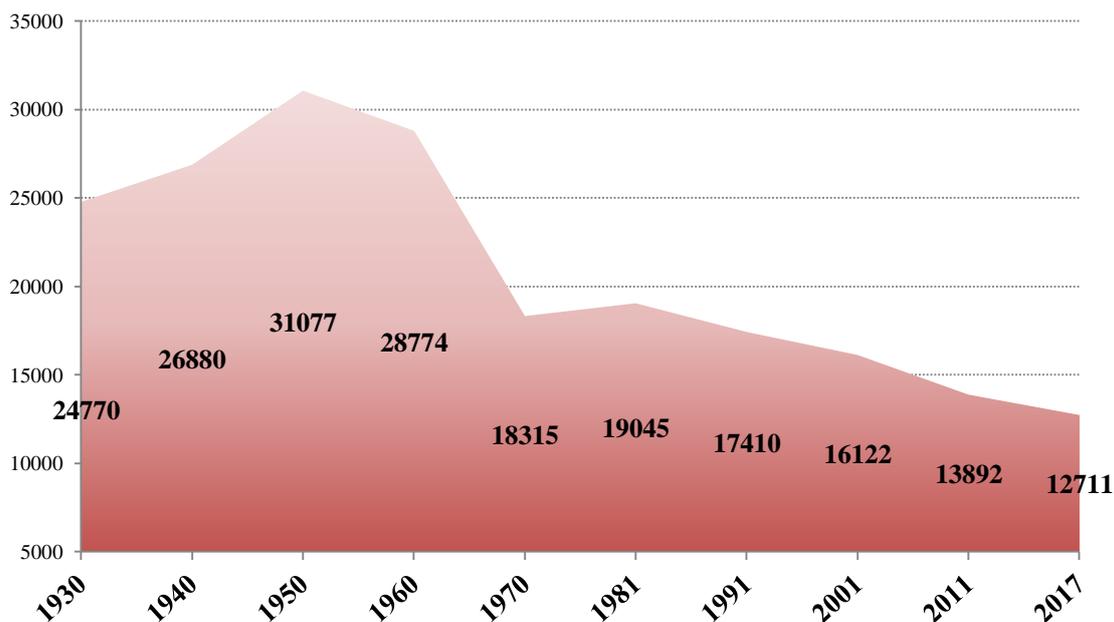
O Concelho de Gouveia é constituído por 16 freguesias e 25 povoações (22 freguesias mais 3 anexas), das quais integra a cidade de Gouveia e a vila de Vila Nova de Tazem. Tendo uma população residente de 12 923 habitantes em 2016, para uma área total concelhia que varia entre os 290,7 e os 300,6 km². Assim sendo, o valor da densidade populacional concelhia variou em 2015 e 2016 entre os 43,6 e os 43 habitantes por km², um pouco mais alta que a respetiva média da região das Beiras e Serra da Estrela (NUTIII), a qual correspondia a 34,7 habitantes por km².

Quadro I. 1 - Indicadores Comparativos entre o Concelho e a Região

Designação do Indicador	Gouveia	Região Beiras e Serra da Estrela
Área Total	300,6	6304,9
Densidade em 2016	43	34,7
População Residente total em 2016	12923	218961
População Residente (homens), em 2016	5896	103404
População Residente (mulheres), em 2016	7027	115557

Fonte: INE – NUTS 2013

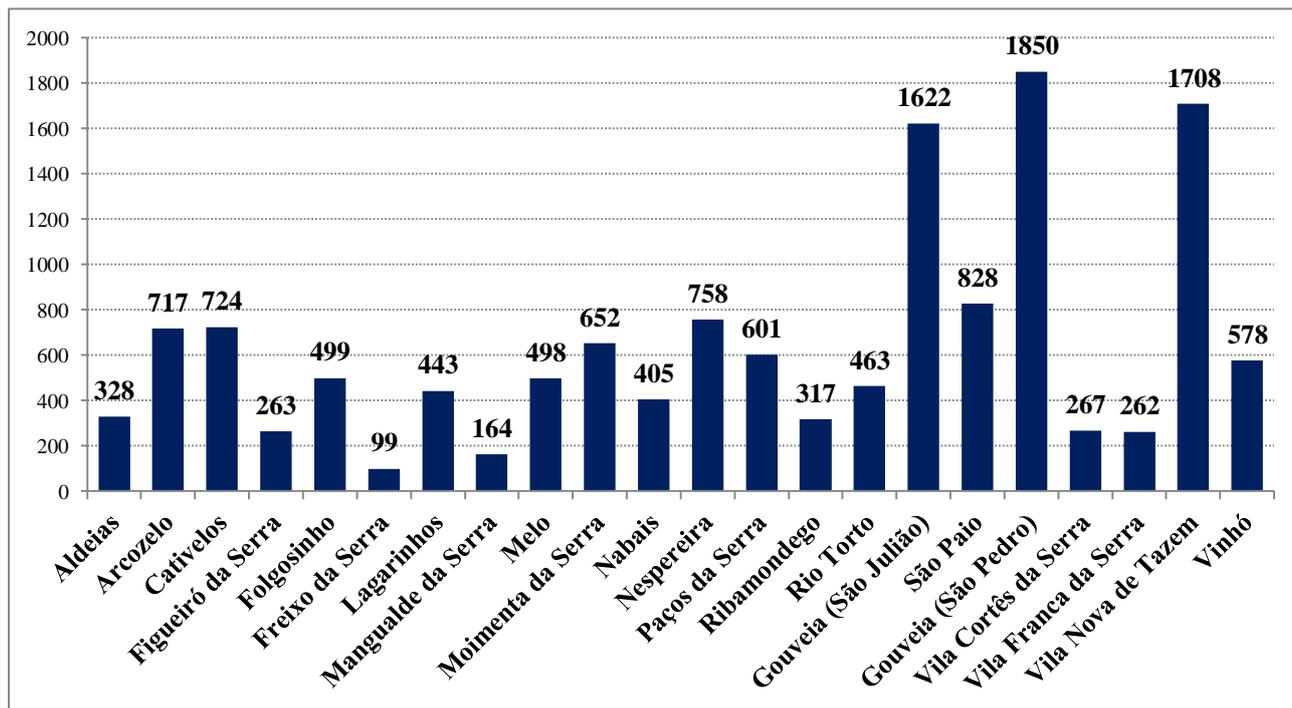
Gráfico I. 1 – Evolução da população residente no Concelho de 1930 a 2017



Fonte: INE

Nos últimos 87 anos, a população total do Concelho de Gouveia teve um decréscimo de cerca de 51%. A população aumentou exponencialmente entre 1930 e 1950, diminuindo acentuadamente na década de 60, apresentando uma taxa de crescimento negativa de 36,35%. Mais tarde, já na década de 80, verificou-se um ligeiro aumento, tendo a população diminuído progressivamente nos anos posteriores.

Gráfico I. 2 – População residente nas localidades do Concelho



Fonte: INE – Censos 2011

As localidades de S. Pedro, S. Julião e Vila Nova de Tazem são as únicas localidades que apresentam núcleos populacionais superiores a 1500 habitantes, tendo apenas S. Paio mais de 800 habitantes.

Quadro I. 2 – População e densidade populacional nas localidades do Concelho

Localidade	hab./km ² 2001	hab./km ² 2011	População residente 2001	População residente 2011	Área (km ²)
Aldeias	16,8	16,1	341	328	12,9
Arcozelo da Serra	35,7	29,9	858	717	20,1
Cativelos	61,9	51,3	873	724	18
Figueiró da Serra	37,3	32,4	303	263	7,5
Folgoso	11,2	9,7	580	499	45,1
Freixo da Serra	29,9	21,4	138	99	7,6

Lagarinhos	46,6	41	503	443	8
Mangualde da Serra	11,3	9,5	195	164	14,7
Melo	92,7	68,6	673	498	6,5
Moimenta da Serra	109,3	100,8	707	652	4,1
Nabais	59,7	56,4	429	405	6,7
Nespereira	159,9	140,8	861	758	8,4
Paços da Serra	69,8	57,8	726	601	11,6
Ribamondego	44,7	42	338	317	10
Rio Torto	61,7	54,2	527	463	7,1
S. Julião	197,0	204,7	1561	1622	13
S. Paio	60,7	53,2	945	828	11,2
S. Pedro	84,0	67,2	2314	1850	38,8
Vila Cortês Serra	28,2	24,1	312	267	11
Vila Franca da Serra	27,5	23,8	303	262	9,5
Vila Nova Tazem	126,1	107,1	2011	1708	12,3
Vinhó	79,4	73,6	624	578	6,6
Total	53,6	46,7	16122	14046	290,7

Fonte: INE – Censos de 2001 e Censos de 2011

Como podemos verificar no Quadro I.2 as localidades de Moimenta da Serra Vila Nova de Tazem e S. Julião são aqueles que, respetivamente, apresentam uma densidade populacional mais alta (+ de 100 hab/km²). Verifica-se, em praticamente todas as freguesias, uma diminuição da densidade populacional de 2001 para 2011, há exceção da freguesia de S Julião, em que houve um aumento da população (de 120,10 em 2001 para 124,77 hab/km², em 2011).

É de destacar a diferença entre as localidades urbanas de S. Julião e S. Pedro, que deriva da diferença de áreas: 13,0 Km² e 38,8Km², respetivamente.

2. Crescimento da população

Quadro I. 3 – Crescimento da população entre 2001 e 2011

Localidades	Crescimento da população em relação a 2001
Aldeias	-3,81%
Arcozelo	-16,43%
Catvelos	-17,07%
Figueiró da Serra	-13,20%
Folgosinho	-13,97%
Freixo da Serra	-28,26%
Lagarinhos	-11,93%

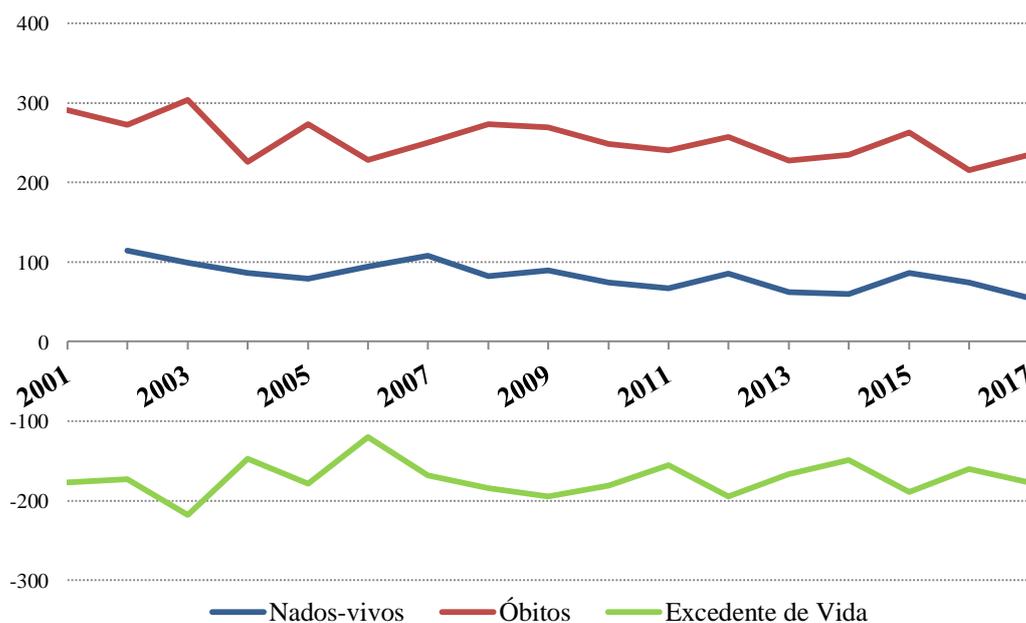
Mangualde da Serra	-15,90%
Melo	-26,00%
Moimenta da Serra	-7,78%
Nabais	-5,59%
Nespereira	-11,96%
Paços da Serra	-17,22%
Ribamondego	-6,21%
Rio Torto	-12,14%
S. Julião	3,91%
S. Paio	-12,38%
S. Pedro	-20,05%
Vila Cortês da Serra	-14,42%
Vila Franca da Serra	-13,53%
Vila Nova de Tazem	-15,07%
Vinhó	-7,37%

Fonte: INE – Censos de 2001 e Censos de 2011

Entre 2001 e 2011, a localidade de Aldeias é a que apresenta uma redução demográfica mais baixa de -3,81%. Por outro lado, Freixo da Serra e Melo são as localidades com um crescimento negativo mais acentuado de -28,26% e -26,00%, respetivamente.

A única freguesia que registou um crescimento positivo foi S. Julião, com mais 61 habitantes que em 2001.

Gráfico I. 3 – Evolução do crescimento natural da população residente entre 2001 e 2017



Excedente de vida – Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos

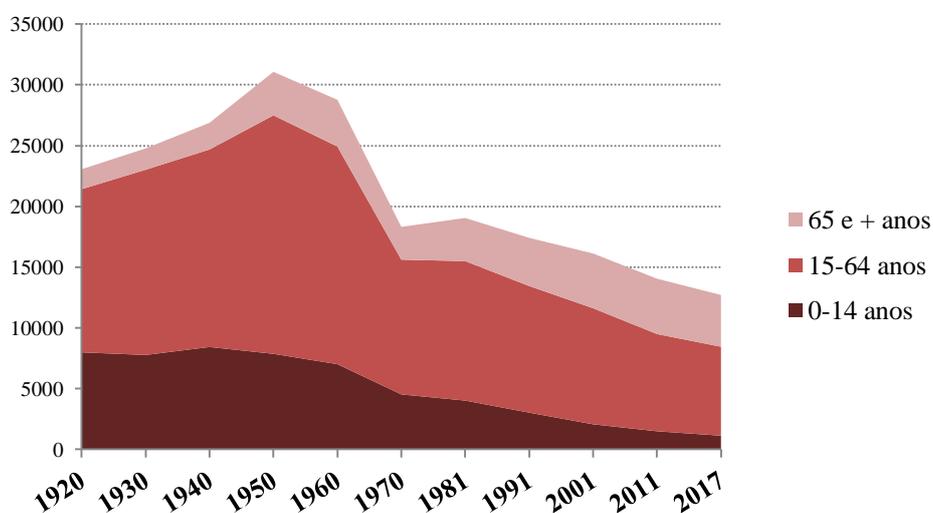
Fonte: INE

Entre o período de 2001 e 2017, em 2006 foi o ano em que se verificou a maior recuperação do crescimento natural da população no Concelho, contudo essa tendência não se manteve.

No intervalo temporal em análise a média anual de nados-vivos é de 81 e o número médio de óbitos de 253.

3. Caracterização dos grupos etários

Gráfico I. 4 – Evolução dos grupos etários entre 1920 e 2017



Fonte: INE

Verifica-se que ocorreu uma diminuição brusca do escalão correspondente aos 15-64 anos durante a década de 60, consequência do fenómeno emigratório em grande escala. É de salientar ainda a acentuada diminuição do grupo etário dos 0-14 anos, a partir da mesma década, assim como o aumento contínuo do grupo etário dos 65 ou mais anos, correspondendo a uma população cada vez mais envelhecida. A partir do novo milénio observamos uma diminuição contínua da população em geral.

Quadro I. 4 – Grupos etários segundo género e idade em 2011 e 2017

	TOTAL		0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 e mais anos	
										
2011	6500	7546	757	732	655	666	3239	3458	1849	2690
	14046		1489		1321		6697		4539	
2017	5798	6913	550	575	603	568	2930	3222	1715	2548
	12711		1125		1171		6152		4263	

 – HOMENS  – MULHERES

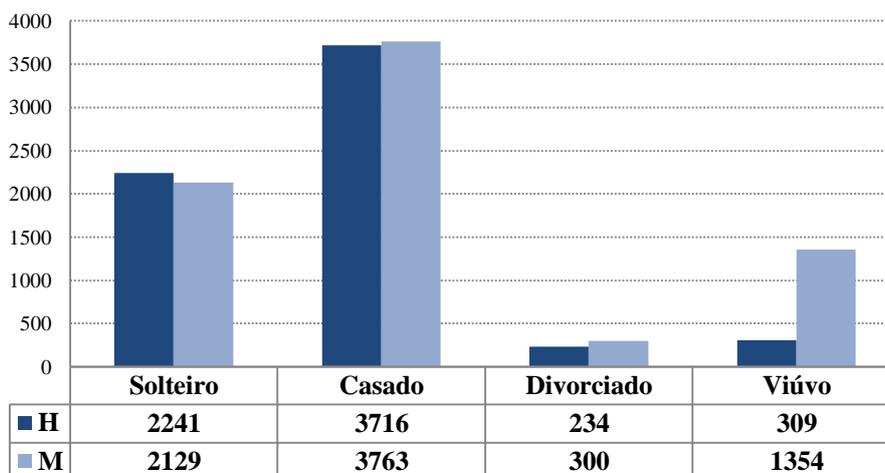
Fonte: INE

Comparando a população total de 2011 com a 2017, podemos verificar que o Concelho perdeu cerca de 9,5% da sua população, com maior incidência nos grupos etários dos 0 aos 14 anos e dos 25 aos 64 anos. Quanto à distribuição da população por idade e género, constata-se que apenas no escalão entre os 15 e os 24 anos o número de homens é ligeiramente superior ao das mulheres. Contrariamente, nos escalões dos 0 aos 14 anos e dos 25 aos 64 anos, o número de mulheres é ligeiramente maior. É na grupo etário com mais de 65 anos que se observa uma diferença mais elevada, em que 33% da população é do género feminino, constatando-se assim uma maior longevidade das mulheres.

Nos dados de 2017 publicados pelo INE, pode observar-se que no total da população, existem mais indivíduos do género feminino, 6913 contra 5798 do género masculino.

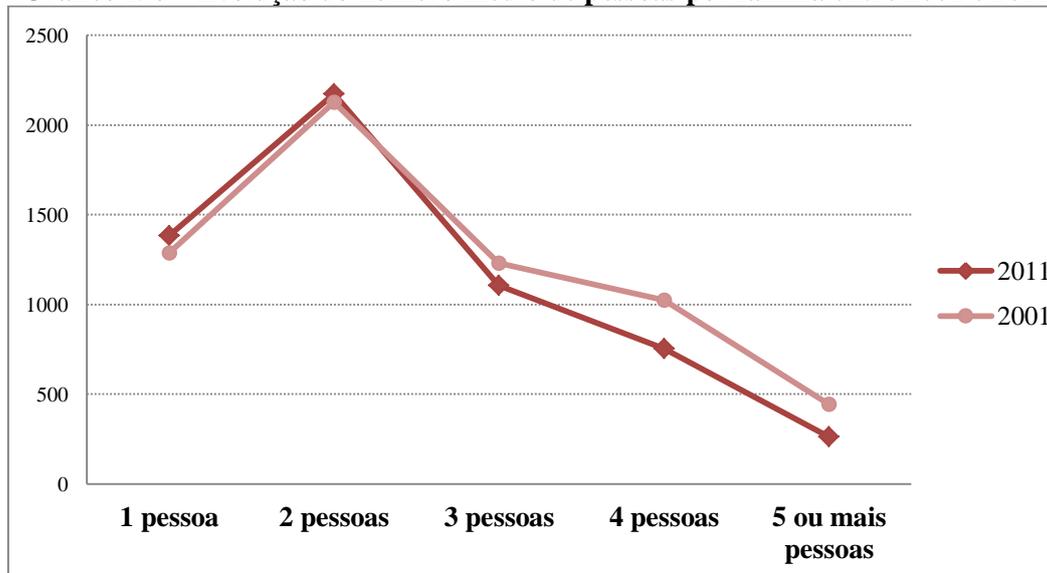
4. Perfil da população: estado civil e dimensão das famílias

Gráfico I. 5 – População residente segundo o género e o estado civil



Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico I. 6 – Evolução do número médio de pessoas por família entre 2001 e 2011

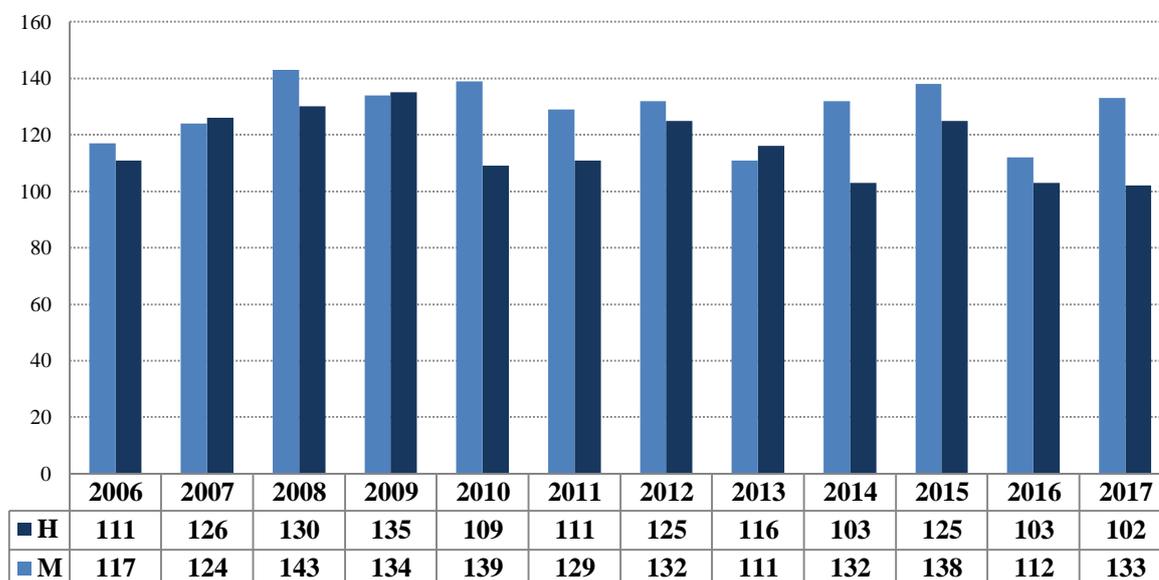


Fonte: INE – Censos 2001e Censos 2011

Da comparação, entre 2001 e 2011, relativamente ao número médio de pessoas do agregado familiar, conclui-se que as famílias numerosas (cinco ou mais elementos) reduziram substancialmente, verificando-se, por outro lado, um aumento do número de famílias monoparentais. Em 2001, cerca de 35% das famílias eram constituídas por duas pessoas e 21% apenas por um indivíduo, o que corresponde a cerca de metade da população. Já em 2011, as famílias constituídas por apenas um ou dois indivíduos aumentaram para cerca de 62% da população concelhia. Por outro lado, é de destacar a diminuição dos agregados familiares com três ou mais elementos, assim como o peso das viúvas, cenário característico do quadro de envelhecimento existente.

5. Óbitos ocorridos no Concelho de Gouveia

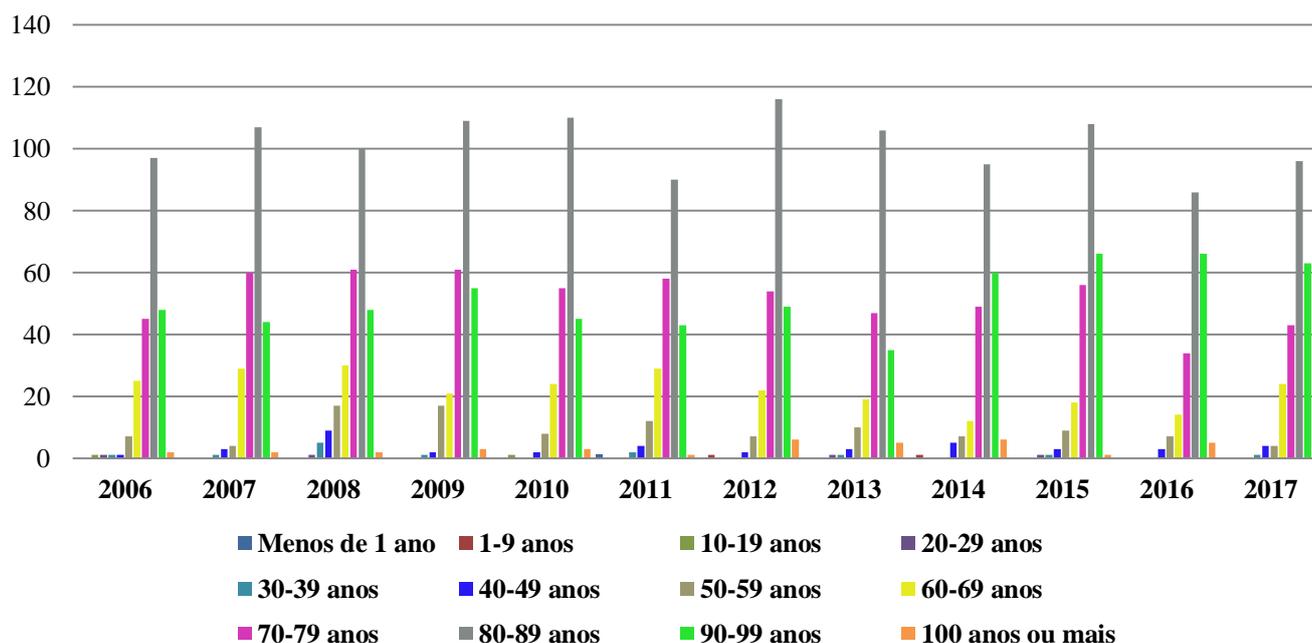
Gráfico I. 7 – Óbitos no Concelho de Gouveia 2006-2017



Fonte: INE

De acordo com o Gráfico I.7 verifica-se que os números de óbitos mantêm-se aproximados ao longo dos últimos 11 anos, existindo um maior número de óbitos do sexo feminino. Esta situação poderá dever-se ao facto de haver mais mulheres do que homens, principalmente nos escalões etários referentes às pessoas mais idosas.

Gráfico I. 8 – Óbitos por faixa etária

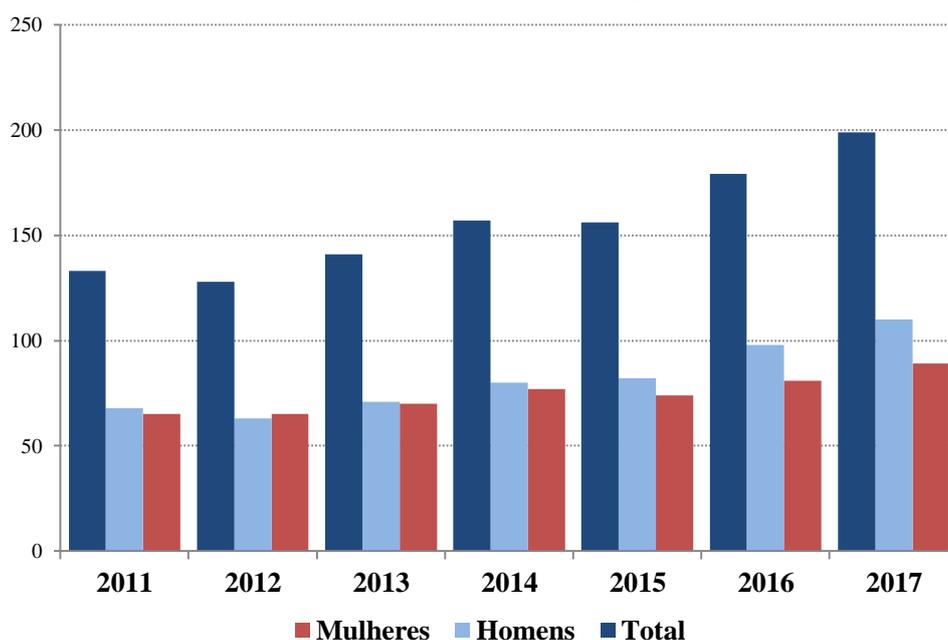


Fonte: INE

Através da análise do Gráfico anterior verifica-se que a faixa etária com um maior número de óbitos é a dos 80 aos 89 anos, seguida da faixa dos 70 aos 79 anos. Observamos ainda um aumento considerável, nos últimos anos, de óbitos na faixa dos 90 aos 99 anos.

6. Novas tendências demográficas

Gráfico I. 9 - População estrangeira com estatuto legal de residente no Concelho



Fonte: INE

Entre o período em análise o Concelho atingiu o maior número de estrangeiros residentes em 2017, com 199, seguido do ano de 2016, com 179.

Através dos dados disponibilizados pelo SEF os imigrantes provenientes dos “outros países europeus” representam o maior número residente no Concelho, porém não existe informação discriminada sobre os países representados.

Quanto aos países especificados verifica-se que os estrangeiros residentes em Gouveia são sobretudo oriundos do Reino Unido, China, Outros Países Africanos, Outros Países Americanos e Brasil. De 2011 para 2017 notou-se um aumento de 250% do número de residentes estrangeiros provenientes do Reino Unido.

Quadro I. 5 - População estrangeira com estatuto legal de residente por algumas nacionalidades

Nacionalidade	Ano	Total	Nacionalidade	Ano	Total	Nacionalidade	Ano	Total
Reino Unido	2011	8	Angola	2011	1	Outros países africanos	2011	7
	2012	8		2012	1		2012	8
	2013	5		2013	1		2013	9
	2014	6		2014	2		2014	6
	2015	8		2015	2		2015	7
	2016	14		2016	2		2016	11
	2017	28		2017	4		2017	10
Ucrânia	2011	11	Cabo Verde	2011	1	Brasil	2011	6
	2012	12		2012	1		2012	4
	2013	12		2013	1		2013	6
	2014	10		2014	3		2014	7
	2015	9		2015	4		2015	5
	2016	8		2016	4		2016	4
	2017	8		2017	7		2017	9
Roménia	2011	0	Outros países americanos	2011	8	Moçambique	2011	5
	2012	1		2012	7		2012	6
	2013	1		2013	6		2013	9
	2014	1		2014	7		2014	13
	2015	2		2015	9		2015	10
	2016	2		2016	10		2016	9
	2017	2		2017	10		2017	7
China	2011	15	Outros países europeus	2011	63	São Tomé e Príncipe	2011	4
	2012	14		2012	64		2012	2
	2013	15		2013	68		2013	1
	2014	13		2014	74		2014	7
	2015	13		2015	73		2015	4
	2016	14		2016	84		2016	5
	2017	12		2017	98		2017	3
Outros países asiáticos	2011	2						
	2012	0						
	2013	0						
	2014	0						
	2015	0						
	2016	1						
	2017	1						

Fontes de Dados: INE-SEF/MAI - População estrangeira com estatuto legal de residente Fonte: PORDATA

8. Outros indicadores demográficos

Quadro I. 6 – Indicadores de população entre 2013 e 2017

	Densidade Populacional N.º/km ²	Taxa de crescimento efetivo %	Taxa de Crescimento Natural %	Taxa de crescimento migratório %	Taxa bruta de natalidade ‰	Taxa bruta de mortalidade ‰	Taxa bruta de nupcialidade ‰	Taxa bruta de divórcio ‰
2013	44,7	-1,36	-1,23	-0,28	4,4	16,7	2,2	1,5
2014	44,1	-1,35	-1,12	-0,24	6,4	17,6	1,4	0,9
2015	43,6	-1,17	-1,43	-0,26	5,6	19,9	2,7	0,9
2016	43,0	-1,47	-1,23	-0,24	4,2	16,5	2,4	1,6
2017	42,3	-1,65	-1,38	-0,27	4,5	18,3	2,2	1,4

Fontes de Dados: INE

Quadro I. 7 – Indicadores de população entre 2013 e 2017 (cont.)

	Taxa de fecundidade geral ‰	Índice de envelhecimento N.º	Índice de renovação da população em idade ativa	Índice de dependência dos idosos N.º
2013	24,2	328,1	---	56,5
2014	35,4	340,3	---	57,1
2015	30,8	351,1	64,9	56,5
2016	23,3	369,6	64,5	57,3
2017	25,3	378,9	61,9	58,2

Fontes de Dados: INE

Demografia - Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Aumento da população idosa no Concelho face ao decréscimo da população jovem.
- Em sequência do problema anterior, verifica-se uma diminuição da população ativa.



Desafios

- O apoio aos idosos, pelo ajuste das infraestruturas e equipamentos sociais existentes e serviços prestados face às necessidades crescentes.
- Reforçar projetos/ações que promovam o envelhecimento ativo.
- Proporcionar condições socioeconómicas que promovam a fixação e/ou regresso dos jovens que saíram do Concelho para estudar.
- Desenvolver o tecido económico.
- Reforçar as medidas de incentivo à natalidade e apoio à família.

II - Saúde

“Saúde é uma condição em que um indivíduo ou grupo de indivíduos é capaz de realizar suas aspirações, satisfazer suas necessidades e mudar ou enfrentar o ambiente. A saúde é um recurso para a vida diária, e não um objetivo de vida; é um conceito positivo, enfatizando recursos sociais e pessoais, tanto quanto as aptidões físicas.”

É também,

“um estado caracterizado pela integridade anatômica, fisiológica e psicológica; pela capacidade de desempenhar pessoalmente funções familiares, profissionais e sociais; pela habilidade para tratar com tensões físicas, biológicas, psicológicas ou sociais com um sentimento de bem-estar e livre do risco de doença ou morte extemporânea.” (Luís Rey)

Partindo desta definição a saúde deverá ser um direito garantido a todos os portugueses pela Constituição da República. O *"bem saúde"* é diferente de todos os outros, pois tem a ver com a qualidade e mesmo com a vida humana. O não acesso a ele determina uma vida sem qualidade ou mesmo a perda da vida. Diferentemente do que acontece com a generalidade de outros bens, a Constituição da República de 1976, no seu art.º 64 estabelecia que *"o direito à proteção da saúde é realizado pela criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito"*. E mesmo quando este preceito constitucional foi revisto por pressão do neoliberalismo cada vez mais dominante na sociedade portuguesa, mesmo assim o "novo" art.º 64, que está atualmente em vigor, dispõe que *"todos têm o direito à proteção da saúde ... e é realizado através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas dos cidadãos, tendencialmente gratuito"*. Portanto, a Constituição, continua a estabelecer que nenhum português deverá ser impedido do acesso à saúde por razões económicas, cabendo ao Estado criar as condições fundamentais, para que todos os portugueses tenham esse acesso através do Serviço Nacional de Saúde.

O conceito de sistema de saúde passou a englobar o SNS, com todas as entidades públicas que desenvolvem atividades de prevenção da doença, de vigilância, de promoção e de tratamento, bem como as atividades privadas e profissionais liberais que acordaram com o SNS a realização de todas ou de algumas daquelas atividades.

Passou a ser apoiado o sector privado da saúde, competindo as iniciativas das organizações privadas, com o sector público.

Os cuidados de saúde passaram a ser tendencialmente gratuitos, tendo os

pagamentos ou copagamentos uma relação com as condições económicas e sociais dos cidadãos, criando-se assim as taxas moderadoras definidas por lei, mantiveram-se e desenvolveram-se, paralela ou complementarmente, subsistemas para públicos ou privados, de proteção na doença, os seguros de saúde foram encorajados, admitindo-se sempre o regime liberal de prestação de cuidados. Encontramos assim no sistema português, uma oferta de cuidados de saúde diferenciada e relacionada com vários tipos de organizações e de prestadores.

Em resumo podemos designar o SNS como um conjunto de instituições e serviços, dependentes do Ministério da Saúde, que tem como missão garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, abrangendo ainda os estabelecimentos privados e profissionais de saúde em regime liberal, com os quais tenham sido celebrados contratos ou convenções que garantam o direito de acesso dos utentes em moldes semelhantes aos oferecidos pelo SNS.

1. Organização do Serviço de Saúde no Distrito

Na última década o país assistiu à implementação de um novo modelo de organização e funcionamento dos diferentes serviços públicos de saúde, destacando-se a reforma dos Cuidados de Saúde primários, com a criação de Agrupamentos de Centros de Saúde do Serviço Nacional de Saúde, de Unidades Funcionais de Saúde, das Unidades Locais de Saúde e a transformação de Hospitais Públicos em Hospitais EPE.

Os Cuidados de Saúde Primários são reconhecidos como sendo o pilar de sustentação de todo o sistema de saúde e desta forma, os Centros de Saúde constituem o primeiro acesso dos cidadãos à prestação de cuidados de saúde, assumindo importantes e diversas funções de promoção da saúde e prevenção da doença, de prestação de cuidados e articulação com outros serviços para a continuidade dos cuidados.

O processo de transformação organizacional ao nível dos Cuidados de Saúde Primários, presente no Dec. Lei n.º 28/2008 de 22 de fevereiro, apresenta-se como a melhor forma de incrementar o acesso dos cidadãos à prestação dos cuidados de saúde, assim como a forma mais adequada e eficaz de os gerir, tendo como base os ganhos em saúde.

Assim, um dos aspetos inovadores desta legislação consiste na criação dos

denominados Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais que integram um ou mais centros de saúde e cuja missão é garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica.

Cada agrupamento poderá compreender várias unidades funcionais designadamente:

- 1- Unidades de Saúde Familiar (USF)
- 2- Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados UCSP
- 3- Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC)
- 4- Unidades de Saúde Pública (USP)
- 5- Unidades de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP)

Ao nível do distrito, o Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de Fevereiro, agrupou os vários centros de saúde num Agrupamento de Centros de Saúde que integra a Unidade Local de Saúde da Guarda, abrangendo 13 dos concelhos do distrito, com exceção de Aguiar da Beira .

A criação da Unidade Local de Saúde da Guarda, através do Decreto- Lei nº 183/2008, permitiu, a par com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 28/2008 de 22 de Fevereiro, uma nova configuração dos serviços de saúde no distrito.

“Por integrarem hospitais e centros de saúde estas entidades passam a ser unidades locais de saúde, permitindo a integração, numa única entidade pública empresarial, dos vários serviços e instituições do Serviço Nacional de Saúde que na área geográfica do mesmo, prestam cuidados de saúde à população e são por ela responsáveis.”

A ULS tem por objetivo principal a prestação de cuidados de saúde primários, diferenciados e continuados aos cidadãos em geral, na área geográfica por ela abrangida.

Assim, a Unidade Local de Saúde da Guarda - EPE agrega os Centros de Saúde de Almeida, Celorico, Figueira de Castelo Rodrigo, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal, Seia, Trancoso e Vila Nova de Foz Coa, uma Unidade de Saúde Familiar, situada na Guarda, duas unidades hospitalares, Hospital Sousa Martins, na Guarda e Hospital de Nossa Senhora da Assunção, em Seia, uma Unidade de Convalescença e uma Unidade de Cuidados Paliativos, ambas situadas nas instalações do H.N.S. Assunção - Seia.

2. Organização do Serviço de Saúde no Concelho

2.1 Infraestruturas de saúde

O Concelho de Gouveia possui diversas infra-estruturas de saúde, devendo desde logo distinguir-se as respostas existentes, de índole pública, privada e mista.

Assim, em termos de infraestruturas públicas de saúde, o concelho conta com um Centro de Saúde e oito extensões.

Relativamente às respostas privadas, podemos referir a existência de uma Clínica, propriedade da Associação de Beneficência Popular de Gouveia, que abrange diversas especialidades médicas, diferentes exames de diagnóstico e ainda tratamentos de reabilitação.

O concelho conta também com alguns consultórios privados, nomeadamente nas especialidades de oftalmologia, ginecologia, medicina familiar e estomatologia, laboratórios, e farmácias.

Ao nível da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, Gouveia tem duas Unidades, sendo uma de Média Duração e Reabilitação e outra de Longa Duração e Manutenção, funcionando as duas em instalações e sob gestão da ABPG.

Quadro II. 1 - Infraestruturas de Saúde

Respostas Públicas		Respostas Privadas					Respostas Mistas
Centro Saúde	Extensões Centro Saúde	Consultórios Médicos	Clínicas (Reabilitação e Centro Médico)	Laboratórios Análises Clínicas	Farmácias	Consultórios Dentários	Unidades Cuidados Continuados
1	8	6	1	4	5	4	2

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

2.1.1. Serviço Público de Saúde - Centro de Saúde de Gouveia

De forma estrutural o Centro de Saúde de Gouveia faz parte da Administração Regional de Saúde do Centro e integra o Agrupamento de Centros de Saúde da Guarda (ACES), que por sua vez, integra a Unidade Local de Saúde da Guarda (ULSG-EPE).

Ao Centro de Saúde compete a prestação de cuidados de saúde primários à

população da sua área geográfica, nas óticas preventiva, curativa, de reabilitação e de promoção da saúde, mantendo a ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados.

Localizado na sede do concelho, tendo o edifício sede sido inaugurado em 2008, constitui-se ainda por oito extensões, situadas nas freguesias de Arcozelo, Cativeiros, Folgoso, Melo, Moimenta da Serra, Nespereira, Vila Cortês e Vila Nova de Tazem. Estas extensões procuram dar uma melhor resposta à população residente nestas localidades e nas localidades circundantes, facilitando a acessibilidade, ao permitir uma maior proximidade dos serviços às comunidades.

O edifício sede é constituído por dois pisos, funcionando no piso 0 o Serviço de Atendimento Permanente (SAP) e no piso 1 os vários serviços de ambulatório. Este piso, está dividido em quatro blocos, identificados por diferentes cores e correspondendo cada um deles a um determinado sector.

Desta forma, temos o primeiro bloco (azul) onde se situam os gabinetes da Coordenação, médica e de enfermagem, a saúde pública, o serviço social, o serviço de psicologia, o gabinete do utente/cidadão, os serviços administrativos e ainda uma sala de reuniões.

No segundo bloco (Vermelho), encontram-se os vários gabinetes de consulta médica e de enfermagem, para a saúde de adultos, saúde materna, infantil e planeamento familiar, uma sala de tratamentos, um gabinete administrativo/ receção de utentes e uma sala de espera.

No bloco três (amarelo), à semelhança do anterior, concentram-se alguns serviços de enfermagem e médicos, com gabinetes para consulta de saúde de adultos, saúde materna, saúde infantil e planeamento familiar, um gabinete de colheita de sangue, entre outros.

Encontram-se aqui também os gabinetes técnicos de Nutrição, Saúde Oral, das equipas de Intervenção Precoce e Multidisciplinar e o Serviço de Radiologia. O Bloco possui ainda uma receção de utentes e uma sala de espera.

No quarto bloco (cinzento) funcionam as consultas de alcoologia, toxicoddependência, tabagismo, a fisioterapia, a ECL- Equipa Coordenadora Local da RNCCI e os serviços da Unidade de Cuidados na Comunidade.

▪ População inscrita e suas características

O Centro de Saúde de Gouveia em dezembro de 2017 tinha um total de 14.367 utentes inscritos. Dados apresentados na tabela seguinte, através da distribuição dos utentes registados no Centro de Saúde e suas extensões por Médico de Família.

Verifica-se alguma disparidade numérica que resulta em parte do facto de alguns médicos realizarem serviço apenas em extensões de saúde localizadas em áreas geográficas menos populosas. Por outro lado, existem dois profissionais em funções de gestão, em Direção Clínica dos Cuidados Saúde Primários da ULS e em Coordenação da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) do Centro de Saúde de Gouveia.

Ao comparar-se o número de utentes inscritos (**14.367**) com o total de habitantes do concelho (**14.046**) verifica-se desde logo que o número de utentes do Centro de Saúde é superior à população total residente no concelho. Tal facto é justificável com a inscrição de utentes naturais do concelho, mas residentes em alguns dos concelhos limítrofes, ou em outras localidades do país e mesmo estrangeiro, mas que continuam a manter ligação ao Centro de Saúde de Gouveia.

Por outro lado, verifica-se ainda uma outra realidade, mas com pouca significância que é o facto de termos utentes inscritos nos serviços de saúde de Gouveia, mas naturais e residentes noutros concelhos, essencialmente em Seia.

**Quadro II. 2 - Distribuição dos utentes inscritos no Centro e Saúde
Por médico no ano 2017**

Médicos	Nº Utentes Inscritos
M1	444
M2	726
M3	1028
M4	1040
M5	1063
M6	1152
M7	1228
M8	1292
M9	1377
M10	1391
M11	1482
M12	1513

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

Através de uma breve análise dos dados representados no quadro seguinte pode concluir-se que, dos utentes inscritos no Centro de Saúde a maior prevalência é do género feminino, apurando-se que no total dos inscritos, 7627 (53,9%) são mulheres e 6740 (46,9%) são homens.

Evidencia-se, de forma bastante acentuada, a faixa etária dos 75 ou mais anos, para ambos os géneros (masculino - 1016 e feminino – 1654), representando 18,6% dos utentes registados.

Através desta análise constata-se que a população com idade entre os 65 e os 74 anos, em ambos os géneros, representa 14,5% do total, o que demonstra que estamos perante uma população bastante envelhecida. Por outro lado, segundo os dados representados, confirma-se ainda que, o número de inscritos, em ambos os géneros, vai crescendo conforme vai aumentando a idade, resultando daqui uma tendência já há muito evidenciada, do crescente envelhecimento da população.

Quadro II. 3 - Caracterização dos utentes inscritos no Centro de Saúde em 2017

Idade em Anos	Masculino	Feminino	Total
< 1	27	23	50
1 a 4	157	153	310
5 a 9	233	240	473
10 a 14	273	238	511
15 a 19	337	310	647
20 a 24	316	298	614
25 a 29	351	357	708
30 a 34	348	349	697
35 a 39	379	395	774
40 a 44	441	437	878
45 a 49	414	418	832
50 a 54	468	523	991
55 a 59	472	546	1018
60 a 64	541	558	1099
65 a 69	530	569	1099
70 a 74	437	559	996
≤ 75	1016	1654	2670
Total	6740	7627	14367

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

No que se refere ao número de utentes por médico de família, a média concelhia corresponde a 1145 utentes/médico de família, no ano de 2017, verificando-se um decréscimo comparativamente aos dados que constavam do diagnóstico de 2013 (1490).

Segundo dados do INE¹, em 2016 e 2017, o concelho tinha uma média de 2.0 médicos por mil habitantes, valor inferior ao da NUT Beiras e Serra da Estrela, com 3.3 e bastante inferior à média da região centro e do continente, com valores de 4.7 e 5.1.

Relativamente à média de utentes por enfermeiro no Concelho, é de 718 utentes/enfermeiro, valor consideravelmente inferior ao que se verificava em 2013, (784 utentes/enfermeiro).

Quanto a estes profissionais, os dados do INE¹ indicam que em 2017 o concelho de Gouveia tinha uma média de 1.7 enfermeiros por mil habitantes, enquanto a NUT Beiras e Serra da Estrela apresentava valores na ordem dos 7.2. Comparativamente com a região e o continente, os valores do concelho também são significativamente mais baixos, uma vez que se verifica uma média de 7.2 e 6.9, respetivamente, enfermeiros por mil habitantes.

2.1.2. Unidades Funcionais do Centro de Saúde

Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados

O Centro de Saúde de Gouveia compreende uma Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) vocacionada para a saúde familiar que presta cuidados personalizados, constituída por profissionais de diferentes áreas, nomeadamente médicos, enfermeiros e administrativos, com horário das 09h às 18h. Podem colaborar com esta unidade, técnicos de diferentes áreas profissionais.

Os serviços prestados por esta unidade são os seguintes:

- Planeamento familiar
- Saúde Materna
- Saúde Infantil e Juvenil
- Saúde do Adulto

¹ Anuário Estatístico da Região Centro 2017. Instituto Nacional de Estatística, I.P. Ed. 2018

- Vacinação
- Rastreios Oncológicos
- Consulta de Sessão Tabágica
- Consulta de Alcoologia
- Consulta de Toxicodependência (em parceria com o CRI da Guarda)
- Consulta de Dermatologia, através da Telemedicina

Unidade de Cuidados na Comunidade

A Unidade de Cuidados na Comunidade de Gouveia (UCC) iniciou funções em Setembro de 2014.

Esta unidade presta *“cuidados de saúde e apoio psicológico e social de âmbito domiciliário e comunitário, especialmente às pessoas, famílias e grupos mais vulneráveis, em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo”*. Atua ainda na *“educação para a saúde, na integração em redes de apoio à família e na implementação de unidades móveis de intervenção”* (art. 11º do Decreto-Lei 28/2008 de 22 de Fevereiro).

A UCC é composta por uma equipa de seis Enfermeiros, dos quais, três com especialidade em Enfermagem Comunitária, três Médicos, uma Psicóloga, uma Fisioterapeuta, uma Nutricionista e uma Assistente Social. Em toda a equipa, apenas três dos Enfermeiros estão com horário completo, sendo os restantes elementos partilhados com outras unidades/serviços deste centro de saúde e no caso dos técnicos, partilhados também com os Centros de Saúde de Seia e Fornos de Algodres, à exceção da psicóloga.

A intervenção da Unidade de Cuidados na Comunidade abrange as diferentes faixas etárias da população, devendo ter em conta a realidade de saúde e social da mesma e como tal, definir uma carteira de serviços, onde se integram e desenvolvem programas e projetos, que respondam às necessidades da comunidade.

Desenvolve a sua atividade entre as 8:00 e as 20:00 horas, de segunda a sexta-feira e sábado das 09:00 às 17:00.

No quadro são apresentados os programas e projetos alvo de intervenção da UCC e qual o público a que se destinam.

Quadro II. 4 - Programas/Projetos da UCC Gouveia

Programas/Projetos	Público-alvo
<p>Saúde Escolar</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da Saúde Oral - Projeto de Educação Alimentar na Comunidade Escolar (PEAC) - Gabinete de Apoio ao Adolescente e Jovem “Espaço Jovem” - Projecto de prevenção do suicídio em contexto escolar “ Mais Contigo” <p>Preparação e Educação para a Parentalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cuso de “preparação para o parto e parentalidade” - Projeto “Amamentar para Crescer” <p>Rede Social</p> <p>Rendimento Social de Inserção</p> <p>CPCJ</p> <p>Núcleo de Apoio a Crianças e Jovens em Risco</p> <p>Equipa Interdisciplinar para os Problemas da Criança</p> <p>Intervenção Precoce</p> <p>Cuidados Continuados – ECCI</p> <p>Projeto “ Bate Coração”</p> <p>Saúde Mental</p> <p>Projeto “Vive Bem e Chega aos Cem”</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diz não há Diabetes” 	<p>Crianças/ Jovens</p> <p>Futuros Pais</p> <p>Crianças</p> <p>Família</p> <p>Comunidade</p> <p>Família</p> <p>Crianças/Jovens</p> <p>População Adulta</p> <p>População patologia psiquiátrica</p> <p>Comunidade</p>

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

- **Recursos Humanos da UCC**

A **Unidade de Cuidados Continuados** é coordenada por um Enfermeiro e constituído por uma equipa multidisciplinar.

Quadro II. 5 – Constituição da equipa da Unidade de Cuidados Continuados

Profissionais	N.º	Tempo
Enfermeiros	3	Completo
Enfermeiros	3	Parcial
Médicos	2	Parcial
Nutricionista	1	Parcial
Assistente Social	1	Parcial
Fisioterapeuta	1	Parcial
Psicóloga	1	Parcial

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

Todos o profissionais a tempo parcial são partilhados com outras unidades funcionais do Centro de Saúde e mesmo com outros Centros de Saúde, sendo o caso da técnica superior de saúde (nutrição), técnica superior de diagnóstico e terapêutica (fisioterapia) e técnica superior de serviço social.

Outros Serviços

A população pode ainda usufruir de:

- Serviços de Saúde Pública,
- Serviço de Radiologia
- Serviço de Fisioterapia
- Serviço Domiciliário
- Serviço Social
- Gabinete do Utente
- Consulta de Nutrição
- Consulta de Psicologia
- Serviço de Atendimento Permanente

O **SAP** está em funcionamento 24 horas, todos os dias da semana, com uma equipa constituída por um médico, um enfermeiro e dois auxiliares, um no auxílio médico e outro na receção de doentes e atendimento telefónico. Entre as 18:00 e as 9:00 da manhã do dia seguinte a equipa conta apenas com um auxiliar que acumula funções.

Dispõe de uma boa articulação com os meios de transporte dos Bombeiros Voluntários e do INEM

Através dos dados registados abaixo, verifica-se que o número total de consultas realizadas pelos 12 médicos do Centro de Saúde foi de **62.896**, das quais **44.530** em Ambulatório, **18.303** no Serviço de Atendimento Permanente e **63** no domicílio.

Quadro II. 6 – Consultas médicas efetuadas no Centro de Saúde e extensões em 2017

Total	Saúde de Adultos	Saúde Infantil e Juvenil	Saúde Materna	Planeamento Familiar	Consulta Domiciliária	SAP
62.896	40.170	3.027	551	782	63	18.303

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

As consultas específicas de alcoologia, toxicod dependência, tabagismo e dermatologia são registadas como saúde de adultos, não sendo possível por isso, especificar o número total em cada especialidade.

O Centro de Saúde disponibiliza ainda consultas de Nutrição e psicologia.

Não existindo outros serviços de especialidade, sempre que necessário e dependendo do tipo de especialidade, os utentes são encaminhadas para o Hospital Sousa Martins, na Guarda, Hospital N^a Sr.^a de Assunção, em Seia, Hospital Pêro da Covilhã e hospitais de Coimbra.

Quanto ao serviço prestado pelos enfermeiros deste Centro de Saúde, a tabela seguinte apresenta-nos um total de **61.845** consultas realizadas nas diferentes áreas de intervenção.

Quadro II. 7 – Consultas de enfermagem efetuadas no centro de saúde e extensões em 2017

Total	Saúde Adulto	Saúde Infantil e juvenil	Saúde Materna	Planeamento Familiar	Domicílio	SAP
61.845	38.150	2.740	551	752	1.349	18.303

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

O Serviço de Radiologia, disponível para atender doentes encaminhados pelo SAP, mas também do exterior, é uma mais-valia que o Centro de Saúde tem ao dispor da população, do concelho e dos concelhos limítrofes, no qual foram realizados em 2017, **3.820** exames radiológicos.

Funciona entre segunda e sexta feira, em horário diurno da 09:00 às 17:00 e às quartas-feiras entre as 14:00 e as 22:00. Para além deste horário, as situações de urgência são encaminhadas para o HSM- Guarda e eventualmente para o HNS Assunção- Seia

▪ Recursos Humanos

Na prossecução dos seus objetivos e por forma a desenvolver os seus programas e projetos, o Centro de Saúde conta com o desempenho de uma panóplia de profissionais de várias áreas e com funções específicas.

Todos e cada um contribuem para que a instituição seja uma resposta de qualidade às necessidades da população.

Conforme se verifica, no Centro de Saúde de Gouveia, desenvolvem a sua atividade doze médicos de medicina geral e familiar, uma médica de saúde pública, partilhada com outros centros de saúde, vinte enfermeiros, seis assistentes técnicos, dezassete assistentes operacionais, cinco técnicos de diagnóstico e terapêutica, dos quais apenas dois são partilhados com outros centros de saúde, uma assistente social, uma nutricionista, partilhada e uma psicóloga.

Quadro II. 8 – Recursos Humanos

Profissionais	N.º
Médicos Saúde Pública (partilhado)	1
Médicos Família (1 ausente em funções de gestão)	12
Enfermeiros	20
Assistentes Técnicos	5
Assistentes Operacionais	17
Psicóloga	1
Nutricionista (partilhada)	1
Assistente Social (partilhada)	1
Fisioterapeuta (partilhada)	1
Técnico de Higiene Oral (partilhada)	1
Técnico de Radiologia	2
Técnica Saúde Ambiental	1

Fonte: Centro de Saúde de Gouveia

2.2. A Associação de Beneficência Popular de Gouveia (ABPG)

A Associação de Beneficência Popular de Gouveia é uma IPSS que, para além de outras valências, tem vindo a investir de uma forma muito importante na área da saúde, especialmente na Clínica de Medicina Física e de Reabilitação, a qual tem protocolo com a Região de Saúde do Centro para atendimento de utentes do Serviço Nacional de Saúde. Esta unidade encontra-se instalada em edifício próprio junto à Av. Botto Machado, em Gouveia.

Atendendo mais de 220 pessoas por dia e dada a qualidade dos serviços prestados, a Clínica de Medicina Física e Reabilitação tem já um elevado impacto no Concelho, no distrito e na região.

Quadro II. 9 – Serviços médicos prestados na ABPG em 2017

Unidades de Medicina Física e Reabilitação
Consulta de Fisiatria
Fisioterapia
Termoterapia
Hidroterapia
Massoterapia
Ventiloterapia
Cinesiterapia e Mecanoterapia
Treinos Terapêuticos
Terapia da Fala
Terapia Ocupacional
Cardiopneumologia

Fonte: Associação de Beneficência Popular Gouveia

Além do supracitado, o caminho da instituição tem sido feito a nível dos Cuidados de Saúde, tendo ingressado na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados em 28 de Fevereiro de 2008. Desde então, muito se tem feito a este nível de Cuidados de Saúde Intermédios.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) surge como um novo modelo organizacional, composta por um conjunto de instituições públicas e privadas, que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social.

Quadro II. 10 – Serviços médicos prestados na ABPG no âmbito dos Cuidados Continuados

Cuidados Continuados
Unidade de Cuidados Continuados média duração e Reabilitação – 30 camas
Unidades de Cuidados Continuados longa duração e Manutenção – 23 camas

Fonte: Associação de Beneficência Popular Gouveia

Esta instituição possui duas Unidades de Cuidados Continuados Integrados: UCCI de Média Duração e Reabilitação (30 camas) e uma UCCI de Longa Duração e Manutenção (23 camas). Estas Unidades encontram-se sediadas na Av. Pedro Botto Machado, nos edifícios do antigo Hospital N^a. Senhora da Piedade, propriedade da

ABPG, e recentemente reabilitados.

Segundo o Decreto de Lei nº 101/2006, de 6 de Junho, os cuidados continuados são *“um conjunto sequencial da saúde e ou de apoio social, decorrentes de avaliação conjunta, centradas na recuperação global entendida como o processo terapêutico e de apoio social, activo e contínuo, que visa promover a autonomia, melhorando a funcionalidade da pessoa em situação de dependência, através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social”*.

A UMDR é uma unidade de internamento vocacionada para a prestação de cuidados clínicos, de reabilitação e de apoio psicossocial, por situação clínica decorrente de recuperação de um processo agudo ou descompensação de processo patológico crónico a pessoas com perda transitória de autonomia potencialmente recuperável. Tem por finalidade a estabilização clínica e a reabilitação integral do cliente, a manutenção e apoio social e a rápida reintegração dos seus utilizadores no seu meio habitual de vida, em condições da maior autonomia possível. O período de internamento tem uma previsibilidade superior a 30 dias e inferior ou igual a 90 dias consecutivos por cada admissão.

A ULDM é uma unidade vocacionada para prestar apoio psicossocial, e cuidados de saúde de manutenção a pessoas com doenças ou processos crónicos, com diferentes níveis de dependência e que não reúnam condições para ser cuidadas no domicílio. Tem por finalidade proporcionar cuidados que previnam e retardem o agravamento da situação de dependência, favorecendo o conforto e a qualidade de vida, por um período de internamento superior a 90 dias consecutivos. A mesma unidade, pode proporcionar o internamento por um período inferior ao previsto (90dias), em situações temporárias decorrentes de dificuldades de apoio familiar ou necessidades de descanso do cuidador principal até 90 dias.

Há a realçar que a UCCI já prestou cuidados de saúde a mais de 800 utentes desde o seu ingresso na RNCCI, e encontra-se certificada pela BVC – *Bureau Veritas Certification* segundo a ISO 9001:2008 desde 2010.

Quadro II. 11 – Serviços médicos prestados na ABPG em 2017

Consultas externas de especialidade (não convencionais)

Cardiologia
Otorrinolaringologia
Gastrenterologia
Ortopedia
Neurologia
Ginecologia/obstetrícia
Pediatria
Psiquiatria
Urologia
Reumatologia

Fonte: Associação de Beneficência Popular Gouveia

A ABPG dispõe ainda de diversos outros serviços, nomeadamente consultas de várias especialidades (não convencionadas em relação aos utentes do Serviço Nacional de Saúde).

Quadro II. 12– Exames complementares realizados na ABPG em 2017

Exames complementares de diagnóstico com acordos – ARS

ECG - ARS e ADSE
Prova de esforço - ARS e ADSE
Holter - ARS e ADSE
Ecocardiograma - ARS e ADSE
Endoscopia - ARS
Colonoscopia - ARS

Fonte: Associação de Beneficência Popular Gouveia

Quadro II. 13 – Pessoal técnico da ABPG em 2017, na área da saúde

Pessoal Técnico ao Serviço	
Médicos Fisiatras	6
Cardiologistas	2
Gastrenterologistas	6
Anestesistas	3
Reumatologista	1
OtorrinoLaringologista	1
Ortopedista	1
Internistas	4
Clínica Geral e Familiar	2
Enfermeiros	16
Fisioterapeutas	10
Terapeuta Ocupacional	2
Terapeuta da Fala	1
Psicólogos Clínicos	2
Técnico de Serviço Social	1
Animadora Sociocultural	1
Nutricionista	1
Administrativos	2
Receção	4
Auxiliares Ação Médica	32
Auxiliares Serviço Gerais	8
Manutenção	2

Fonte: Associação de Beneficência Popular Gouveia

3. Indicadores de Saúde

A análise dos indicadores de saúde e dos recursos da população de uma determinada comunidade pressupõe o conhecimento da sua situação de saúde e desta forma permite definir e adequar as estratégias de intervenção.

Apresentam-se alguns indicadores de saúde relativos ao concelho de Gouveia, fazendo quando possível, uma análise comparativa com a Região Centro e a NUT Serra da Estrela.

A taxa bruta de natalidade e mortalidade remete-nos para o número de nascimentos e de óbitos ocorridos num determinado período de tempo, normalmente um ano civil, sendo expressa habitualmente em número de ocorrências por mil habitantes.

Os dados seguintes permitem-nos perceber as grandes disparidades registadas entre os nascimentos e os óbitos ocorridos no concelho, comparando-os com a região da Serra da Estrela, com a região centro e com o país.

Desta forma, verificamos que a taxa bruta de natalidade do concelho, 4,2, é a mais baixa comparativamente com as outras áreas geográficas.

Por outro lado, há uma grande disparidade entre esta taxa e a taxa de mortalidade e, embora neste caso, o concelho siga a tendência do país e da região, a taxa bruta de mortalidade de Gouveia e das Beiras e Serra da Estrela, com valores na ordem dos 16,5 e 15,8 respetivamente, é significativamente superior à das NUTs em referência.

Uma baixa taxa de natalidade e uma elevada taxa de mortalidade confirmará a tendência de envelhecimento do concelho e da região da Serra da Estrela (NUT 3).

Quadro II. 14 – Taxas de bruta natalidade, mortalidade por NUT e Concelho em 2016

Unidade Geográfica	Taxa bruta de natalidade	Taxa bruta de mortalidade
Portugal – NUTI	8,4	10,7
Região Centro - NUTII	7,2	12,5
Beiras e Serra Estrela - NUT III	5,9	15,8
Gouveia	4,2	16,5

Fonte: INE

Importa também fazer uma referência à taxa de mortalidade específica à qual corresponde o número de óbitos por causa específica, ocorridos num determinado período e local e expressa por 100 mil habitantes.

Quadro II. 15 - Distribuição de óbitos no concelho de Gouveia no ano de 2017

Óbitos	Nº	%
Homens	102	43,40%
Mulheres	133	56,60%
Total	235	100%

Fonte: INE

O número de óbitos por doenças do aparelho circulatório, diabetes e doenças do aparelho digestivo tem vindo a diminuir, embora haja algumas oscilações.

O quadro seguinte expressa a taxa de mortalidade, em permilagem, por doença específica, designadamente do aparelho circulatório e tumores malignos, fazendo-se uma comparação entre o concelho, a NUT a que pertence, a Região e o País.

Quadro II. 16 - Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório e taxa de mortalidade por tumores malignos por NUT e concelho em 2017

Unidade Geográfica	Taxa mortalidade doenças do aparelho circulatório	Taxa mortalidade tumores malignos
Portugal Continental	3,2	2,6
Região Centro	3,6	2,8
Beiras e Serra Estrela	4,1	3,6
Gouveia	4,1	2,8

Fonte: INE

A mortalidade infantil regista-se em taxa quinquenal de mortalidade infantil e em taxa quinquenal de mortalidade neonatal.

Como se pode verificar o concelho de Gouveia apresenta nesta área valores inferiores relativamente à média nacional e aos valores registados na Região Centro e sub-região das Beiras e Serra da Estrela.

Quadro II. 17 - Taxa quinquenal de mortalidade neonatal e mortalidade infantil período de 2013 a 2017

Unidade Geográfica	Taxa quinquenal mortalidade infantil	Taxa quinquenal mortalidade neonatal
Portugal Continental	2,9	2
Região Centro	2,5	1,8
Beiras e Serra Estrela	2,3	1,9
Gouveia	0,0	0,0

Fonte: INE

Saúde - Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Défice no encaminhamento de utentes em situação de emergência (falta de condições habitacionais, carências económicas e inexistência de retaguarda familiar).



Encaminhamento de situações de emergência



Desafios

- Criar um protocolo de atuação no concelho que permita o acolhimento, por parte das instituições, de pessoas em situação de emergência.

Problemáticas

- Respostas insuficientes para doentes do foro mental.
- Elevado número de doentes com problemas ao nível das dependências, verificando-se lacunas no âmbito da sua reinserção socioprofissional.
- Violência doméstica (incidência de situações e défice no seu encaminhamento/accompanhamento).
- Pessoas em situação de sem-abrigo.



Grupos Vulneráveis



Desafios

- Criar respostas mais diversificadas para doentes do foro mental, para apoio psicossocial e domiciliário.
- Maior interligação entre os diversos agentes no sentido de estabelecer parcerias para a inserção socioprofissional dos indivíduos pertencentes aos grupos vulneráveis.
- Sensibilizar para as problemáticas identificadas.
- Criar uma equipa multidisciplinar para acompanhamento dos grupos vulneráveis.
- Criar resposta de alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo.

Problemáticas

- Dificuldade na adoção de estilos de vida saudáveis



Saúde e desenvolvimento de crianças e jovens



Desafios

- Sensibilizar a população para a importância da adoção de estilos de vida saudável.
- Promover mais atividades na comunidade associadas à prática da atividade física, cultural e recreativa.

Problemáticas

- Dificuldade no acesso aos cuidados de saúde primários, nomeadamente marcação de consultas no médico de família e exames complementares de diagnóstico.
- Rede de transportes ineficaz.



Qualidade dos serviços prestados



Desafios

- Consciencializar as entidades competentes para a necessidade de um reforço de recursos humanos e equipamentos ao nível da saúde.
- Organizar/operacionalizar a rede de transportes existente no Concelho.

III – Educação

A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida. (John Dewey)

A educação tem ocupado um papel central no percurso histórico do desenvolvimento do potencial humano. Analisando o percurso histórico ocidental das relações entre os elementos educação, trabalho e ciência, verificamos que o modelo de ensino é mais uma das heranças greco-romana que não tem recebido expressivas contribuições.

As concepções da educação do período clássico englobaram as matrizes educacionais grega e romana, com intenção de formar o homem a partir de um “*ideal perfeito predeterminado*” caracterizado pela busca constante de respostas aos anseios idealizados em cada período histórico-sócio-cultural. Por seu lado, para os gregos, a formação do cidadão era o vértice de sua sociedade e o trabalho requerido para essa conquista que compreendia toda uma vida. Desta forma, a educação baseava-se nas relações interpessoais, na força dos exemplos.

Dando um salto na história, a perspectiva educacional que surge na concepção do movimento iluminista, promoveu uma revolução no campo educacional e social. A força desse movimento reflete uma visão antropológico-social, deixando marcas e desafios na atualidade. Se no passado a forma de ensinar e de educar foi uma construção inspirada nas tradições e na filosofia voltadas para a reprodução das práticas sociais, mais tarde, este conceito foi considerado um instrumento de salvação guiado pela perspectiva religiosa, pelo início dos vários paradigmas de ciência que diligenciaram o ensino, a escola e os seus métodos, cientificamente orientados. Surgiram assim, vários ramos da ciência que se ocupam desse campo do saber e têm vindo a gerar explicações e visões sobre os processos de aprendizagem.

No século XXI, a educação passou a ser encarada como uma preparação para a mudança, ao contrário do passado, educava-se e instruía-se para preservar o *status quo*.

Pensar contemporaneamente, no âmbito da educação e da sociabilidade humana tornou-se uma atividade extremamente complexa e desafiadora, pois há quem defenda a educação como a solução de todos os problemas sociais: violência, terrorismo,

indigência moral e material e subdesenvolvimento económico e social.

Piaget afirma que a razão e emoção envolvidas no processo jamais se separam.

Não há mais espaço para uma metodologia empirista, sendo o construtivismo o caminho mais adequado para implantarmos a escola cidadã. Mesmo que a tendência seja liberal, progressista o importante é estimular a prática do aprendizado, a troca de experiências e uma constante reflexão interna para a realização de uma nova práxis pedagógica, sob ponto de vista cognitivo, afetivo e ético, assim como atividades coletivas envolvendo o educador e aluno.

No que concerne ao Município de Gouveia, com a reorganização a que foi sujeita a rede educativa nos últimos anos, foram várias as alterações ocorridas na educação. Desta forma, torna-se fundamental referenciar essas transformações. Assim, neste capítulo são apresentadas com um cariz dinâmico e atual a caracterização do ensino em Gouveia, a localização das estruturas de ensino, bem como o número de indivíduos afetos às mesmas.

1. Nível de ensino da população residente no Concelho de Gouveia

Quadro III. 1 – População residente segundo o nível de instrução e idade em 2011

Nível de instrução	≤ 10 anos	11-14 anos	15-19 anos	20-24 anos	25-29 anos	30-34 anos	35-39 anos	40-44 anos	45-49 anos	50-54 anos	55-59 anos	≥ 60 anos
S/ nível de ensino	281	0	3	8	12	12	17	20	23	28	28	966
Educ. Pré-escolar	258	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1º CEB	287	0	7	6	33	40	76	175	309	416	615	4010
2º CEB	70	15	16	34	36	91	140	155	160	159	85	172
3º CEB	0	193	148	97	98	145	179	164	188	132	98	171
Ens. Secundário	0	284	392	241	183	218	131	145	143	131	52	107
Pós Secundário	0	1	9	41	18	18	11	1	0	0	0	0
Ensino Superior	0	0	58	257	227	199	130	123	99	107	81	159

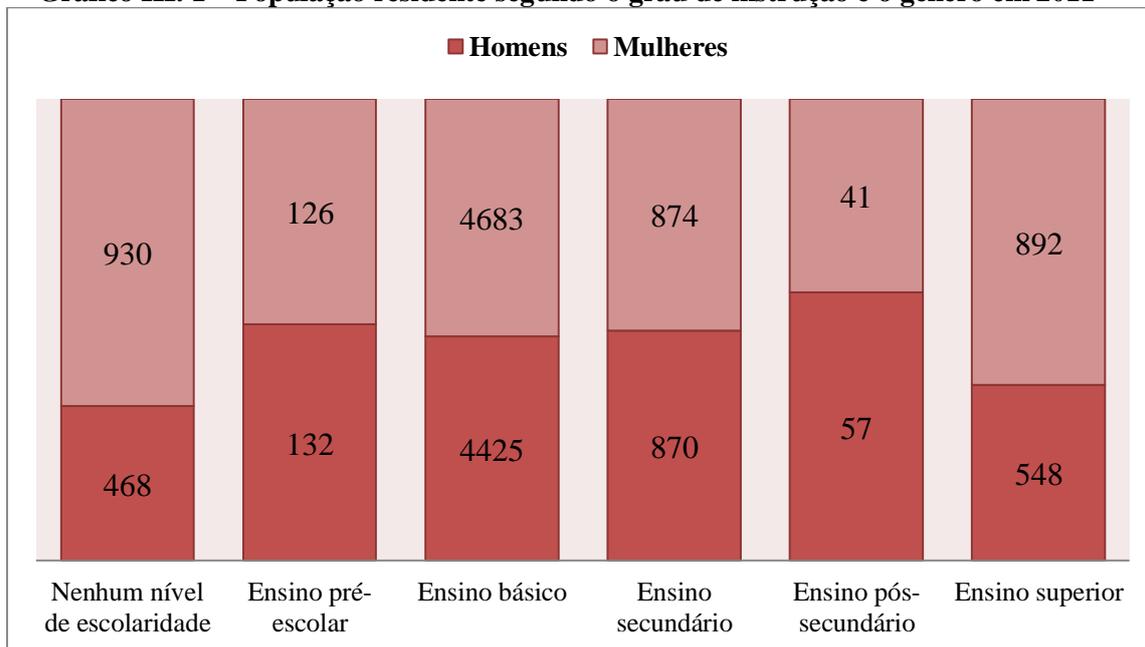
Fonte: INE – Censos 2011

A população sem nível de instrução abrange uma franja maior nas pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, correspondendo, em termos percentuais a 7% da população residente no concelho. Em relação ao 1º Ciclo, 29% da população tem idade igual ou superior a 60 anos, seguindo-se, com 4,4% a população na faixa etária dos 55 aos 59 anos. A população mais representativa detentora do 2º ciclo encontra-se na faixa etária com idade igual ou superior a 60 anos, com 1,2%, seguindo-se da faixa

etário dos 45 aos 49 anos, com 1,1%. Esta faixa etária representa, ainda, 1,3% a população com o 3º CEB. A população mais representativa titular do Ensino Secundário, 2,8%, corresponde à faixa etária dos 15 aos 19 anos. Em relação ao Ensino Superior a faixa etária mais significativa, 2%, corresponde à faixa etária dos 20 aos 24 anos.

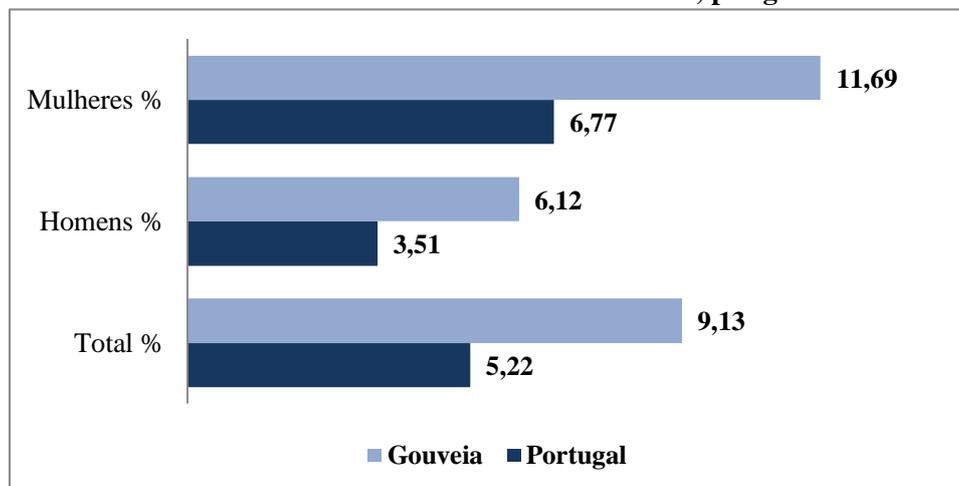
Estes dados apontam para uma mudança do paradigma escolar ao longo dos tempos e refletem o aumento da importância dada ao ensino ao longo das últimas décadas.

Gráfico III. 1 – População residente segundo o grau de instrução e o género em 2011



Fonte: INE – Censos 2011

Gráfico III. 2 – Taxa de nacional e local de analfabetismo, por género em 2011



Fonte: INE – Censos 2011

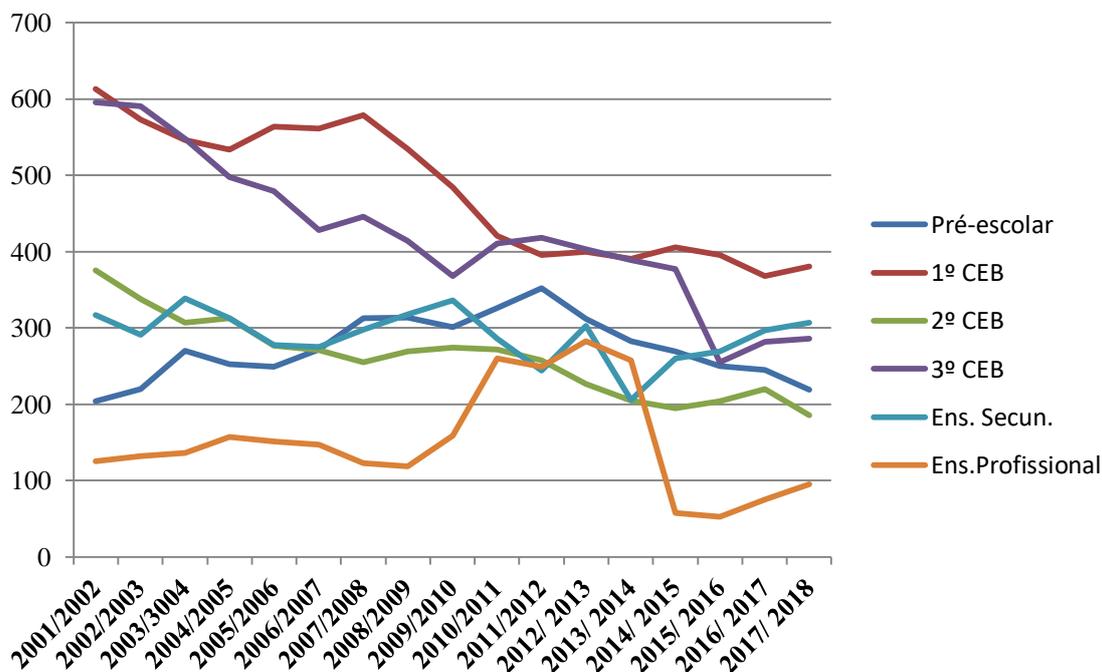
A taxa nacional de analfabetismo é de 5,22%, no concelho de Gouveia esta taxa ultrapassa os 9%, sendo significativamente maior nas mulheres.

2. Caracterização do ensino em Gouveia

2.1. Evolução da frequência do número de alunos no Concelho

O Gráfico III.3 representa a evolução da frequência de alunos nos estabelecimentos de educação e ensino no Concelho de Gouveia entre os anos de 2001 a 2011.

Gráfico III. 3 – Frequência de alunos entre 2001/2002 a 2017/2018



Fonte: Município de Gouveia, Agrupamento de Escolas de Gouveia e IPSS com Pré-escolar

* Nos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018 não estão incluídos os alunos do Ensino Profissional do IG – Escola Profissional – dados não disponibilizados pela entidade

Quadro III. 2 – Evolução do número de alunos matriculados no Concelho entre os anos letivos 2001/2002 a 2017/2018 por nível de ensino

Níveis de Ensino	Pré-escolar	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ens. Secun.	Ens. Profissional
2001/2002	204	613	376	596	317	125
2002/2003	220	573	338	591	291	132
2003/2004	270	546	307	548	339	136
2004/2005	253	534	313	498	313	157
2005/2006	249	564	277	479	278	151
2006/2007	272	561	271	428	275	147
2007/2008	313	579	255	446	298	123
2008/2009	314	535	269	414	318	119
2009/2010	301	484	274	368	336	159
2010/2011	326	421	272	411	286	260
2011/2012	352	396	258	418	244	249
2012/ 2013	312	400	227	403	303	283
2013/ 2014	283	391	205	389	206	258
2014/ 2015	269	406	195	377	260	58*
2015/ 2016	250	396	204	255	269	53*
2016/ 2017	245	368	220	282	297	75*
2017/ 2018	219	381	186	286	307	95*

Fonte: Município de Gouveia, Agrupamento de Escolas de Gouveia e IPSS com Pré-escolar

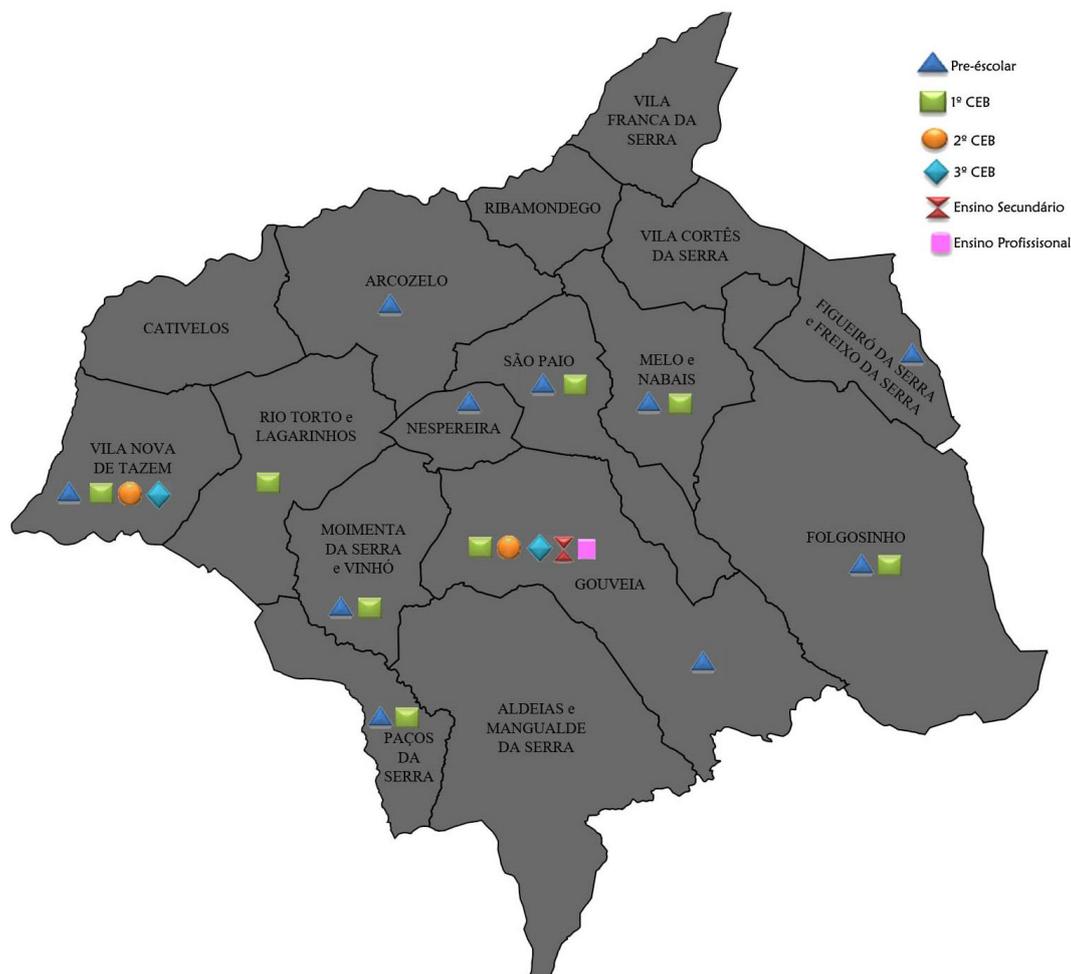
* Nos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018 não estão incluídos os alunos do Ensino Profissional do IG – Escola Profissional – dados não disponibilizados pela entidade

Da análise dos dados conclui-se que existe uma tendência decrescente do número de alunos matriculados. Esta tendência apenas se inverteu nos anos letivos 2003/2004 (mais 1 aluno do que no ano transato) e no ano letivo 2007/2008 (mais 60 alunos do que no ano anterior).

É no 3.º ciclo do ensino básico que se regista a maior redução no número de alunos, desde 2001 até ao presente ano letivo, com um decréscimo de 310 alunos, seguindo-se o 1º ciclo com menos 232, o 2º ciclo com menos 190 e o ensino secundário com menos 111 alunos. Neste último nível de ensino verificou-se uma grande quebra no número de alunos no ano letivo 2013/2014, havendo, nos anos letivos seguintes, uma crescente recuperação.

2.2. Localização das estruturas de ensino

Mapa III. 1 – Localização das estruturas de Ensino



Fonte: Município de Gouveia

2.3. Agrupamento de Escolas de Gouveia

2.3.1. Educação Pré-escolar

Da observação do Quadro III.3 verifica-se que o Concelho de Gouveia, em relação à Educação Pré-escolar, tem uma cobertura de aproximadamente 54% das localidades do concelho, com exceção de Aldeias, Cativeiros, Freixo da Serra, Mangualde da Serra, Nabais, Ribamondego, Rio Torto, Vila Franca da Serra e Vila Cortês da Serra e Vinhó. Existe ainda oferta privada em Gouveia, Lagarinhos e Vila Nova de Tazem.

Quadro III.3: Evolução do número de crianças matriculadas no Pré-escolar Público no Concelho

	Ano letivo													
	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018
Estabelecimento de ensino Pré-escolar (público)	N.º de alunos(as)													
Arcozelo da Serra	13	12	13	16	17	16	14	6	8	5	6	4	4	7
Figueiró da Serra	9	5	4	4	4	4	3	6	5	4	4	3	3	3
Folgosinho	15	11	15	9	9	8	7	8	12	11	7	2	2	3
Gouveia	42	40	32	26	23	29	30	30	28	31	27	31	29	23
Melo	11	9	8	9	11	9	12	9	10	7	7	3	3	3
Moimenta da Serra	36	31	32	24	29	32	34	46	36	38	40	38	38	37
Nabais	10	6	5	7	6	8	7	5						
Nespereira	15	11	11	12	7	7	8	11	9	8	9	7	8	4
Paços da Serra	19	16	19	19	15	15	20	19	17	11	9	7	12	11
Rio Torto			7											
S. Paio	12	11	9	10	8	7	15	15	14	11	11	12	7	5
Vila Cortês	11	10	7	6	5									
Vila Franca		9	9	4	8	5								
V. N. Tazem			29	22	22	30	33	35	30	18	15	17	20	18
Vinhó	13	17	10	9	10	9	7	6	6	4				
Tazem			6											
Total	206	188	216	177	174	179	190	196	175	148	135	124	126	114

Legenda

	Encerrada
	Informações em falta

Fonte: Município de Gouveia e Agrupamento de Escolas de Gouveia

Desde o ano letivo 2004/2005 até á atualidade o número de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar reduziu cerca de 45%. Foram encerrados, no mesmo período 6 estabelecimentos deste nível de ensino.

Quadro III.4: Evolução do número de crianças matriculados no Pré-escolar Privado no Concelho

	Ano letivo													
	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018
Estabelecimento de ensino Pré-escolar (privado)	N.º de alunos(as)													
Abrigo da Sagrada Família							16	19	15	15	14	14	16	
ABPG	70	69	63	62	64	64	59	58	58	62	65	62	58	54
Casa do Povo de Vila Nova de Tazem									24	25	25	25	24	19
Fundação A Nossa casa	25	25	26	25	29	20	22	29	32	31	25	25	21	22
Sonho de Infância														11

Legenda

	Encerrada
	Informações em falta
	JI abriu no ano letivo 2017/2018

Fonte: Jardins de Infância Privados

Na Educação Pré-escolar Privada verifica-se a mesma tendência de redução do número de crianças a frequentar este nível de ensino. No ano letivo 2017/2018 encerrou na localidade de Lagarinhos o JI do Abrigo da Sagrada Família, mas abriu, na mesma localidade, o JI Sonho de Infância.

Quadro III. 5 – Caracterização da educação Pré-escolar no concelho no ano letivo 2017/2018

Estabelecimento de ensino	Capacidade	Frequência	Taxa de ocupação ⁽¹⁾	Nº de educadores	Crianças por educador	Nº de salas			Crianças por sala	Recreio	Cantina
						Total	Com turma	Sem turma			
JI Arcozelo	25	9	0,36	1	9	2	1	1	9	Sim	Não
JI Figueiró da Serra	25	3	0,13	1	3	2	1	1	3	Sim	Não
JI Folgoso	25	3	0,13	1	3	1	1	0	3	Sim	Sim
JI de Gouveia	50	23	0,46	2	11/12	2	2	0	11/12	Sim	Não
JI Melo	25	3	0,13	1	3	1	1	0	3	Sim	Não
JI Moimenta da Serra	50	38	0,76	2	19	2	2	0	19	Sim	Não
JI Nespereira	25	4	0,16	1	4	1	1	0	4	Sim	Não
JI Paços da Serra	25	11	0,44	1	11	1	1	0	11	Sim	Não
JI São Paio	25	3	0,13	1	3	1	1	0	3	Sim	Não
JI Vinhó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

JI Vila Nova de Tazem	25	17	0,68	1	17	1	1	0	17	Sim	Sim
A.B.P.G. ⁽²⁾	70	54	0,77	3	18	3	3	0	18	1	1
Fundação "A Nossa Casa" ⁽²⁾	30	22	0,73	1	22	1	22	0	22	1	1
JI Casa do Povo de Vila Nova de Tazem ⁽²⁾	30	19	0,63	2	7+12	2	2	0	7+12	19	19

Fonte: Município de Gouveia

(1) Taxa de Ocupação – É a relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o número de alunos que o frequentam num período diurno

(2) Estabelecimentos de Educação Pré-escolar, privados, sem Agrupamento de Escolas

Constata-se que nenhum dos estabelecimentos de educação tem uma taxa de ocupação superior a 0,77, sendo que este valor pertence à Associação de Beneficência Popular de Gouveia (A.B.P.G.), uma IPSS que não se encontra afeta ao agrupamento de escolas, uma vez que possuiu um cariz privado. Na rede pública da educação pré-escolar, os valores mais elevados registam-se no Jardim de Infância de Moimenta, com 0,76 e no de Gouveia com 0.68.

As taxas de ocupação mais baixas, iguais ou inferiores a 0,16, verificam-se nos Jardins de Infância de Figueiró da Serra, Folgosinho, Melo, Nespereira e S. Paio.

Podemos constatar, igualmente, que a maioria dos estabelecimentos tem espaço exterior, mas que apenas dois, pertencentes ao agrupamento, têm cantinas (Vila Nova de Tazem e Folgosinho). Face a esta realidade, é de realçar o importante papel da rede de IPSS's existentes no Concelho, que assegura as refeições às crianças dos estabelecimentos que não possuem cantina.

2.3.2. Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico

Quadro III. 6: Evolução do número de alunos matriculados no 1º CEB no concelho

	2004/ 2005	2005/ 2006	2006/ 2007	2007/ 2008	2008/ 2009	2009/ 2010	2010/ 2011	2011/ 2012	2012/ 2013	2013/ 2014	2014/ 2015	2015/ 2016	2016/ 2017	2017/ 2018
Estabelecimento de ensino 1º CEB	N.º de alunos(as)													
Arcozelo da Serra	15	13	12	12	13	14	20	27	22	20	13			
Catavolos	13	14	10											
Figueiró da Serra	5	7	9	8	8	9								
Folgosinho	22	21	15	19	18	14	15	19	14	13	15	19	16	16
Lagarinhos	21	20	25	20	22	18	19	21	23	20	20	17	14	10
Melo	22	18	28	20	12	9	7	18	18	18	15	11	8	10
Moimenta da Serra	23	40	43	47	45	48	47	38	45	37	45	51	48	51

Nabainhos	7	8												
Nabais	10	12	6	7	8	4								
Nespereira	19	21	26	27	24	18	13	11						
Paços da Serra	25	23	21	22	22	28	33	25	26	22	21	21	14	15
Passarela	4	3												
Ribamondego	8	15	13	14	14	7								
Rio Torto	19	24	19	19	10	5								
S. Julião	68	80	86	86	83	90	91	63						
S. Paio	30	24	31	32	28	25	20	23	23	28	32	27	28	25
S. Pedro	97	100	94	101	93	94	98	83						
Vila Cortês	8	8	13	12	12	7								
Vila Franca	4	8	9	11	8	5								
Vial Nova de Tazem	76	66	73	81	82	64	46	55	57	62	63	65	54	57
Vinhó	21	25	24	24	22	16	14	13						
Tazem	12	12	12	13	12	9								
EB de Gouveia									170	171	182	185	186	197

Total	529	562	569	575	536	484	423	396	398	391	406	396	368	381
--------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Legenda



Encerrada



Entrada em funcionamento no ano letivo 2012-2013 - acolhendo as EB1 de S. Julião, S. Pedro, Nespereira e Vinhó

Fonte: Município de Gouveia e Agrupamento de Escolas de Gouveia

No 1º Ciclo do Ensino Básico também é visível uma diminuição significativa do número de alunos. Apenas na EB1 de Moimenta da Serra é verificada uma evolução positiva do número de alunos. No concelho encerraram 15 escolas no período entre o ano letivo 2004/2005 a 2017-2018. Em 2012-2013, foi inaugurada a Escola Básica de Gouveia (1º CEB e 2º CEB), onde foram integrados os(as) alunos(as) que frequentavam as Escolas do 1º CEB de Nespereira, S. Julião, S. Pedro e Vinhó.

Quadro III. 7 – Caracterização do 1º CEB no Município de Gouveia no ao letivo 2017/2018

Estabelecimento de ensino	Capacidade	Frequência	Taxa de ocupação	Nº de professores	Alunos por professor	Nº de salas			Alunos por sala	Recreio	Cantina
						Total	Com turma	Sem turma			
EB1Folgosinho	26	15	0,58	1	15	3	1	2	15	Sim	Sim
EB1 Melo	26	10	0,38	1	10	1	1	0	10	Sim	Não
EB1 Moimenta da Serra	78	51	0,65	3	17/15/19	4	3	1	17/15/19	Sim	Não
EB1 Paços da Serra	26	15	0,58	1	15	3	1	2	15	Sim	Não
EB Gouveia (1º Ciclo)	227	197	0,87	10	21/17/17/22/ 21/20/20/ 10/24/25	10	10	0	21/17/17/22/ 21/20/20/ 10/24/25	Sim	Sim
EB1 São Paio	52	25	0,48	2	14/10	2	2	0	14/10	Sim	Não
EB1 Lagarinhos	26	9	0,35	1	9	2	1	1	9	Sim	Não
EB1 Vila Nova de Tazem	78	61	0,78	3	22/20/19	4	3	1	22/20/19	Sim	Sim

Fonte: Município de Gouveia e Agrupamento de Escolas de Gouveia

Da análise do Quadro III.4 conclui-se que no Concelho de Gouveia, em relação ao 1º Ciclo do Ensino Básico existe uma oferta de 40,91% das localidades, com exceção das Arcozelo, Aldeias, Cativeiros, Figueiró da Serra, Freixo da Serra, Mangualde da Serra, Nabais, Nespereira, Ribamondego, Tazem, Vila Cortês da Serra, Vila Franca da Serra e Vinhó.

Da análise do Quadro anterior verifica-se que Gouveia e Vila Nova de Tazem, são as escolas que têm a maior taxa de ocupação, 0,87 e 0,78 respetivamente. Em sentido contrário verifica-se que a escola de Lagarinhos tem uma baixa taxa de ocupação (0,35) e nas restantes situa-se entre 0,38 em Melo e os 0,65 em Moimenta.

A análise da evolução do número de alunos matriculados no 1º Ciclo do Ensino Básico do Concelho de Gouveia desde 2001/2002 até ao ano letivo 2017/2018, mostra que tem vindo a ocorrer uma diminuição significativa verificando-se no final deste período a existência de menos 148 alunos matriculados (Quadro III.2).

2.3.3. Escolas do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico

No Concelho de Gouveia existe oferta educativa no 2º e 3º Ciclos em Gouveia e Vila Nova de Tazem, como se verifica verificar no Quadro III.5.

Quadro III. 8 – Evolução do número de alunos matriculados no 2º e 3º CEB no concelho

Ano de escolaridade	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
5º ano	151	146	139	133	125	145	130	143	134	111	105	94	112	107	77
6º ano	156	167	138	138	130	124	144	136	137	133	100	101	92	113	109
Total	307	313	277	271	255	269	274	279	271	244	205	195	204	220	186
7º ano	207	202	169	147	140	132	128	157	153	140	126	103	91	93	110
8º ano	163	149	152	131	153	130	118	113	127	133	135	139	111	83	91
9º ano	178	147	158	150	153	152	122	118	99	137	128	135	153	106	85
Total	548	498	479	428	446	414	368	388	379	410	389	377	355	282	286

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gouveia

Quadro III. 9 – Caracterização do 2º e 3º CEB no Município de Gouveia no ano letivo 2017/2018

Estabelecimento de ensino	Capacidade	Frequência	Taxa de ocupação	Nº de professores	Alunos por professor	Nº de salas	Alunos por sala
EB de Gouveia (2º Ciclo)	----	149	---	26	20	22(destas, 6 são pequenas)	20
Gouveia 3º ciclo	----	237	----	20 exclusivos 65 (3º C e Secundário)	20	20	20
EB de Vila Nova de Tazem 2º e 3º Ciclo	----	88	---	2	20	14	20

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gouveia

O 2º CEB e o 3º CEB apresentam ao longo dos anos letivos explanados uma diminuição acentuada do número de alunos(as) (2º CEB menos 40%, 3º CEB menos 48%), seguindo a mesma tendência verificada nos níveis de ensino antecedentes.

Quadro III. 10 – Evolução do Ensino Secundário no concelho entre os anos letivos 2003/2004 a 2017/2018

Ano de escolaridade	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
10º	143	120	85	93	127	129	113	110	118	122	110	87	107	124	95
11º	84	93	91	91	89	104	111	109	87	121	88	93	81	98	113
12º	112	100	102	91	82	85	112	103	96	96	100	80	81	75	99
Total	339	313	278	275	298	318	336	322	301	339	298	260	269	297	307

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gouveia

O Ensino Secundário não apresenta variações significativas no período entre os anos letivos 2003/2004 e 2017/2018.

Quadro III. 11 – Caracterização da oferta formativa na Escola Secundária de Gouveia no ano letivo 2017/2018

Cursos		Número de alunos		
		10º	11º	12º
Científico-Humanísticos	Ciências e Tecnologia	42	40	45
	Línguas e Humanidades	19	27	24
	Ciências Socioeconómicas	--	--	11
Sub-total		61	67	80
Cursos Profissionais	Técnico de Eletrónica, Automação e Instrumentação	10	11	7
	Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	--	--	8
	Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	10	8	--
	Técnico de Desporto	13	14	--
	Técnico de Comércio	--	9	--
Sub-total		33	42	15
Total Geral				298

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gouveia

O Quadro III.8 caracteriza a oferta educativa e formativa existente na Escola Secundária de Gouveia. Verifica-se que a maioria dos alunos está inserida nos cursos Científico-Humanísticos. Porém, existe também um número considerável de alunos que frequentam cursos profissionais na Escola Secundária de Gouveia.

2.6. IG - Escola Profissional de Gouveia

O IG – Escola Profissional de Gouveia iniciou atividade em 1991. Desde então este estabelecimento de ensino procura proporcionar aos jovens do Concelho e oriundos de Concelhos vizinhos respostas educativas que respondam às necessidades do mercado local e regional, com uma forte componente prática através de protocolos com as empresas e instituições que proporcionam aos alunos a realização de estágios regulares.

Quadro III. 12 – Caracterização do Ensino Profissional no IG no ano letivo 2013/2014*

Estabelecimento de ensino	Capacidade	Frequência	Taxa de ocupação	Nº de professores	Pessoal técnico	Pessoal auxiliar	Alunos por professor	Nº de salas	Alunos por sala
Instituto de Gouveia - Escola Profissional	186	169	90,9	32	3	6	5,3	10	15,90

Fonte: Instituto de Gouveia

* Não foram disponibilizados pela IG – Escola Profissional de Gouveia os dados relativos ao ano letivo 2017/2018

O IG – Escola Profissional constitui-se como o único estabelecimento de ensino profissional em funcionamento no Município de Gouveia. Com capacidade para 186 alunos, tinha inscritos no ano letivo 2013/2014, 169 alunos o que conduz a uma taxa de ocupação de 90,9%.

Quadro III. 13 – Evolução da frequência de alunos no IG – Escola Profissional Ensino Profissional no Município de Gouveia 2003/2004 a 2003/2014 *

Ano de escolaridade	2003/2004	2004/2005	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
10º ano	49	71	46	40	44	54	66	68	67	61	47
11º ano	46	41	66	45	31	39	54	59	58	63	68
12º ano	41	45	39	62	48	26	39	53	55	58	54
Total	136	157	151	147	123	119	159	180	180	182	169

Fonte: IG – Escola Profissional

* Não foram disponibilizados pela IG – Escola Profissional de Gouveia os dados relativos aos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018

Verifica-se no Quadro III.10 que o IG teve a sua taxa de frequência máxima no ano letivo 2012/013. Entre os anos letivos 2004/2005 e 2008/2009, apesar de não significativa a frequência de alunos no IG diminui, tendo um aumento significativo no ano letivo de 2009/2010 e 2010/2011. Entre o ano letivo e 2012-2013 o número de alunos matriculados manteve-se estável, voltando a diminuir no ano letivo 2013/2014.

Quadro III. 14 – Número de Alunos inscritos no IG – Escola Profissional, por curso, de 2009/2010 a 2013/2014

Cursos	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Técnico de Turismo					
Técnico animador sociocultural	50	53	63	58	58
Técnico Restaurante - Bar	49	59	59	61	51
Técnico de Informática e Gestão	60	68	58	63	60
Desbaste e Tratamento de Equinos					18

Fonte: IG - Escola Profissional de Gouveia

* Não foram disponibilizados pela IG – Escola Profissional de Gouveia os dados relativos aos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018

Dos cursos que funcionam desde 2009/2010 o que apresenta maior frequência é o Curso de Técnico Animador Sociocultural, num total de 282 alunos em 5 anos

letivos. No ano letivo 2013/2014 o IG proporcionou aos seus alunos um novo curso na área do Desbaste e Tratamento de Equinos.

Quadro III. 15 – Área de residência dos alunos que frequentam o IG – Escola Profissional de Gouveia no ano letivo 2013/2014

Município	Número de alunos
Gouveia	34
Fornos de Algodres	7
Celorico da Beira	9
Foz Côa	1
Guarda	18
Mangualde	16
Seia	34
Covilhã	2
Lisboa	3
Porto	2
Coimbra	2
Oliveira do Hospital	7
Penalva do Castelo	6
Suíça	2
Angola	1
São Tomé e Príncipe	17
Cabo Verde	6
Moçambique	2
Total	169

Fonte: IG – Escola Profissional de Gouveia

* Não foram disponibilizados pela IG – Escola Profissional de Gouveia os dados relativos ao ano letivo 2017/2018

Como referido inicialmente são vários os Concelhos representados neste estabelecimento de ensino. Ressalta que existe um igual número de jovens do Concelho de Gouveia e de Seia (34). Verifica-se não só a existência de jovens de Concelhos limítrofes mas também de outros mais distantes como por exemplo Guarda, Covilhã, Oliveira do Hospital e Sabugal. De salientar também a existência de 28 jovens da Suíça, Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique que escolheram este estabelecimento de ensino para completar o ensino secundário nesta vertente profissionalizante.

2.6.1. Número de alunos do IG que ingressaram na vida ativa e em Cursos de Educação Tecnológica (CET)

Relativamente ao ano letivo 2012/ 2013 ingressaram na vida ativa 46 alunos saídos do IG e 11 ingressaram em CET.

2.7. Curso de Educação e Formação para Adultos

Esta é uma resposta educativa legislada desde 2004 e com a qual se pretende reduzir o número de jovens em situação de abandono escolar facilitando a transição para a vida ativa. Através dos planos curriculares destes cursos procura-se que os jovens desenvolvam competências escolares, técnicas, sociais e relacionais com vista ao ingresso no mercado de trabalho.

Quadro III. 16 – Caracterização dos Cursos de Educação e Formação de Adultos no Concelho de Gouveia no ano letivo 2017/2018

Estabelecimento de ensino	Curso	N.º de alunos
ES/3 Gouveia	Curso EFA - Percurso formativo S, tipos A	25
Total		25

Fonte: Agrupamento de Escolas de Gouveia

2.8. Educação Inclusiva

Nos termos do preconizado pelo Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, o Agrupamento de Escolas de Gouveia (AEG) tem adotado um conjunto de respostas educativas diferenciadas visando uma escola inclusiva, destinada a responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos que o integram.

O apoio, neste âmbito, é prestado por Docentes com formação especializada na área, pelo Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) e por Assistentes Operacionais do AEG. A estes alunos, mediante as suas características, são ainda proporcionadas terapias específicas, prestadas por técnicos especializados, pertencentes a Gabinetes e instituições locais. Ainda neste contexto, e a fim de se prestar a resposta mais adequada aos alunos abrangidos pelas “Medidas Adicionais”, no âmbito da transição

para a vida ativa, o AEG tem vindo a estabelecer protocolos de colaboração com instituições como a CMG, a GNR, a ABPG, Oficinas Auto, Juntas de Freguesia, Clínica Veterinária, entre outras.

A aposta na diversidade de estratégias, a mobilização dos meios disponíveis e as dinâmicas implementadas, contribuem para o aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

Quadro III. 17 – Número de alunos com Necessidades Educativas Especiais, por nível de ensino, nos anos letivos 2014/2015 a 2017/2018

Ano letivo	Educação Pré-Escolar	1.º Ciclo do Ensino Básico	2.º Ciclo do Ensino Básico	3.º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Secundário	Cursos Profissionais
2014/2015	3	33	34	56	20	-
2015/2016	3	26	34	39	20	11
2016/2017	1	27	28	37	31	10
2017/2018	-	30	16	44	19	11
2018/2019	-	31	18	28 +14 PCA	8	7

No ano letivo 2017/2018, 8% dos alunos do 1º CEB apresentavam Necessidades Educativas Especiais. Relativamente aos restantes níveis de ensino, 2º, 3º, Ensino Secundário e Profissional, as percentagens são de 10%, 15%, 3% e 8%, respetivamente.

Educação - Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Redução do número de alunos.
- A reestruturação da rede escolar do Concelho, nos últimos anos, levou ao encerramento de diversas escolas o que obriga as crianças a deslocarem-se.
- Estabelecimentos de ensino mais antigos com materiais e equipamentos desatualizados face à nova visão da educação.



Condições de Funcionamento e Organização dos Jardins de Infância e Escolas do 1º CEB



Desafios

- Otimizar recursos para que o transporte das crianças deslocadas seja feito no mínimo de tempo possível e decorra em condições de segurança, deslocando as crianças para as escolas de acolhimento mais próximas da sua residência.
- Manter/ melhorar as respostas e condições de acolhimento às crianças deslocadas, durante o período de almoço e após o término das atividades (recursos materiais e recursos humanos qualificados).
- Dotar os estabelecimentos de ensino mais antigos de novos materiais e equipamentos adequados às crianças e às novas exigências do processo educativo, salvaguardando a possibilidade desses equipamentos poderem ser encaminhados para os estabelecimentos onde se fizer sentir a sua necessidade (caso se verifique o encerramento dos estabelecimentos onde se efetuou o investimento).

Problemáticas

- Desadequação da oferta formativa face às necessidades locais;
- Situação económica vulnerável de algumas famílias, fator que condiciona a vida escolar dos alunos.
- Desmotivação dos alunos face à fraca perspetiva de integração no mercado de trabalho.



Processo Educativo e Inserção Profissional



Desafios

- Criar uma maior interligação entre o Agrupamento de Escolas, IG - Escola Profissional, Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda, Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia, entidades empregadoras do Concelho e áreas envolventes, com o objetivo de se criarem locais de estágio onde os alunos possam desenvolver as competências práticas mais direcionadas para o mercado de trabalho.
- Incentivar as empresas onde os alunos fazem os estágios a empregarem os mesmos.
- Fomentar a capacidade empreendedora dos jovens.
- Incentivar alunos e pais para a importância da formação académica/ qualificação, nomeadamente através da divulgação de casos de sucesso em diferentes áreas e através do contacto com a prática.

Problemáticas

- O absentismo/ abandono escolar, principalmente por crianças/jovens de etnia cigana.



Absentismo e Abandono Escolar



Desafios

- Motivar e encaminhar jovens que pretendam abandonar os estudos após concluírem o 2º/3.º Ciclos para cursos profissionais.
- Procurar respostas ao nível do ensino socioprofissional para franjas da população que

não têm respostas na oferta formativa que exista no Concelho.

- Promover e valorizar a educação formal e não formal, assim como criar respostas profissionais qualificantes.
- Proporcionar atividades integradoras, orientadas para troca de saberes, que permitam desenvolver nos alunos o espírito de iniciativa, criatividade, o pensamento crítico, a responsabilidade, a organização e a autonomia.
- Garantir respostas educativas adequadas a todos os alunos sinalizados pelos conselhos de turma, ou pelo professor titular de turma.
- Dinamizar o gabinete de atendimento/apoio ao aluno existente no agrupamento.
- Dar respostas adequadas em 24 horas às solicitações direccionadas no âmbito do Projeto “Quero Ajuda”.
- Corresponsabilizar os pais pelo processo educativo dos filhos.
- Projetos educativos/ formativos direccionados para a integração da comunidade cigana.
- Criar um conjunto de ações direccionadas para as famílias, nomeadamente grupos de educação parental, visando o desenvolvimento de competências socio relacionais, hábitos de trabalho, valorização da cultura escolar, disciplina positiva e regras de convivência.

IV – Ação Social

Ação social é um comportamento humano, é uma atitude interior ou exterior voltada para ação ou privação. Esse comportamento só é ação social quando o protagonista atribui a sua conduta a um significado ou sentido próprio, e esse sentido se relaciona com o comportamento de outras pessoas. (Max Weber)

As alterações verificadas na sociedade dos nossos dias, trazem problemas e necessidades que exigem formas diferentes de olhar e atuar no social, apelando ao esforço de todos e à utilização das várias energias positivas, no sentido da melhoria das condições de vida dos cidadãos.

Atento aos novos desafios sociais, refletidos na vulnerabilidade de determinados grupos da população, como é o caso das pessoas idosos, com deficiência ou incapacidades, crianças e jovens, entre outros, os agentes sociais do concelho de Gouveia, têm procurado ser agentes fundamentais na aplicação de políticas de proteção social, desempenhando um papel fulcral na elaboração de estratégias de desenvolvimento social integrado e na criação de respostas inovadoras e sustentáveis.

Este trabalho social, que só é possível com base na criação de sinergias, é potenciado e enriquecido pela existência de uma cobertura significativa de respostas sociais diversificadas, criadas por diferentes instituições.

Neste capítulo são caracterizados os grupos considerados especialmente vulneráveis, as principais respostas sociais dirigidas aos mesmos, bem como as oscilações registadas ao nível da frequência de alguns destes grupos nas respetivas respostas.

1. Crianças e Jovens

O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade. (Karl Mannheim)

Quando de manhã cedo muito carinhosamente o vou acordar, depressa os seus olhos, meio fechados, ainda um pouco ensonados, formam um olhar intenso, ficando enormes com o seu sorriso. É logo neste primeiro momento do dia que descubro algo de muito valioso que uma criança pode ensinar a um adulto, estar feliz e contente sem precisar de um grande motivo.

Depressa se ocupa de alguma coisa, vai beber o leite, aproveita para brincar, para falar e logo aprendo outra coisa importante de uma criança, estar sempre ocupado com alguma coisa, ensinando-nos que é em vão que perdemos tempo com coisas inúteis e preocupações excessivas.

Depois, no caminho para a escola, olho-o tão pequeno - é ainda o meu Bebé, olho aquele “Bebé” de mochila às costas, quase tão grande como ele e mais uma vez ele ensina-me uma nova coisa, que podemos desempenhar por gosto todas as nossas tarefas diárias, ainda que não façamos o que gostaríamos mais de fazer na vida. E, lá vai ele com uma grande expressão de felicidade.

É então que penso que ele um dia será um jovem, depois um adulto como eu e que todos os adultos e amigos que o rodeiam nestas horas são tão importantes na sua vida e formação como os seus pais, pois estão com eles, às vezes, mais tempo do que os próprios pais.

Todos nós estamos a fazer crescer estas crianças, como pássaros no ninho, que precisam dos pais, dos professores e dos auxiliares de educação e do seu tempo livre e amigos para que eles possam criar asas neste ninho e um dia possam voar livres, para a construção de um mundo mais admirável.

Todos os dias levantamo-nos com a certeza que o sol brilhará, mesmo nos dias mais cinzentos, por entre as nuvens, ele brilhará e dará luz à nossa vida. Imaginar um mundo sem uma criança, seria como acordar um dia sem que existisse o sol para iluminar a nossa vida, por isso temos que olhar, compreender e ouvir os nossos filhos, dar-lhes toda a atenção. Em suma, se sentirmos a criança que cada um tem dentro de nós. Jamais a nossa vida deixará de brilhar. Se um dia perdermos o contacto com essa criança, perderemos o contacto com a vida, com os nossos filhos, com o sol que brilha todos os dias.

[in geografiadovale.blogspot.com](http://in_geografiadovale.blogspot.com)

1.1. Instituições e Respostas Existentes

1.1.1. Instituições de apoio a crianças e jovens

Quadro IV. 1- Respostas de apoio às crianças e jovens em 2017

Freguesia	Instituição	Respostas sociais	Capacidade	Utentes
Arcozelo	Centro de Assistência, Cultura e Recreio do Arcozelo	CATL C/Ext.S/Almo.	Acordo cessado	
Lagarinhos	Instituto de São Miguel	Creche	25	n.d.*
		E. Educação Pré-escolar	22	n.d.*
		CATL C/Ext.C/Alm.	20	n.d.*
Moimenta da Serra	Fundação D. Laura dos Santos	Creche	35	25
		CATL C/Ext.S/Alm.	40	40
		CAT	20	20
Paços da Serra	Centro Assistência, Cultura e Recreio de Paços da Serra	Creche	22	12
		CATL C/Ext.S/Alm.	15	15
S. Julião	Associação de Beneficência Popular de Gouveia	Creche	46	39
		E. Educação Pré-escolar	70	54
		CATL C/Ext.C/Alm.	70	50
		CATL C/Ext.S/Alm.	70	10
S. Pedro	Fundação a Nossa Casa	Creche	30	30
		E. Educação Pré-escolar	35	22
		CATL C/Ext.C/Alm.	80	54
Vila Nova de Tazem	Casa do Povo de Vila Nova de Tazem	Creche	30	21
		E. Educação Pré-escolar	30	19
		CATL Clássico S/Alm.	50	9
		CATL C/Ext.S/Alm.	50	21

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

*n.d. nada diz (sem informação atual)

Os serviços referidos no Quadro IV.1, referem-se apenas aos prestados pelas instituições de solidariedade social que têm acordo com a Segurança Social, existindo também outros prestados pelo Ministério de Educação e Município de Gouveia (ver Capítulo III – Educação).

O serviço de apoio a crianças prestado pelas IPSS corresponde a **6 creches**, **4 estabelecimentos de educação pré-escolar**, com atividades educativas e atividades de apoio social e **9 centros de atividades de tempos livres (CATL)**. Há a referir o encerramento de dois CATL de para 2013 para 2017, bem como a redução do número de utentes protocolados com a segurança social, resultado da quebra da frequência mensal (assiduidade) nestas respostas sociais.

1.1.2. Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

De acordo com a Lei nº 147/99 de 1 de Setembro, lei de proteção de crianças e jovens em perigo, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2001 e, através da Portaria nº 1226- BP/ 2000, de 30 de Dezembro, a Comissão de Proteção de Menores de Gouveia (CPMG) foi reorganizada em Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gouveia, funcionando nas instalações do Município.

Formação da equipa: 1996

Entidades parceiras: Município; Assembleia Municipal; Segurança Social; Centro de Saúde; Ministério da Educação; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Guarda Nacional Republicana; Polícia de Segurança Pública; Associações de Pais e Associações Culturais, Desportivas e Recreativas.

Intervenção: a intervenção para a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte da ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

Quadro IV. 2- Crianças/Jovens Acompanhados por Escalão Etário/Problemática Diagnosticada/Sexo em 2017

Escalão etário	Problemática Diagnosticada	Sexo		N.º de Processos
		F	M	
0-2	Violência doméstica	0	2	2
	Outras situações de perigo	1	0	1
3-5	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	4	0	4

	Negligência	1	0	1
	Mau trato físico	1	0	1
	Mau trato psicológico/indiferença afetiva	1	0	1
6-8	Exposição a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional	2	0	2
	Mau trato físico	1	0	1
	Mau trato psicológico/indiferença afetiva	1	0	1
	Negligência	1	2	3
9-10	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	0	1	1
11-14	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	0	1	1
	Negligência	2	0	2
	Outras situações de perigo	2	0	2
15-17	A criança/jovem assume comportamentos que afeta o seu bem-estar e desenvolvimento	0	2	2
	Exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança	1	0	1
	Negligência	1	2	3
	Absentismo Escolar	0	1	1
18-21	Violência Doméstica	1	0	1

Fonte: Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Gouveia

De todas as situações de perigo no universo dos casos de intervenção da CPCJ de Gouveia em 2017, a negligência e a exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento da criança são as tipologias que assumem o maior número de casos, seguidos da violência doméstica.

2. Famílias

A família é a unidade básica da sociedade formada por indivíduos com ancestrais em comum ou ligados por laços afectivos. (Alberto Eiguer)

O termo “família” é derivado do latim “*famulus*”, que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma Antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas na agricultura e também para a escravidão legalizada. Se nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe, na Idade Média, as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias.

A família representa um grupo social primário que influencia e é influenciado por outras pessoas e instituições. É um grupo de pessoas, ou um número de indivíduos ligados por descendência (demonstrada ou estipulada) a partir de um ancestral comum, matrimónio ou adoção. Nesse sentido, o termo confunde-se com clã. O conceito de família vem-se transformando através dos tempos, acompanhando as mudanças religiosas, económicas e socioculturais. A família é um espaço sociocultural que deve ser continuamente renovado e reconstruído. A família é unida por múltiplos laços capazes de manter os membros moralmente, materialmente e reciprocamente durante uma vida e durante as gerações.

Desta forma, as famílias como agregações sociais, ao longo dos tempos, assumem ou enunciam funções de proteção e socialização dos seus membros, como resposta às necessidades da sociedade a que pertencem. Nesta perspetiva, as funções da família regem-se por dois objetivos, sendo um de nível interno, como a proteção psicossocial dos membros e o outro de nível externo, como a acomodação a uma cultura e sua transmissão. A família deve então, responder às mudanças externas e internas de modo a atender às novas circunstâncias sem, no entanto, perder a continuidade.

2.1. Instituições e Respostas Existentes

Quadro IV. 3 – Instituições de apoio à família

Freguesia	Instituição	Respostas Sociais	Acordo	Utentes
UF de Moimenta da Serra e Vinhó	Fundação D. Laura dos Santos	Comunidade de Inserção	12	n.d.*
UF de São Pedro e São Julião	Grupo Aprender em Festa	Centro Comunitário	n.d.*	n.d.*

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda
*n.d. nada diz – Acordo Atípico

2.1.1. Comunidade de Inserção da Fundação D. Laura dos Santos

Destinatários: Capacidade para acolher 12 mulheres em risco e seus descendentes.

Objetivos: Resposta social que abrange um conjunto de ações integradas, com vista à inserção social de mulheres que, por diversos fatores, se encontram em situação de vulnerabilidade, exclusão ou marginalização social.

Intervenção realizada:

- Proporcionar apoio psicológico e social, de modo a contribuir para o seu equilíbrio e bem-estar;
- Promover ações com vista ao desenvolvimento de competências pessoais, sócio - profissionais e relacionais;
- Contribuir para o desenvolvimento das capacidades e potencialidades das utentes no sentido de favorecer a sua progressiva integração social e profissional.

2.1.2. Grupo Aprender em Festa

- **Centro Comunitário – Outro Olhar**

Objetivo Geral: Esta resposta social tem como objetivo principal contribuir para a criação de condições que possibilitem aos indivíduos o exercício pleno do seu direito de cidadania e apoiar as famílias no desempenho das suas funções e responsabilidades, reforçando a sua capacidade de integração e participação social.

Objetivos Específicos:

a) O desenvolvimento pessoal e social de pessoas e famílias do concelho de Gouveia, através de um apoio psicossocial continuado e com especial atenção a alguns grupos vulneráveis, nomeadamente indivíduos em exclusão social, com problemas de saúde, dependências do consumo de substâncias psicoativas e crianças/jovens com insucesso, abandono escolar e/ou comportamentos de risco;

b) Promover a inserção social de pessoas e grupos mais vulneráveis, gerando condições para a mudança, através do atendimento, aconselhamento e acompanhamento na resolução dos seus problemas familiares, económicos, sociais e/ou psicológicos;

c) Desenvolver atividades dinamizadoras da vida social e cultural da comunidade, de modo a fomentar a participação das pessoas, famílias e grupos;

d) Constituir um polo de animação gerador de dinâmicas locais, facilitando o envolvimento dos parceiros locais para o desenvolvimento da comunidade.

Identificação da População-alvo: São destinatários desta resposta social:

a) Crianças/jovens com dificuldades de aprendizagem, perturbações emocionais e/ou comportamentais ou vítimas de violência e/ou negligência;

b) Famílias, indivíduos e/ou grupos com défices de competências pessoais e sociais e vítimas de violência doméstica;

c) Famílias, indivíduos e/ou grupos cujo desemprego e a baixa qualificação profissional constituem obstáculo ao seu desenvolvimento e integração social;

d) Indivíduos com problemas ao nível da saúde, nomeadamente doença mental estabilizada, alcoolismo, toxicodependência e outras situações;

e) Indivíduos em situação de isolamento e exclusão social.

Serviços Disponibilizados: Gabinete de Psicologia; Informação e Atendimento/Acompanhamento Psicossocial; Atividades Lúdico-terapêuticas de Grupos Sénior, Acompanhamento para Inclusão Social e Profissional; Atividades de Formação Familiar; Serviço de Atendimento às Vítimas de Violência Doméstica; Centro Sócio-Juvenil; Banco da Família (banco de roupa, de medicamentos e de ajudas técnicas para dependentes).

O Centro Comunitário “*Outro Olhar*” apoiou no ano de 2017, 83 pessoas.

2.2. Outras Respostas destinadas às Famílias

2.2.1. Município de Gouveia

2.2.1.2. Programas de Apoio

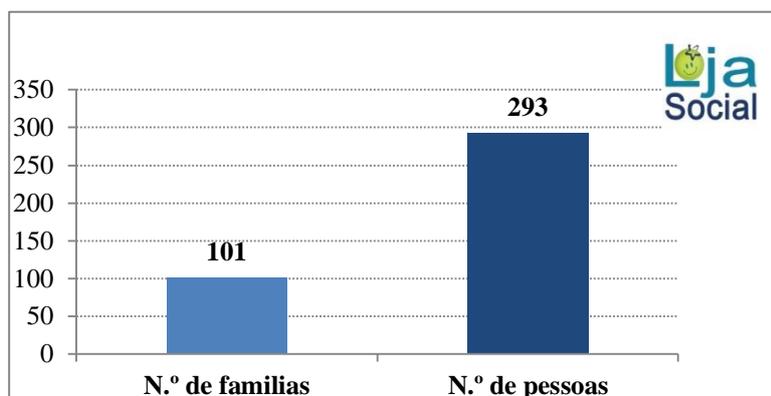
A autarquia de Gouveia tendo por objetivo criar condições que favoreçam o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e/ ou famílias, tem ao dispor dos munícipes várias medidas de apoio social.

- **Loja Social**

Objetivos: promover a melhoria das condições de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade social, através da atribuição totalmente gratuita de bens de primeira necessidade; suprir necessidades imediatas dessas famílias, mediante a recolha de diferentes géneros, nomeadamente, alimentos, vestuário, mobiliário e eletrodomésticos, doados por particulares ou empresas; potenciar a responsabilidade cívica e comunitária das pessoas beneficiadas, mediante o compromisso assumido pelas mesmas para a integração em programas de serviço comunitário em entidades concelhias; contribuir para o incremento do espírito de solidariedade civil e responsabilidade social; incentivar e dinamizar o voluntariado local.

Destinatários: indivíduos que revelem vulnerabilidade económica e social.

Gráfico IV. 1 - Loja Social - N.º de famílias e pessoas apoiadas em 2017



Fonte: Município de Gouveia

No ano de 2017 beneficiaram dos apoios da Loja Social 101 famílias, o que corresponde a um total de 293 pessoas beneficiárias.

2.2.1.2. Programas de Apoio

A autarquia de Gouveia tendo por objetivo criar condições que favoreçam o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos e/ ou famílias, tem ao dispor dos munícipes várias medidas de apoio social.

- **“Gouveia + Solidária”**

Apoia indivíduos e/ ou famílias em situação de vulnerabilidade em áreas como a Saúde e Habitação.

Quadro IV. 4 – N.º de pessoas/ famílias apoiadas através da medida Gouveia + Solidária

Medida Gouveia + Solidária - apoios	N.º efetivo de beneficiários apoiados em 2017
Aquisição de Medicamentos	93
Aquisição de Óculos	22
Aquisição de Próteses	7
Comparticipação no valor mensal da renda	45

Fonte: Município de Gouveia

Nota: o n.º efetivo de beneficiários corresponde a processos ativos desde 2012 a 2017.

- **“Gouveia + Família”**

Esta medida destina-se a famílias numerosas, concretizando-se em apoios como a redução do preço dos espetáculos culturais, desportivos, recreativos e similares e entrada nos equipamentos municipais; redução das taxas e tarifas de água e saneamento e comparticipação até 50 euros em material escolar. Até dezembro de 2017 foram apoiadas 9 famílias.

- **“Incentivo à Natalidade e Apoio à Família”**

Como agente fundamental de desenvolvimento e aplicação de políticas sociais, o Município tem vindo a desenvolver diversas iniciativas no sentido de criar condições que favoreçam o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

No seguimento destas medidas e tendo como intuito o desenvolvimento de estratégias de estímulo à natalidade e à fixação da população, é criado, o “Programa de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família”.

Os apoios a conceder à família revestem três modalidades, a saber:

- a) a) Incentivo à natalidade (1000€ para o primeiro filho e 1250€ para o segundo filho e seguintes);
- b) Incentivo à adoção (1000€ para o primeiro filho e 1250€ para o segundo filho e seguintes);
- c) Auxílio financeiro à frequência de creche (comparticipação mensal da frequência de creche, dos 3 meses aos 36 meses de idade, até ao limite máximo de quarenta e cinco euros (45€) mensais, estando este apoio indexado ao escalão do abono de família).

Quadro IV. 5 – Incentivo à Natalidade e Apoio à Creche

Incentivo à Natalidade e Apoio à Família” - apoios	Total efetivo de beneficiários 2017
Incentivo à natalidade	66
Apoio à creche	31

Fonte: Município de Gouveia

Nota: o n.º efetivo de beneficiários corresponde a processos ativos desde 2014 a 2017.

2.2.2. Cáritas Diocesana em Gouveia

“Se não tiver caridade, nada sou” - S. Paulo

Objetivos: Atender pessoas em situação de carência económica e/ou em situação de emergência; sensibilizar a comunidade para a partilha de bens; ajudar as pessoas a “crescer” e a responder às próprias carências; cooperar com outros movimentos e associações de mesma finalidade; implementar nos jovens e na comunidade em geral o gosto pelo voluntariado e pela ajuda dos mais desfavorecidos; lutar contra a marginalização e solidão, consequências de todo o tipo de pobreza.

Atividades desenvolvidas: Recolha de fundos (rifas, vendas, peditórios); distribuição de bens alimentares, vestuário e equipamentos/mobiliário aos mais carenciados, sendo ainda de salientar o apoio pecuniário em situações de comprovada emergência social;

parceria com o Banco Alimentar Contra a Fome através de duas campanhas anuais de recolha de alimentos; reunião mensal da “Luta contra a Solidão” na primeira quinta-feira de cada mês em colaboração com a junta de freguesia; almoço dos Reis do grupo “Luta contra a Solidão”; participação nas festas da cidade; participação na Campanha “ 10 Milhões de Estrelas”; parceria com a catequese e aulas de Religião e Moral; colaboração com outras instituições da Rede Social.

A Cáritas Diocesana em Gouveia tem inscrito um total de 56 agregados familiares. Realiza às terças-feiras, através dos seus colaboradores, o atendimento semanal desses agregados familiares em situação de carência onde são atendidos em média 40 agregados e 80 pessoas por mês.

2.2.3. Rendimento Social de Inserção

- **Protocolo do Rendimento Social de Inserção e Núcleo Local de Inserção**

A Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio, na sua atual redação, que cria o Rendimento Mínimo Garantido e institui o Rendimento Social de Inserção (RSI), definindo-o como sendo uma prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção social de forma a assegurar às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária.

A aprovação dos Contratos de Inserção celebrados com os beneficiários da prestação, a organização dos meios inerentes à sua prossecução, bem como o acompanhamento e avaliação da respetiva execução, competem ao Núcleo Local de Inserção do RSI de Gouveia (NLI)².

O NLI é coordenado pelo ISS, IP – Centro Distrital da Guarda, Serviço Local de Gouveia, tem base concelhia e reúne mensalmente de forma a concretizar os objetivos acima referidos, no âmbito das competências que lhe são atribuídas pelo Despacho n.º 1810/2004 (2.ª Série), de 27 de Janeiro de 2004.

Este órgão é constituído por representantes de 5 organismos públicos: Centro

² Artigo 33.º da lei n.º 13/2003, de 21 de maio.

de Saúde de Gouveia, Autarquia, Agrupamento de Escolas de Gouveia, Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia; e por representantes de 4 IPSS. No período de vigência deste Diagnóstico, aderiram ainda ao NLI a Casa do Povo de Vila Nova de Tazem através do CLDS e a Fundação D. Laura dos Santos (RLIS Gouveia-Manteigas).

A prevenção e reparação das situações de carência, de desigualdade e de disfunção ou exclusão social, constituem o principal objetivo do subsistema de ação social. A integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das suas capacidades constituem dois vetores não menos importantes da proteção social.

É neste sentido que surge o protocolo entre o ISS, IP – Centro Distrital da Guarda e a IPSS Associação de Beneficência Popular de Gouveia, para acompanhamento de famílias beneficiárias da prestação de RSI, competindo ao primeiro, superintender a atividade desempenhada pela instituição, designadamente através da avaliação da ação por ela desenvolvida.

O NLI conta ainda, desde 2007, com uma Equipa Técnica, adiante designada por *Equipa do Protocolo RSI*, constituída por 3 técnicas superiores da área das ciências sociais e 3 ajudantes de ação direta³, destinada ao acompanhamento de 130 famílias. Esta Equipa surgiu da necessidade de reforçar tecnicamente o NLI de Gouveia.

Enquanto elementos da equipa pluridisciplinar, os técnicos superiores assumem a função de gestores dos processos individuais das famílias, bem como da intervenção que for desenvolvida junto das mesmas, com vista à concretização dos objetivos e ações definidos nos Contratos de Inserção.

É nesta medida que, para cada família terá que ter um processo individual devidamente organizado, do qual fazem parte integrante a caracterização do agregado familiar, a data de início da intervenção, a ficha de acompanhamento, o registo das visitas domiciliárias realizadas, o Plano de Inserção delineado e o Contrato de Inserção subscrito, bem como a respetiva avaliação.

É a estes profissionais que compete também gerir, acompanhar e avaliar o trabalho desenvolvido pelas Ajudantes de Ação Direta, bem como, contactar e estabelecer relações de cooperação e parceria com os vários setores representados no NLI, bem como com outras entidades que desenvolvam a sua intervenção na

³ Constituição da equipa em dezembro de 2017

comunidade.

Ao NLI, por seu turno, estão atribuídas as seguintes competências, designadamente:

- Aprovar os contratos de inserção e organizar os meios necessários à respetiva prossecução;
- Acompanhar o cumprimento e avaliar a execução do programa de inserção, nomeadamente quanto à sua adequação e eficácia, bem como aprovar as alterações que sejam necessárias;
- Avaliar semestralmente a execução do desenvolvimento das ações do Protocolo RSI;
- Discussão de casos;
- Comunicar à entidade distrital da segurança social as seguintes situações:
 - a) Recusa de celebração do contrato de inserção e/ou incumprimento do mesmo;
 - b) Elaborar informação nos casos de alteração de residência do titular e consequente transferência do respetivo processo;
 - c) Acompanhar e avaliar a execução dos Protocolos celebrados nos termos do art.º 37.º da Lei n.º 13/2003, de 8 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho;
 - d) Avaliar, em articulação com o Conselho Local de Ação Social do Programa da Rede Social, os recursos e os meios existentes na comunidade;
 - e) Elaborar o plano de ação anual bem como o relatório sobre a atividade desenvolvida, sem prejuízo da elaboração de relatórios intercalares sempre que sejam necessários.

Quadro IV. 6- Valor médio da prestação RSI por agregado familiar 2017

Concelho de Residência	Valor médio PPRSI em 2017
Gouveia	280.88€

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

Quadro IV. 7 - Número de agregados familiares, por tipos de família, com processamento RSI 2017

Tipologia de Família	N.º de Agregados 2017
Nuclear c/ filhos	61
Monoparental	29
Nuclear s/ filhos	19
Isolado	56
Alargada	12
Outros	22

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

Dos 199 agregados acompanhados pela equipa do Protocolo do Rendimento Social de Inserção (RSI) em 2017, 31% dos agregados tem tipologia nuclear com filhos, sendo a segunda tipologia mais representativa pessoas isoladas, 28%.

Quadro IV. 8 - Número de agregados familiares, residentes nas freguesias do concelho de Gouveia, com processamento RSI 2017

Tipologia de Família	N.º de Agregados 2017	N.º de famílias clássicas 2011
Aldeias e Mangualde da Serra	6	207
Arcozelo	4	300
Catavelos	*	319
Figueiró da Serra e Freixo da Serra	4	148
Folgosinho	4	209
Gouveia	61	1408
Melo e Nabais	15	366
Moimenta da Serra e Vinhó	13	469
Nespereira	14	297
Paços da Serra	8	250
Ribamondego	10	122
Rio Torto e Lagarinhos	8	358
São Paio	23	360
Vila Cortês da Serra	8	131
Vila Franca da Serra	0	119
Vila Nova de Tazem	19	684

Fontes: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda e INE

*os dados violam o segredo estatístico pelo que não podem ser divulgados

Através do quadro anterior verifica-se que 31% das famílias acompanhadas pelo RSI residem na localidade de Gouveia, sendo as seguintes localidades mais representativas S. Paio e Vila Nova de Tazem, com 12% e 10%, respetivamente.

Ao comparar-se o número de famílias residentes por freguesia, identificadas nos censos de 2011, com o número de famílias beneficiárias desta prestação social, verifica-se que a freguesia com maior número de famílias acompanhadas é Ribamondego, seguida de Nespereira, S. Paio e Vila Cortês da Serra.

Quadro IV. 9 - Número de processos RSI deferidos, indeferidos, cessados, suspensos e arquivados em 2017

Processos RSI	2017
Deferidos	63
Indeferidos	21
Cessados	68
Suspensos	16
Arquivados	0

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

2.2.4. Rede Local de Intervenção Social

Com o Despacho n.º 12154/2013, de 24 de setembro, foi instituída a Rede Local de Intervenção Social (RLIS), que se traduz num modelo de organização assente numa intervenção articulada e integrada de entidades públicas e instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas, do setor da economia social, com responsabilidade no desenvolvimento da ação social, e na promoção de uma cultura de inovação social, colocadas ao serviço das necessidades dos cidadãos.

A Rede Local de Intervenção Social (RLIS) visa assegurar o atendimento e acompanhamento social de todos os cidadãos que se encontrem em situação de vulnerabilidade e exclusão social, assim como de emergência social.

A RLIS visa a prossecução dos seguintes objetivos:

- Potenciar a concertação da atuação dos diversos organismos e entidades envolvidos;
- Assegurar a coordenação eficiente de todos os agentes, meios e recursos;
- Promover o desenvolvimento de mecanismos e estratégias no âmbito da intervenção social;

- Reforçar a plataforma de colaboração estabelecida com as entidades que localmente prestam serviços no âmbito da ação social;
- Promover plataformas de colaboração com as entidades com intervenção em áreas complementares ao âmbito da ação social, previamente consensualizadas em sede de Comissão Nacional de Avaliação e Acompanhamento dos Protocolos e Acordos de Cooperação (CNAAPAC);
- Assegurar o atendimento e acompanhamento social das situações de vulnerabilidade, nomeadamente através da gestão, a nível local, dos programas criados para esse efeito;
- Promover iniciativas de experimentação social que se constituam como novas abordagens de resposta a problemas emergentes identificados nos territórios;
- Concertar a ação de todas as entidades públicas e privadas, estruturas e programas de intervenção na área das crianças e jovens em risco, de modo a reforçar estratégias de cooperação e de racionalização de recursos.

A Rede Local de Intervenção Social (RLIS), enquanto instrumento privilegiado na articulação entre as várias entidades multisectoriais representadas nas estruturas locais com responsabilidades no desenvolvimento de serviços da ação social.

A RLIS deve constituir um suporte da ação, permitindo criar sinergias entre os recursos e as competências existentes na comunidade e integrando perspetivas inovadoras relativamente à descentralização da intervenção social, baseada na democracia participativa e na introdução de metodologias de planeamento da intervenção social no local.

Os serviços contratualizados no âmbito da RLIS respeitam a intervenção social do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social - SAAS.

Constituem objetivos do SAAS:

- Informar, aconselhar e encaminhar sobre outros programas, respostas, serviços ou prestações sociais adequados a cada situação;
- Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- Prevenir situações de pobreza e de exclusão sociais;
- Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;

- Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Quadro IV. 10 - Tipologia dos agregados familiares acompanhados, residentes no concelho de Gouveia em dezembro de 2017

Tipo de Família	N.º de Agregados Familiares	
	dezembro 2017	
Nuclear com filhos	227	
Nuclear sem filhos	105	
Monoparental	130	
Isolado	231	
Outros tipos	22	
Total	715	

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

Dos 715 agregados acompanhados pela equipa da RLIS em 2017, 32% são pessoas isoladas, tendo a tipologia agregado nuclear com filhos igual percentagem.

Quadro IV. 11 - Processos familiares ativos de residentes nas freguesias do concelho de Gouveia, por tipo de perfil, em dezembro de 2017

Freguesia de Residência	N.º de Processos Familiares		
	Centro Distrital	Protocolo	RLIS
Aldeias e Mangualde da Serra	5	6	9
Arcozelo	*	8	8
Cativalos	7	4	8
Figueiró da Serra e Freixo da Serra	8	8	5
Folgosinho	8	8	4
Gouveia	41	96	57
Melo e Nabais	19	18	7
Moimenta da Serra e Vinhó	17	20	24
Nespereira	11	16	8
Paços da Serra	7	8	6
Ribamondego	3	22	7
Rio Torto e Lagarinhos	14	10	15
São Paio	19	30	7
Vila Cortês da Serra	5	16	*
Vila Franca da Serra	5	4	9
Vila Nova de Tazem	29	32	33

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

*os dados violam o segredo estatístico pelo que não podem ser divulgados

Quadro IV. 12 - N.º de Apoios Económicos Processados e Montantes, por Rubrica, pela Equipa de Gouveia em 2017

Ano 2017						
Equipa	Numerário		Outras		Total	
	N.º Apoios	Montante	N.º Apoios	Montante	N.º Apoios	Montante
Gouveia	7	2.460,00 €	3	2.528,00 €	10	4.987,92 €

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

2.2.5. Programa de Emergência Alimentar

Cantinas Sociais

O Programa de Emergência Social (PES) e o Protocolo de Cooperação 2013-2014, celebrado com as entidades representativas do setor social, reforça a preocupação de uma intervenção nas situações mais vulneráveis e coloca a tónica numa lógica de proximidade, tendo em vista a maximização dos recursos já existentes.

Prevê, também, o supracitado Protocolo a maximização do Programa de Emergência Alimentar, inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, implementado em sede do anterior Protocolo de Cooperação outorgado com as Uniões representativas das instituições de solidariedade social, que permite reforçar a capacidade e utilização das cantinas, alargando a tipologia de serviços e o número de agregados familiares em dificuldades e consequentemente garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas.

O pressuposto base do PEA, é garantir às pessoas e/ou famílias, o acesso às refeições, independentemente, do seu consumo ser efetuado no domicílio, ou em meio institucional. A duração é definida de acordo com as características específicas do equipamento social que o vai operacionalizar, mas que tem como limite 100 refeições diárias.

Em janeiro de 2013 o ISS, IP – Centro Distrital da Guarda celebrou os primeiros Protocolos no âmbito do PES com duas IPSS do concelho: Santa da Casa da Misericórdia de Gouveia e Associação de Beneficência Cultura e Recreio da Freguesia de Lagarinhos, tendo em vista o fornecimento de 130 refeições diárias.

Em julho e agosto do mesmo ano, foram celebrados mais dois protocolos, com a Fundação “A Nossa Casa” e com a Associação de Beneficência Popular de Gouveia, respetivamente.

Quadro IV. 13 – PEA – Cantinas Sociais do concelho 2017

Instituição Com Protocolo	Associação de Beneficência Cultural e Recreativa da Freguesia de Lagarinhos	Associação de Beneficência Popular de Gouveia	Fundação “A Nossa Casa”	Santa Casa da Misericórdia de Gouveia
N.º refeições protocoladas	7.979	5.851	3.168	14.101
N.º refeições fornecidas	7.898	5.537	2.972	12.975

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

3. Idosos

“Deixemo-nos de batota. O sentido da vida está em causa no futuro que nos espera. Não sabemos quem somos, se ignorarmos quem seremos: reconhecemo-nos neste homem ou nesta mulher idosa.”

(Beauvoir, 1979)

As sociedades atuais, dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, deparam-se com um novo desafio, o envelhecimento demográfico. O número de pessoas idosas está a aumentar vertiginosamente em relação ao número de jovens. Esta realidade deve-se essencialmente a dois fatores: ao aumento da esperança média de vida e à diminuição das taxas de fecundidade e natalidade.

Este é um fenómeno incontornável que encerra em si várias consequências que abrangem áreas tão distintas, mas ao mesmo tempo, com relação imediata, como a família, a política, a economia, a saúde e a educação.

O envelhecimento demográfico tem sido alvo de um olhar atento por parte da União Europeia e da ONU, que têm procurado analisar e refletir sobre este facto, criando diretrizes que levem os países a criar medidas para que o envelhecimento deixe de ser visto como uma adversidade, mas que se torne uma oportunidade.

Contudo, apesar das diretrizes criadas os nossos idosos continuam a integrar o núcleo das chamadas populações em risco. A população idosa continua a ser alvo de exclusão social e pobreza extrema. De salientar que os idosos portugueses são os quartos mais pobres da União Europeia, registando-se ainda em Portugal, um incremento dos episódios de violência contra esta faixa etária, como indica o relatório "Primavera 2009", do Observatório Português dos Sistemas de Saúde (OPSS), que refere que, apesar das respostas sociais terem vindo a aumentar, estão muito longe de corresponder às reais necessidades.

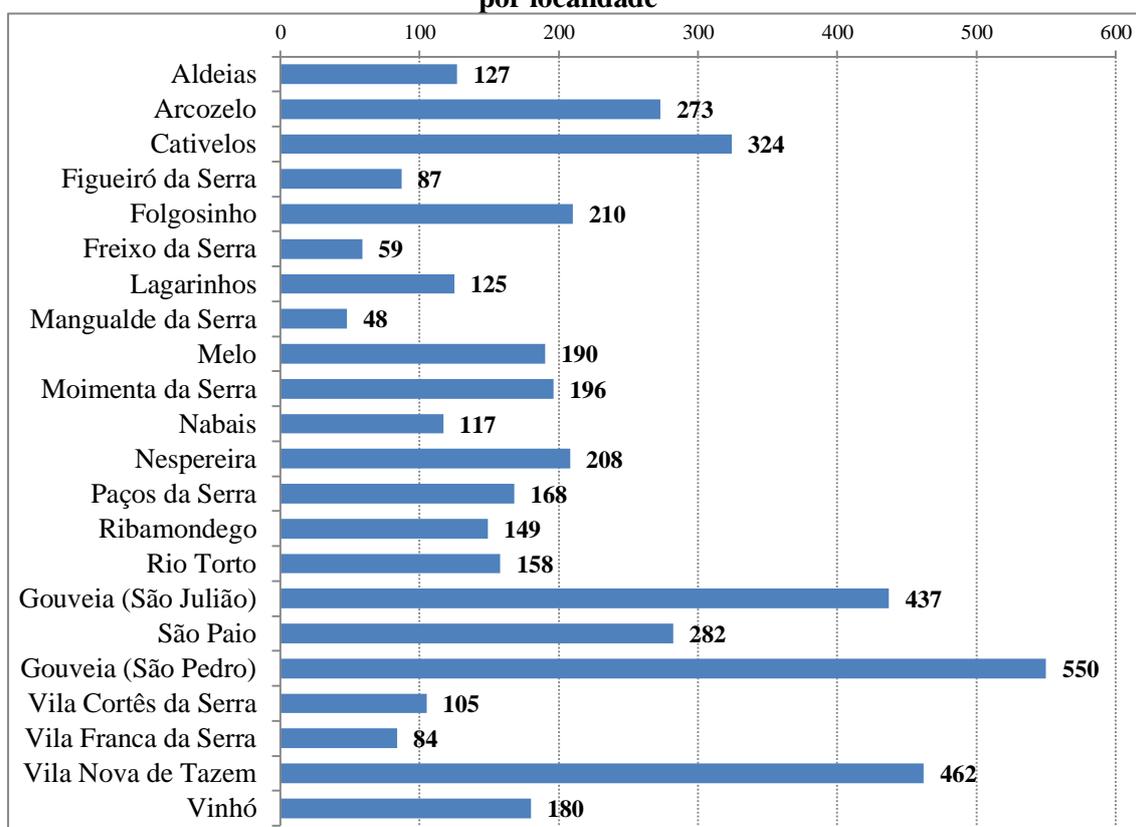
Os idosos portugueses continuam a ser uma população desfavorecida e vulnerável e como é característico deste tipo de populações, o exercício da sua cidadania é exíguo.

3.1. Caracterização e distribuição geográfica do grupo-alvo

Segundo os dados do Anuário Estatístico da Região Centro de 2001, existiam no concelho de Gouveia 4116 pessoas idosas, sendo 1653 do género masculino e 2463 do género feminino.

Atualmente, e de acordo com os dados dos Censos de 2011, o número de pessoas idosas aumentou para 4539, sendo 1849 do género masculino e 2637 do género feminino, predominando, portanto pessoas deste género.

Gráfico IV. 2 – Distribuição da população com idade igual ou superior a 65 anos por localidade



Fonte: INE – Censos de 2011

3.2. Instituições e Respostas Existentes

Ao longo dos últimos anos o número de respostas sociais de apoio às pessoas idosas registou um ligeiro aumento, existindo em Gouveia uma grande diversidade de respostas dirigidas a este grupo-alvo.

Quadro IV. 14 – IPSS com respostas de apoio à população idosa existentes no concelho de Gouveia, em dezembro 2017

Freguesias	Instituição	Respostas sociais	Capacidade do Acordo	Utentes dez 2017
Aldeias	Liga Humanitária Social Cultural das Aldeias	Centro de Dia	11	11
		SAD	15	15
		ERPI	19	18
Arcozelo	Centro de Assistência Cultural e Recreativa do Arcozelo	Centro de Dia	14	7
		SAD	36	11
		ERPI	38	33
Cativelos	Associação de Beneficência Popular de Gouveia	ERPI	15	15
Freixo da Serra	Comissão de Melhoramentos do Freixo da Serra	Centro de Dia	15	5
		ERPI	22	22
Folgosinho	Associação Lar de Folgosinho	ERPI	44	44
União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos	Associação de Beneficência Cultural Recreativa de Lagarinhos	Centro de Dia	12	12
		SAD	37	32
União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó	Associação de Beneficência Popular de Gouveia	Centro de Dia	10	*
		SAD	17	*
		ERPI	15	15
União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinhó	Fundação D. Laura dos Santos	Centro de Dia	10	6
		ERPI	30	30
		ERPI	20	20
	Centro Social Paroquial de Vinhó	Centro de Dia	15	*
		SAD	15	11
		ERPI	21	21
União das Freguesias de Melo e Nabais	Associação Beneficência Cultural Recreativa de Melo	Centro de Dia	15	8
		SAD	24	9
		ERPI	21	21
	Centro Social Paroquial de Nabais	Centro de Dia	7	n.d.*
		SAD	15	4
		ERPI	32	17
Nespereira	Associação Amigos de Nespereira	Centro de Dia	10	7
		SAD	14	14
		ERPI	22	14
Paços da Serra	Centro de Assistência Cultural e de Recreio de Paços da Serra	SAD	40	38
Ribamondego	Liga Amigos de Ribamondego	SAD	20	7
		ERPI	43	27
União das Freguesias de S. Pedro e S. Julião	Associação de Beneficência Popular de Gouveia	Centro de Dia	20	4
		SAD	10	6
	Fundação a Nossa Casa	Centro de Dia	25	24

		SAD	32	32
	Santa Casa da Misericórdia de Gouveia	Centro de Noite	12	12
		ERPI	35	50
S. Paio	Liga Promoção Humanitária e Cultural de S. Paio	SAD	4	4
		ERPI	33	30
Vila Franca da Serra	Centro de Assistência e Cultura de Vila Franca da Serra	Centro de Dia	10	8
		SAD	15	14
Vila Nova Tazem	Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Assunção	Centro de Dia	5	*
		SAD	21	21
		ERPI	17	17
Vila Cortes da Serra	Associação Voluntários Ação Social	Centro de Dia	14	3
		SAD	26	15

Total de respostas	16- SAD	16- ERPI	15-Centros de Dia	1-Centro de Noite
Total de utentes com apoio	233	394	95	12

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

*os dados violam o segredo estatístico pelo que não podem ser divulgados

Comparativamente aos dados do último Diagnóstico Social de Gouveia verifica-se que houve um aumento do número de respostas que prestam apoio à população idosa, observando-se um incremento de 47 para 48 respostas.

Constata-se, também, que são as respostas sociais de ERPI e de Serviço de Apoio Domiciliário que integram um maior número de idosos, porquanto, em dezembro de 2017 frequentavam as referidas respostas sociais 394 e 233 indivíduos respetivamente. No caso do SAD, verificou-se uma redução, comparativamente aos anos anteriores.

Paralelamente, pode aferir-se que se mantém a tendência mais ou menos equitativa relativamente à distribuição de respostas sociais por instituição: 15 CD, 16 SAD e 16 ERPI.

Já relativamente ao número de idosos que usufruem destas respostas sociais, nota-se uma tendência em queda, pois em dezembro de 2017, verifica-se a frequência de um total de 734 idosos em detrimento dos anos anteriores: em 2004 foram apoiados 803 idosos e em 2013 foram apoiados 774.

3.3. Outras iniciativas/respostas de apoio à população idosa

3.3.1. Município de Gouveia

3.3.1.1. Teleassistência

Promovendo uma política social inclusiva, preocupada com o bem-estar e a qualidade de vida, pretende o Município de Gouveia, privilegiar medidas que permitam essencialmente à população idosa, dependente ou em situação de maior isolamento, a permanência, em segurança, no seio e conforto das suas casas, possibilitando uma melhoria da sua saúde, segurança, autoestima e autonomia.

Neste sentido e face à crescente diminuição das redes de solidariedade familiar e a insuficiência de respostas sociais de apoio aos idosos e outros indivíduos dependentes por velhice, doença, incapacidade ou isolamento, verifica-se imprescindível, pertinente e atual a criação de respostas sociais por parte do Município, no âmbito da Teleassistência domiciliária.

O Serviço de Teleassistência é proporcionado gratuitamente a todos os requerentes que se enquadrem no âmbito do projeto.

Quadro IV. 15 – Teleassistência

**Total de famílias
beneficiárias 2017**

22

Fonte: Município de Gouveia

3.3.2. Cáritas Paroquial de Gouveia

É uma instituição oficial da Igreja que presta apoio a idosos em situação de carência económica, entre outros, através da cedência de bens alimentares, vestuário e equipamentos, promovendo também a realização de visitas domiciliárias. Esta instituição é igualmente, responsável pela organização anual do encontro “Luta Contra a Solidão”.

3.3.3. Centro de Recursos para Dependentes do GAF

Centro criado com a finalidade de cedência, mediante prescrição médica, de equipamentos médicos ou de apoio a idosos ou pessoas carenciadas, que após internamento necessitam de equipamento adequado para a sua reabilitação em casa.

4. Deficiência

Considera-se pessoa com deficiência aquela que por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida, de estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica suscetível de provocar restrições de capacidade, pode estar considerada em situação de desvantagem para o exercício de atividades consideradas normais, tendo em conta a idade, o sexo e os fatores sócio culturais dominantes. (OMS)

Uma pessoa com deficiência é uma pessoa de corpo inteiro, colocada em situação de desvantagem ocasionada por barreiras físicas/ambientais, económicas e sociais que, por causa das suas especificidades, não as pode transpor com os mesmos privilégios que os outros cidadãos. Estas barreiras são muitas vezes reforçadas por atitudes marginalizadoras da sociedade.

No concelho de Gouveia existe uma estrutura de apoio à pessoa portadora de deficiência, que procura colmatar/suprimir/reduzir ou compensar as barreiras a fim de garantir que cada pessoa possa beneficiar de uma cidadania de pleno exercício, que assegure o respeito pelos direitos e deveres de cada um.

Esta estrutura, desenvolve 3 respostas sociais tipificadas nesta área, tendo acordo de cooperação celebrado com a segurança social para todas elas: Lar Residencial, Lar de Apoio e Centro de Atividades Ocupacionais.

4.1. Instituições e Respostas Existentes

Quadro IV. 16 – Instituições de apoio a pessoas portadoras de deficiência

Freguesia	Instituição	Respostas Sociais	Capacidade	Utentes dez.2017
União das Freguesias de S. Pedro e S. Julião	Associação de Beneficência. Popular de Gouveia	Lar Residencial	60	51
		Lar de Apoio	21	20
		Centro de Atividades Ocupacionais	60	35

Fonte: ISS, IP. – Centro Distrital da Guarda

Quadro IV. 17 - Centro de Atividades Ocupacionais ABPG

População Alvo	N.º de Utentes	Objetivos
Utentes maiores de 15 anos portadores de deficiências moderadas e graves	80	<ul style="list-style-type: none">- Rentabilização das capacidades físicas, sensoriais, cognitivas e psicossociais individualizadas e de grupo.- Promoção da interação social no grupo e na comunidade.- Desenvolvimento de competências relativas ao funcionamento independente nas atividades da vida diária.- Processo contínuo em estreita colaboração com as famílias

Fonte: Associação de Beneficência Popular do Gouveia

A ABPG é uma IPSS em grande parte destinada a pessoas com deficiência e, como tal, as suas instalações não possuem barreiras arquitetónicas e têm um número significativo de ajudas técnicas. Existem sete salas de atividades ocupacionais, ateliers de cerâmica, fotografia, tecelagem e reciclagem de papel, sala de tecnologias de informação, gabinete médico e de enfermagem e sala de relaxamento.

Ação Social - Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Insuficiência de resposta em tempo útil aos idosos que necessitam ser institucionalizados, principalmente nos casos em que apresentam quadros clínicos críticos.
- Isolamento geográfico e/ou social das pessoas idosas.
- Necessidade de requalificação de alguns equipamentos.
- Falta de comunicação, articulação e conhecimento entre instituições.
- Falta de concertação entre técnicos e direções para a implementação de novas práticas nos lares/ centros de dia.
- Serviço de apoio domiciliário deficitário no concelho.



População Idosa



Desafios

- Promover um envelhecimento ativo (físico, intelectual e social), através de um conjunto de iniciativas direcionadas para esta franja da população.
- Sensibilizar as famílias, técnicos e comunidade em geral, no sentido de promover uma visão positiva sobre o envelhecimento e papel do idoso na sociedade.
- Desenvolver ações/encontros intergeracionais.
- Incentivar as pessoas idosas a participar nas decisões sociais e políticas.
- Avaliar as respostas institucionais ou não, destinadas aos idosos, no sentido de se verificar se estas respondem às necessidades existentes ou se por outro lado é necessário alargar ou criar novas.
- Teleassistência aos idosos que vivem isolados e em situações consideradas de risco.
- Criar resposta para o acolhimento temporário de situações de emergência social diversificada.
- Criar um espaço de concertação para profissionais e dirigentes de instituições da área social.
- Promover uma cultura colaborativa para a partilha de recursos técnicos.
- Desenvolver ações de formação para os cuidadores formais e informais desta população.
- Levantamento do número de cuidadores informais no concelho.

Problemáticas

- Aumento dos desempregados de longa duração e de desemprego jovem.



Desempregados



Desafios

- Informar sobre as respostas/apoios existentes para a procura e criação de emprego.
- Melhorar a articulação entre as instituições na área do emprego e as entidades empregadoras
- Melhorar a divulgação da oferta de emprego junto dos desempregados.
- Criar incubadoras de empresas.
- Desenvolver Programas de Apoio à Criação e Fixação de Empresas.
- Investir numa “educação empreendedora” que promova a criatividade, a abertura de espírito, a disposição para correr riscos e a autoconfiança.

Problemáticas

- Falta de respostas de acolhimento para jovens maiores de 12 anos.
- Falta de consciencialização por parte da comunidade ao nível da sinalização de crianças/ jovens em situação de risco/perigo.
- Carência de competências sociais, pessoais e valores das crianças e jovens.
- Insuficiência de resposta para crianças com menos de 3 anos e portadoras de multideficiências.
- Consumo álcool e substâncias psicoativas.



Crianças e Jovens



Desafios

- Criar respostas de Acolhimento para jovens com mais de 12 anos.
- Sensibilizar a comunidade para a questão dos maus-tratos físicos e psicológicos nas crianças e jovens.
- Melhorar a divulgação das respostas existentes no terreno, nomeadamente a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, entre outras.

- Criar Centros sócio-juvenis, com programas e atividades promotoras de competências pessoais e sócio-afetivas.
- Criar resposta para a prevenção das toxicodependências.

Problemáticas

- Ausência de competência para fazer face à situação de carência e dependência dos subsídios.
- Falta de articulação entre as diferentes equipas de apoio à família, evitando a sobreposição de respostas.
- Dificuldade na aquisição de competências parentais.
- Falta de competência na organização e gestão da vida doméstica.
- Olhar estigmatizante da comunidade para com estas famílias.
- Resistência à integração no mercado de trabalho/ formação profissional.



Famílias Multidesafiadas



Desafios

- Promover uma cultura de responsabilização social.
- Criar um espaço de articulação entre os diferentes serviços de apoio à família.
- Desenvolver ações de formação em educação parental.
- Implementar ações de organização e gestão doméstica.
- Criar um Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), no sentido de este se constituir como uma resposta continuada para as famílias.
- Implementar no concelho, as atividades socialmente úteis no âmbito do RSI.

Problemáticas

- Dificuldade na inserção sócio-profissional das pessoas portadoras de deficiência.
- Existência de inúmeras barreiras arquitetónicas ao nível dos edifícios e via pública.



Deficiência



Desafios

- Sensibilizar as entidades empregadoras para o recrutamento de trabalhadores portadores de deficiência, divulgando simultaneamente os benefícios legais concedidos para a criação de postos de trabalho para estas.
- Criar um espaço público mais respeitador, seguro, saudável, funcional, em que não existam barreiras arquitetónicas.
- Promover ações para a igualdade.

Problemáticas

- Consumo excessivo de álcool e substâncias psicoativas por parte dos jovens e adultos, sendo o álcool socialmente aceite pela comunidade.
- Acesso fácil dos jovens a bebidas alcoólicas.
- Ausência de respostas continuadas no âmbito da prevenção, na redução de riscos e minimização de danos e reinserção.
- Dificuldade na inserção socioprofissional.
- Olhar estigmatizante da comunidade para com as pessoas com dependência.



Dependências



Desafios

- Promover fatores de proteção associados ao consumo de álcool e de outras substâncias psicoativas.
- Criar resposta de longo prazo no Concelho no âmbito da prevenção, na redução de riscos e minimização de danos e reinserção.
- Desenvolver uma consciência social no tecido empresarial e na comunidade, no sentido, de facilitar a inserção profissional, pessoal e social dos dependentes.

Problemáticas

- Falta de conhecimento do número de imigrantes residentes no Concelho, assim como da caracterização deste grupo.
- Existência de um número significativo de doentes do foro mental.



Outros Grupos



Desafios

- Caracterizar e desenvolver ações direcionadas para os grupos identificados nas problemáticas.

V – Habitação

A função primordial da habitação é a de abrigo.... Mesmo com toda a evolução tecnológica, a sua função primordial tem permanecido a mesma, ou seja, proteger o ser humano das intempéries e de intrusos. (ABIKO, 1995).

A habitação é uma necessidade básica e uma aspiração do ser humano. A casa própria, juntamente com a alimentação e o vestuário são o principal investimento para a constituição de um património, além de estar ligada, subjetivamente, ao sucesso económico e a uma posição social mais elevada.

Atualmente a aquisição da habitação faz parte do conjunto de aspirações principais de uma parcela significativa da população e desempenha três funções distintas: social, ambiental e económica. Como função social, tem de abrigar a família representando um dos fatores do seu desenvolvimento. É um espaço ocupado antes e após as jornadas de trabalho, acomodando as tarefas primárias de alimentação, descanso, atividades fisiológicas e convívio social devendo atender aos princípios básicos de habitabilidade, segurança e salubridade.

Na função ambiental, a inserção no ambiente urbano é fundamental para que estejam assegurados os princípios básicos de infraestrutura, saúde, educação, transportes, trabalho, lazer etc., além de determinar o impacto destas estruturas sobre os recursos naturais disponíveis. Apesar de ser o cenário das tarefas domésticas, a habitação é o espaço no qual muitas vezes ocorrem, em determinadas situações, atividades de trabalho, como pequenos negócios. Neste sentido, as condições de vida, de moradia e de trabalho da população estão estreitamente vinculadas ao processo de desenvolvimento.

Já a função económica da habitação é inquestionável e a sua produção oferece novas oportunidades de geração, de emprego, de renda e mobiliza vários sectores da economia local, influenciando os mercados imobiliários de bens e serviços.

Constituindo-se essencialmente como uma necessidade primária e um direito básico de qualquer cidadão, a habitação deve ser um aspeto fundamental a ter em conta em qualquer sociedade. Há que apostar na melhoria das condições habitacionais como objetivo de promover a qualidade de vida e o bem-estar da população. Neste sentido, este capítulo debruça-se sobre o panorama geral da habitação no Concelho, bem como as respostas e necessidades existentes, de forma a permitir um conhecimento mais alargado da realidade do Concelho.

1. Panorama geral da habitação no Concelho

Nos Censos de 2011 foram recenseados dois tipos de alojamentos: os alojamentos familiares que representam a sua quase totalidade e os alojamentos coletivos, de convivência onde se enquadram as instituições de apoio social; educação; saúde; religiosa; militar e de trabalho hotéis e similares.

No que diz respeito a estes últimos, (equipamentos coletivos) verificou-se, relativamente a 2001, um acréscimo significativo passando de 26 em 2001 para 70 em 2011.

Os alojamentos familiares seguem igual tendência verificando-se, em igual período de tempo, um acréscimo de 373.

Compulsando os valores recenseados dos alojamentos familiares e das famílias, verificamos que, a um acréscimo do número de alojamentos corresponde um acentuado decréscimo do número de famílias residentes, sugerindo a existência de um elevado número de habitações não ocupadas.

Quadro V. 1 - Tipo de Famílias e de Alojamentos nas localidades do concelho

Localidades	Famílias residentes				Alojamentos familiares			Alojamentos Coletivos		Edifícios Clássicos
	Clássicas		Institucionais		Total	Clássico	Não clássico	2011	2001	2011
	2011	2001	2011	2001	2011					
Aldeias	136	147	1	0	270	269	1	5	0	269
Arcozelo	300	332	1	1	643	643	0	1	1	635
Catavolos	319	347	1	1	683	683	0	4	1	687
Figueiró da Serra	109	129	0	0	366	366	0	1	0	367
Folgosinho	209	231	1	1	541	541	0	12	4	550
Freixo da Serra	39	60	1	0	144	144	0	2	0	146
Lagarinhos	180	195	0	1	366	366	0	0	1	365
Mangualde da Serra	71	76	0	0	162	162	0	2	1	160
Melo	212	273	2	0	494	494	0	3	1	493
Moimenta da Serra	241	261	3	1	384	384	0	3	1	377
Nabais	154	160	1	0	339	339	0	1	0	338
Nespereira	297	324	1	1	562	562	0	1	1	539
Paços da Serra	250	266	0	0	459	459	0	6	1	447

Ribamondego	122	132	1	1	245	245	0	1	1	246
Rio Torto	178	193	1	1	421	421	0	2	1	421
S. Julião-Gouveia	622	573	4	2	947	946	1	7	4	660
S. Paio	341	360	1	1	673	673	0	1	1	652
S. Pedro-Gouveia	786	893	3	2	1349	1349	0	13	5	788
Vila Cortês da Serra	117	131	0	0	260	260	0	0	0	257
Vila Franca da Serra	105	119	0	0	192	191	1	1	0	191
Vila Nova de Tazem	665	684	1	1	1275	1275	0	2	1	1208
Vinhó	228	229	1	1	412	412	0	2	1	409
Total	5681	6115	24	15	11187	11184	3	70	26	10 205

Fonte: INE- Recenseamento Geral da População 2011 e 2001

Quadro V. 2 - Alojamentos Clássicos segundo a forma de ocupação

Alojamentos Clássicos	Forma de ocupação	1991	2001	2011
Alojamentos ocupados	Residência habitual	6241	6092	5661
	Uso sazonal ou secundário	968	3001	3477
	Sub total	7209	9093	9135
Alojamentos Vagos	Para venda	203	145	346
	Para arrendamento	188	123	179
	Para demolição	167	74	107
	Outros	1049	1368	1417
	Sub Total	1607	1710	2049
Total		8750	10803	11184

Fonte: INE Recenseamento Geral da População 2011

Entre 1991 e 2011, verifica-se que os alojamentos vagos e residências de uso sazonal ou secundária aumentam a sua importância no parque habitacional concelhio, enquanto os alojamentos de residência habitual têm vindo a registar um decréscimo acentuado.

Quadro V. 3 - Edifícios segundo a época de construção (1919-2011)

Concelho	Época de construção					Total
	Antes 1919	1919-1945	1946-1970	1971-1990	1991-2011	
Concelho	692	1202	2347	3208	2756	10205

Fonte: INE Recenseamento Geral da População 2011

Analisando o quadro acima, verificamos que a construção de cerca de 58% do edificado ocorreu nos últimos 40 anos.

Verifica-se ainda um aumento de construção em todas as épocas com exceção do período entre 1991 e 2011, contrariando a tendência de aumento verificado desde 1919.

Esta descida verifica-se principalmente nas localidades de Arcozelo da Serra, Cativelos, Folgosinho, Freixo da Serra, Melo, Moimenta da Serra, Nespereira, Paços da Serra, Ribamondego, S. Paio e na freguesia urbana de S. Pedro.

Em sentido contrário as que mais cresceram foram as localidades de Aldeias, Lagarinhos; S. Julião e Vila Nova de Tazem.

Quadro V. 4 - Alojamentos Familiares segundo as instalações existentes

Alojamentos segundo as instalações existentes	2001		2011		
	Nº	%	Nº	%	
Total de alojamentos familiares de residência habitual	6092		5661		
Alojamentos com	Água canalizada	5975	98	5619	99
	Rede de Esgotos	5709	94	5561	100
	Eletricidade	6034	99		
	Aquecimento disponível	5948	98	5570	98
Casas de banho dentro do Alojamento	Completa	5719	94		
	Instalação de banho ou duche	5555	91	5477	97

Fonte: INE Recenseamento Geral da População 2011

Podemos constatar que o número de alojamentos familiares de residência habitual tem vindo a diminuir de 2001 a 2011 conforme referimos anteriormente. Contudo é notório o aumento das condições de higiene, salubridade e conforto: Neste mesmo período de tempo 100% dos alojamentos dispõem de esgotos e eletricidade; 99% de água; canalizada; 97% com instalação de banho ou duche, dentro do alojamento.

Relativamente ao conforto dos alojamentos, refira-se que 98% dos alojamentos dispõem de aquecimento. Destes 20% refere-se a aquecimento central, 45% a lareira aberta; 9.5% a recuperador de calor; 25.5% são aparelhos fixos e móveis de eletricidade e gás, e 4% dispõem de ar condicionado

Neste período de tempo regista-se um decréscimo significativo (5.5%) de número de alojamentos sem instalações de banho ou duche.

Quadro V. 5 - Alojamentos familiares de residência habitual segundo regime de propriedade e arrendamento

Concelho	Proprietário			Arrendatário			Outra situação	
	Total alojamentos	Proprietário coproprietário	%	Total	Com Contrato	sub arrendamento	Total	%
Total	5661	4575	81	722	693	29	363	19

Fonte: INE Recenseamento Geral da População 2011

Relativamente ao regime de propriedade e forma de arrendamento, 80.8% são proprietários ou coproprietários e apenas 12.8% são arrendatários. Destes 71.5% têm contrato de arrendamento de duração ilimitada.

Quadro V. 6 -Índice de Lotação dos alojamentos clássicos ocupados como residência habitual

Alojamentos sobrelotados	Nº	%	Alojamentos sublotados	Nº	%	Sem divisões excedentárias	%
1 divisão em falta	229	4	1 divisão a +	1499	26	874	16
2 divisões em falta	43	0.8	2 divisões a +	1417	25		
3 ou+ divisões em falta	13	0.2	3 ou + divisões	1582	28		
Total	285	5		4498	79	874	16

Fonte: INE Recenseamento Geral da População

Da leitura do quadro, concluímos que apenas 5% dos alojamentos estão sobrelotados, ou seja em que o número de divisões existente é **a menos** face ao número de pessoas que constituem o agregado familiar.

O quadro mostra ainda a existência de um grande número (79%) de alojamentos em que o **número de divisões é excedentário** face ao número de pessoas do respetivo agregado familiar

Em 16% dos alojamentos não existem divisões excedentárias.

2. Património Imobiliário do Município

Relativamente ao património imobiliário do município, pretende-se caracterizar apenas aquele que é destinado à habitação.

Ao abrigo do Programa de Realojamento para a erradicação das barracas (casas holandesas) foi construído um empreendimento habitacional sito na Mata Rainha, em Gouveia constituído por 3 edifícios num total de 17 fogos.

Segundo a sua tipologia estão divididos em: 4 apartamentos de tipologia T3; 5 apartamentos de tipologia T2, e 8 apartamentos de tipologia T1.

Em 2007, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social passou para a gestão da Câmara Municipal 7 edifícios localizados nos bairros operários de Moimenta da Serra (3) ; S. Paio (3) e S. Julião – Gouveia (1). Destes, 4 estão arrendados e 3 encontram-se desocupados, e em mau estado de conservação. Trata-se de edifícios construídos em banda , de tipologia T4

Quadro V. 7 - Património Imobiliário propriedade do Município

Localização	Edifícios	Fogos	Estado de Conservação	Tipologia	Estado dos Fogos
S. Pedro	3	17	Bom	T1; T2 e T3	Arrendados
	1	1	Mau	T1	Desocupado
	1	1	Degradado		Desocupado
	1	1	Degradado		Desocupados
	1	1	Degradado		Desocupado
S. Julião	1	1	Degradada		Desocupado
	1	1	Degradada	T4	Arrendado
					Arrendado
Moimenta da Serra	1	3	Razoável	T4	Desocupado
					Desocupado
	3	1	Razoável	T4	Arrendado
Nabaínhos		1	Mau		Desocupado
	1	1	Mau	T2	Desocupado
S. Paio		1	Razoável		Arrendado
	3	1	Razoável	T4; T6	Arrendado
		1	Degradado		Desocupado

Fonte: Município de Gouveia

Quadro V. 8 - Caracterização sociodemográfica dos agregados familiares residentes nas Habitações Sociais em 2017

N.º de agregados familiares	N.º de pessoas residentes	Tipologia familiar				Género		Média de rendimentos
		c/ 1	c/ 2	c/ 3	c/ 4 ou +	F	M	
19	39	7	7	3	3	24	15	500€

Fonte: Município de Gouveia

Quadro V. 9 - Edifícios licenciados para habitação familiar segundo o tipo de obra no concelho

Tipo de Obra								Total			
Construção de novas Habitações				Ampliações/ Alterações e Reconstruções				2001	2010	2011	2012
2001	2010	2011	2012	2001	2010	2011	2012				
78	11	14	5	55	15	19	8	133	26	33	13

Fonte: Pordata: in INE- Inquérito aos projetos de obras e de demolição de edifícios

Começando por fazer uma breve abordagem aos edifícios para habitação licenciados entre 2001 e 2012 verificamos um forte decréscimo, passando de 133 edifícios licenciados em 2001, para 13 edifícios licenciados em 2012.

Do total de licenças concedidas em 2012, 5 referem-se a novas construções e 8 a ampliações/ alterações e reconstruções.

É particularmente nas novas construções que se verifica um decréscimo significativo das licenças concedidas entre 2001 (78) para 5 em 2012.

Habitação - Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Existência de um elevado número de habitações devolutas e degradadas, em mau estado de conservação ou ruína.
- Incapacidade financeira e de titularidade dos proprietários, no sentido de realizarem as obras necessárias para a melhoria do seu estado de conservação.
- Falta de condições habitacionais nas casas do bairro social Dr. António Moura (Vila Nova de Tazem).
- Insuficiente caracterização das habitações devolutas (informação dos titulares, estado de conservação e necessidades de intervenção).



Habitações degradadas e devolutas



Desafios

- Incentivar a população ativa jovem a recuperar edificações em mau estado de conservação ou ruína para fins turísticos e/ou habitacionais em detrimento da construção de novos edifícios.
- Sensibilizar os proprietários para a necessidade de reabilitação das edificações em mau estado de conservação ou ruína.
- Implementar programas que abranjam ajudas técnicas e monetárias, no sentido de requalificar o parque habitacional.

Problemáticas

- Reduzido número de imóveis para arrendar e os existentes possuem rendas demasiado elevadas.
- Falta de habitações sociais, sobretudo com tipologias T2, T3 e T4.
- Contexto económico das famílias impossibilita a construção/reconstrução de imóveis para habitação própria.



Défice de oferta de habitação



Desafios

- Sensibilizar os proprietários no sentido de aquisição de edificações devolutas, em mau estado de conservação ou ruína com vista à sua requalificação e posterior arrendamento.
- Requalificação das casas do Município com tipologias superiores a T1.
- Divulgar o Regime Excecional para a Reabilitação Urbana.
- Melhorar a divulgação dos programas de apoio à requalificação habitacional e ao arrendamento de âmbito nacional e local.

VI – Formação, Emprego e Atividades Económicas

1. Formação

Segundo a declaração de Hamburgo, escrita em 1997 na V Conferência Internacional de Educação de Adultos: "*A Educação de Adultos deverá refletir sobre a riqueza da diversidade cultural, respeitar o saber tradicional e autónomo e os seus sistemas de aprendizagem.*" Entre os objetivos da educação de adultos destaca-se a possibilidade de assegurar a escolaridade, dando uma segunda oportunidade aos que dela não usufruíram, aos que abandonaram precocemente o sistema educativo e aos que a procuraram por razões de promoção cultural e profissional, combater o analfabetismo literal e funcional; desenvolver a capacidade para o trabalho através de uma preparação adequada às exigências da vida ativa; promover o desenvolvimento e a atualização de conhecimentos e de competências em substituição ou complemento de educação escolar; promover a ocupação criativa e formativa dos tempos livres.

Por seu lado, a oferta de ensino socioprofissional tem também vindo a manter-se como uma importante via de formação e especialização em diferentes áreas. Este tipo de formação tem como objetivo principal a aquisição e desenvolvimento de competências profissionais, pessoais e sociais com vista à sua integração no contexto socioeconómico da região.

No Concelho de Gouveia existem diversas entidades promotoras de formação profissional. No decorrer do ano de 2017 o Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda, Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia e a Associação de Beneficência Popular de Gouveia (ABPG) destacam-se pela oferta que proporcionaram e pelo número de sujeitos envolvidos. São esses dados que se apresentam em seguida.

Em seguida são elencadas as respostas existentes no Concelho, no ano de 2017.

1.1. Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia (IEFP)

O Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda - Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia, assume-se como principal entidade formadora e promotora do Concelho de Gouveia. No âmbito da formação, esta entidade, aposta na qualificação dos recursos humanos, com particular relevância na elevação das qualificações da população ativa. Esta é uma das suas prioridades por se considerar que

a melhoria dos níveis de qualificação se revela de importância estratégica para sustentar um novo modelo de desenvolvimento, baseado na inovação e no conhecimento, assegurar a renovação do modelo competitivo da nossa economia e promova uma cidadania de participação.

Os dados apresentados dizem respeito à formação realizada pelo Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia, não distinguindo os formandos residentes no Concelho de Gouveia.

Quadro VI. 1- Ações formativas desenvolvidas pelo Centro de Emprego e Formação profissional de Seia em 2017

AÇÕES SUBMETIDAS A FINANCIAMENTO

	Total Geral de Formandos	Total Geral Volume de Formação
Cursos de Educação e Formação de Adultos	359	156.873
Formação Modular Certificada	845	67.451

Fonte: Centro de Emprego e Formação Profissional da Guarda, Serviço de Emprego e Formação Profissional de Seia

1.2. Associação de Beneficência Popular de Gouveia (ABPG)

ABPG, considerada a maior associação especializada da região na integração e reabilitação profissional das pessoas portadoras de deficiência, tem também desenvolvido ações de formação para pessoas em situação de exclusão, desemprego de longa duração ou com dificuldades de aprendizagem, como se pode observar nos quadros seguintes.

Quadro VI. 2- Qualificação profissional com programa escolar em 2017 – Núcleo de Reabilitação Profissional

Cursos/Secções de Formação	Duração	População-alvo	Total de Formandos
Carpintaria	Até 4 anos:	Idades iguais	36
Costura	- orientação vocacional;	ou superiores a	
Cozinha	- 1.º ano de qualificação;	15 anos;	
Mesa e bar	- 2.º ano de qualificação;	jovens e adultos	
Lavagem e lubrificação	- estágio.	com deficiência	
Pastelaria e padaria			

Fonte: Associação de Beneficência Popular do Gouveia

Quadro VI. 3- Educação e Formação de Adultos em 2017 – Qualificação Profissional com Programa Escolar

Ações	População-Alvo	Nº de Utentes	Objetivos
Ensino Especial	Utentes maiores de 15 anos, em atividades ocupacionais	15	Atualização de competência pessoais, sociais e escolares

Fonte: Associação de Beneficência Popular de Gouveia

2. Emprego e atividades económicas

“O trabalho é tão antigo quanto o ser humano.” (Peter Drucker)

Ao longo da história da humanidade ocorreram várias mudanças a nível cultural. Com o estágio evolutivo de cada sociedade, o trabalho tem sido percebido de forma diferenciada. No ocidente, a dignidade do trabalho foi falsamente elogiada por muito tempo. O trabalho não merecia a atenção de pessoas educadas, abastadas ou com autoridade. O trabalho era o que os escravos faziam. Mas o trabalho é mais do que um instrumento criador de riqueza. Além do valor intrínseco, serve também para expressar muito da essência do ser humano, o *homo faber* estando intimamente relacionado à personalidade.

No começo dos tempos, o trabalho era a luta constante pela sobrevivência e pela necessidade da procura de alimento e de abrigo. O avanço da agricultura, dos seus instrumentos e ferramentas trouxe progressos ao trabalho. Mais tarde, com a Revolução Industrial o valor e as formas de trabalho, bem como a sua organização e até o aparecimento de políticas sociais trouxe a necessidade de organizar o trabalho, uma vez que o número das pessoas, instrumentos e outros processos aumentaram e geraram a ideia de "emprego".

Nos tempos primitivos da Babilónia, do Egipto e de Israel, havia o trabalho escravo e o trabalho livre, havia até o trabalho de artesãos mas não havia o emprego, tal como nós o compreendemos atualmente. Por seu lado na Antiguidade, não existia a noção de emprego. A relação trabalhista que existia entre as pessoas era a relação escravizador-escravo. Nessa época, todo o trabalho era feito por escravos. Havia artesãos, mas estes não tinham patrões definidos, tinham clientes que pagavam pelos seus serviços. Os artesãos podiam ser comparados aos profissionais liberais de hoje, já que trabalhavam por conta própria sem ter patrões.

Na Idade Média também não havia a noção de emprego. A relação trabalhista da época era a relação senhor-servo. O servo não trabalhava para receber uma remuneração, mas para ter o direito de morar nas terras do seu senhor. Também não existia qualquer vínculo contratual entre os dois, mesmo porque senhor e servo eram analfabetos.

Na Idade Moderna as coisas começam a modificar-se. Neste período, existiam

várias empresas familiares que transacionavam uma pequena produção artesanal, todos os membros da família trabalhavam juntos para vender produtos nos mercados, neste caso não poderemos falar de emprego. Além das empresas familiares, havia oficinas com muitos aprendizes que recebiam em troca residência e alimentação e ocasionalmente, algum pagamento. É neste período que se começa a delinear o conceito de emprego.

Com a chegada da Revolução Industrial, êxodo rural, concentração dos meios de produção, a maior parte da população não tinha ferramentas para trabalhar como artesãos, assim, restava às pessoas oferecerem o seu trabalho como moeda de troca. É neste período que a noção de emprego toma a sua forma.

Temos motivos para crer que as mudanças que têm vindo a ocorrer graças à tecnologia, principalmente à tecnologia informativa e das telecomunicações, têm modificado as relações económicas entre as empresas, empregados, governos, países, línguas, culturas e sociedades. Essas mudanças direcionam-se para uma situação tão diferente da existente no final da Segunda Guerra Mundial, que podemos afirmar que um novo período da História está a ser delineado.

Assim, procuramos neste capítulo expor num primeiro ponto uma caracterização da população do Concelho, no que concerne à população ativa e população ativa desempregada. Num segundo momento faz-se uma exposição do panorama geral das Atividades Económicas no Concelho.

2.1. População ativa

2.1.1. Evolução da População Ativa

Quadro VI. 4 – Evolução da população ativa em Gouveia

Faixa Etária	2001				2011			
	H	M	Total	%	H	M	Total	%
15-24 anos	449	285	734	13	204	184	388	8
25-34 anos	753	650	1403	24	584	573	1157	23
35-44 anos	821	737	1558	27	624	632	1256	24
45-54 anos	808	568	1376	24	754	712	1466	29
55-64 anos	445	273	718	12	468	371	839	16
Total	3276	2513	5789		2634	2472	5106	

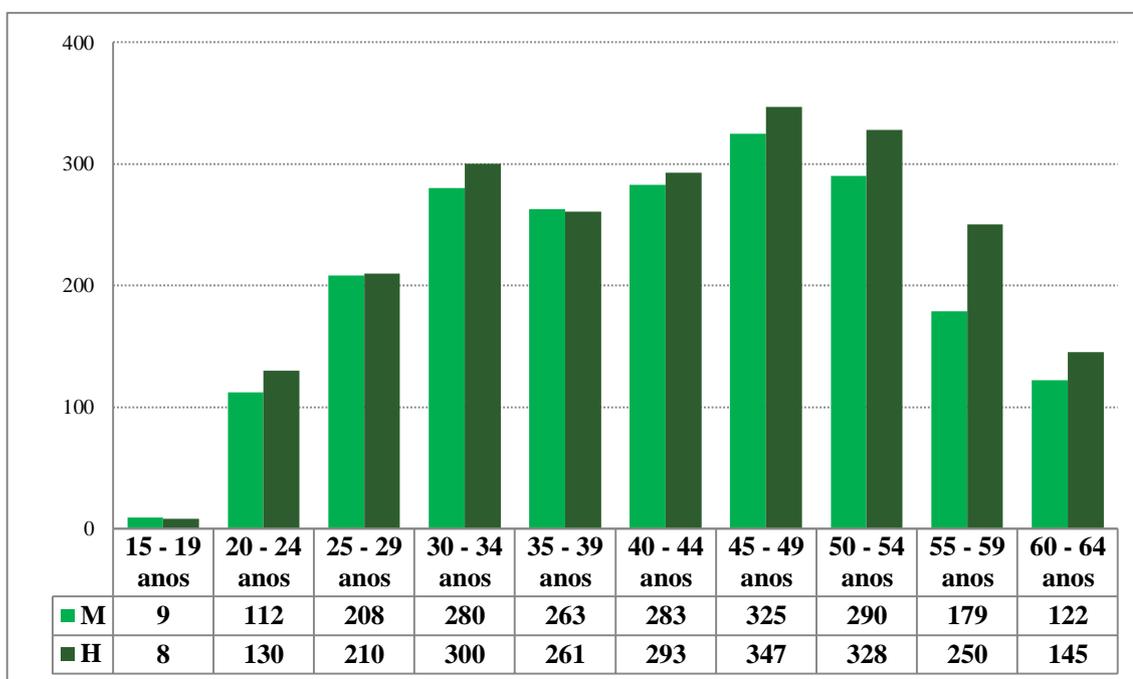
Fonte: INE – Censos de 2001 e Censos de 2011

O Quadro VI.6 indica-nos que tendo em conta o total de população residente, a percentagem de população ativa manteve a mesma percentagem em 2001 e 2011 (36% da população residente).

A faixa etária dos 35 aos 44 anos assume maior destaque na população ativa no ano de 2001, expondo 27%, enquanto em 2011 é a classe dos 45 aos 54 anos que apresenta uma maior proporção, com 29% da amostra.

2.1.2. População em idade ativa empregada

Gráfico VI. 1 – Número de indivíduos empregados por grupo etário



Fonte: INE – Censos de 2011

Em 2011 o número total de pessoas em idade ativa empregadas, no concelho de Gouveia era de 4343, ou seja, 85% da população total em idade ativa encontrava-se empregada. Contudo a população ativa empregada corresponde a 31% da população residente no concelho em 2011.

O maior número de pessoas empregadas pertence às faixas etárias dos 45 aos 49 anos (672), seguindo-se a faixa dos 50 aos 54 anos (618) e a dos 30 aos 34 anos (580), respetivamente.

A população com idade ativa com menos de 25 anos apresenta o menor número de indivíduos empregados, seguindo-se dos indivíduos na faixa etária dos 60 aos 64 anos.

Quadro VI. 5 – População ativa empregada, segundo atividade económica⁴

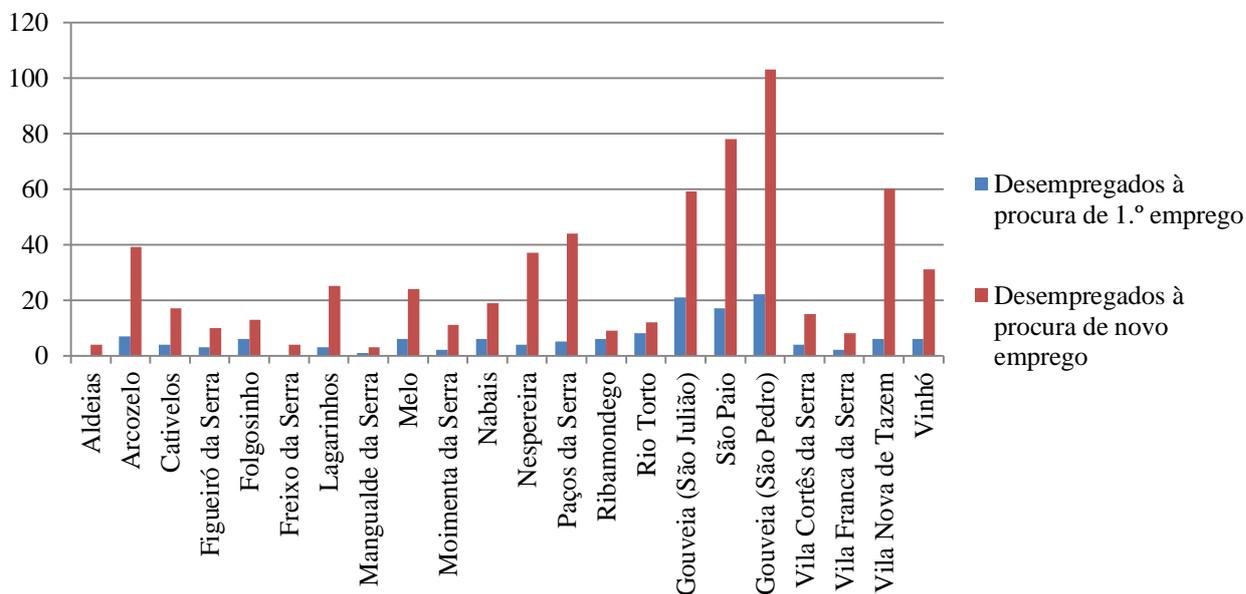
Atividade económica	Total
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	343
Indústrias extrativas	11
Indústrias transformadoras	531
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	24
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	12
Construção	436
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	699
Transportes e armazenagem	141
Alojamento, restauração e similares	275
Atividades de informação e de comunicação	32
Atividades financeiras e de seguros	64
Atividades imobiliárias	6
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	99
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	100
Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	385
Educação	496
Atividades de saúde humana e apoio social	643
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	36
Outras atividades de serviços	84
Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio	54
Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0

Fonte: INE – Censos de 2011

⁴ Nota: a diferença nos valores relativos ao total dos indivíduos empregados e no total dos indivíduos empregados por atividade económica, deve-se aos primeiros dados terem sido atualizados em fevereiro de 2014 e os últimos em janeiro de 2013.

2.1.3. População em idade ativa desempregada

Gráfico VI. 2 – Número de desempregados por localidade e categoria



Fonte: INE – Censos de 2011

O gráfico VI.2 mostra-nos que a localidade que apresenta maior número de indivíduos desempregados é S. Pedro (125), seguida de S. Paio (95), S. Julião (80) e Vila Nova de Tazem (66).

Quadro VI. 6 – Caracterização dos desempregados por género em 2017

	Feminino	Masculino	Total
N.º de desempregados	269	243	512

Fonte: IEFP - Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia

Do observado na tabela supra verifica-se que o maior número de desempregados pertence ao género feminino comparativamente ao género masculino. Correspondendo, respetivamente, a um total de 269 e 243 desempregados.

Quadro VI. 7 – Habilitações Literárias dos desempregados em 2017

Habilitações literários	N.º de desempregados
Sem habilitações	67
4º ano	98
6º ano	82
9º ano	106
12º ano/curso tecnológico/profissional	125
Ensino Superior	56

Fonte: IIEFP - Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia

No que concerne às habilitações literárias dos desempregados, como se pode constatar no quadro supracitado o maior número de desempregados possui o 12º ano de escolaridade e o 9.º ano, respetivamente.

A menor taxa de desemprego verifica-se nos indivíduos que detêm um nível de habilitações superiores, sendo que os licenciados desempregados são aqueles que detêm um maior número de indivíduos comparativamente com o grau de mestre.

Quadro VI. 8 – Número de indivíduos desempregados por faixa etária em 2015 a 2017

Faixa etária	2015	2016	2017
15-24	93	84	109
25-34	108	118	91
35-54	237	260	197
55	148	144	115
TOTAL	586	606	512

Fonte: INE – Censos de 2011 e IIEFP - Centro de Emprego e Formação Profissional de Seia

Da leitura do quadro acima, podemos observar que é no grupo etário 35-54 anos e no grupo etário dos 55 e + anos, que se regista o maior número de desempregados, sendo estes dois grupos responsáveis por cerca de 60% do total da população desempregada.

Aparece de seguida o grupo etário < de 25 anos, e por fim o grupo etário dos 25-34 anos.

Confrontando os dados verifica-se que de 2015 para 2017 baixou o desemprego nos diversos grupos etários, com a exceção do grupo etário < de 25 anos, em que se verifica um ligeiro acréscimo.

3. Tecido empresarial

Quadro VI. 9 -Sociedades não financeiras e financeiras por sector de atividade económica

Sociedades	2011	2016
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	12	17
Indústrias extrativas	1	1
Indústrias transformadoras	52	43
Construção	51	45
Comércio por grosso e a retalho	84	77
Transporte e armazenagem	10	8
Alojamento, restauração e similares	22	29
Atividades de informação e comunicação	2	2
Atividades imobiliárias	8	7
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	23	20
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	6	7
Atividades de saúde humana e apoio social	7	10
Atividades artísticas, de espetáculo desportivas e recreativas	2	0
Outras atividades de serviços	13	14
Sociedades financeiras	5	5
Total	286	285

Fonte: PORDATA

Fontes de dados: INE Sistema de contas integradas das empresas

Confrontando os dados acima expostos e naturalmente uma vez que o sector primário e secundário detêm um menor peso no concelho, o sector terciário obtém uma maior importância quando comparado com os restantes sectores.

É interessante verificar que o *comércio por grosso e a retalho* surge em primeiro lugar, seguido das sociedades de construção e das indústrias transformadoras, *Alojamento, restauração e similares*, aparece a par das *atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*.

Quadro VI. 10 - Volume de negócios das empresas não financeiras (Euro: milhares)

Sociedades	2011	2016	2016 %
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1804	3354	4,44
Indústrias extrativas	214	-----	-----
Indústrias transformadoras	11556	13110	17,36
Construção	10009	6624	8,77
Comércio por grosso e a retalho	40499	39139	51,83
Transporte e armazenagem	4544	860	1,14
Alojamento, restauração e similares	5701	5634	7,46
Atividades de informação e comunicação	211	252	0,33
Atividades de consultoria ,científicas, técnicas e similares	2186	2159	2,86
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	492	1281	1,70
Educação	437	229	0,30
Atividades de saúde humana e apoio social	759	1036	1,37
Atividades artísticas, de espetáculo desportivas e recreativas	177	74	0,10
Outras atividades de serviços	1785	1764	2,34
Total	80 651	75 516	100

Fonte: PORDATA

Fontes de dados: INE Sistema de contas integradas das empresas

Naturalmente e em relação ao volume de negócios, é o comércio por grosso e a retalho que detém metade do volume de negócios praticado no concelho.

Em oposição o concelho detém o menor valor de negócios nas atividades artísticas, de espetáculo desportivas e recreativas e na educação.

Realce ainda para a Indústria Transformadora que representa um volume de negócio de 17,36% e a Construção com uma percentagem de 8,77.

Formação, Emprego e Atividades económicas –

Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Desemprego de longa duração.
- Falta de oferta de emprego para pessoas com qualificação superior.
- Oferta formativa desadequada relativamente ao mercado de trabalho.
- Pouca flexibilidade dos desempregados em aceitar ofertas de trabalho fora das suas expectativas profissionais.
- Falta de visão empreendedora, facilitadora da criação de autoemprego.
- Desinvestimento das entidades empregadoras na qualificação dos trabalhadores.
- Declínio do tecido socioeconómico e a falta de uma visão estratégica do tecido empresarial que apresenta dificuldades ao nível do risco, empreendedorismo, inovação e adaptabilidade.
- Défice de inserção, numa perspetiva integrada, por parte das estruturas locais.
- Baixa escolaridade e falta de motivação para a formação/qualificação da comunidade.
- Desqualificação social e dificuldades de inserção socioprofissional.
- Deficiência nas competências para a gestão/produktividade.
- Falta de oportunidades de emprego no Concelho.
- Elevada taxa de desemprego jovem.



Elevada taxa de desemprego



Desafios

- Explorar as potencialidades/ oportunidades proporcionadas pelo Quadro Comunitário (2014-2020);
- Sensibilizar as entidades formativas para a importância de articulação entre a oferta educativa/ formativa e a realidade do mercado de trabalho;
- Promover parcerias entre instituições no sentido de possibilitar o financiamento a pequenos investimentos;
- Divulgar/ promover as condições no Concelho que promovam a fixação de empresas

de forma a fomentar novas iniciativas empresariais que possibilitem uma modernização e qualidade dos equipamentos. Este desafio teria impacto na possibilidade de fixação, sobretudo dos jovens, no Concelho.

- Promover iniciativas conjuntas que possibilitem uma estratégia comum na gestão do mercado de trabalho.
- Promover junto da população com baixa literacia ações de qualificação, bem como, acesso a formações que possibilitem no futuro uma inserção socioprofissional compensatória e satisfatória.
- Sensibilizar os empregadores para os programas e medidas existentes que apoiem o desenvolvimento do mercado de emprego local.

Problemáticas

- Redes viárias deficitárias, quer em termos de qualidade, quer pela falta de continuidade.
- Défice na qualificação dos recursos humanos na área do turismo e sua gestão.
- Falta de sensibilização das entidades empregadoras na área do turismo para a importância de recursos humanos qualificados.
- Desconhecimento do perfil do turista.



Turismo



Desafios

- Maior investimento na requalificação e valorização do património edificado.
- Desafiar os estabelecimentos hoteleiros e da restauração a divulgar as suas repostas turísticas.
- Promover e incentivar os proprietários de estabelecimentos hoteleiros a desenvolver programas atrativos aproveitando os recursos naturais do Concelho.
- Possibilitar o aumento de novos produtos promocionais e turísticos, tais como, o turismo sénior, turismo religioso, turismo cultural, turismo em espaço rural, natureza e a promoção de estágios desportivos.
- Sensibilizar empregadores e funcionários de setor turístico e hoteleiro para a necessidade de formação adequada ao exercício das funções.

Problemáticas

- Atividades económicas como a agricultura e pecuária não são valorizadas nem vistas como atividades economicamente gratificantes.



Outras atividades económicas



Desafios

- Apoiar projetos nestas áreas auxiliando os investidores e informando-os sobre formas de se financiarem/auto-financiarem.
- Incentivar a criação de sistemas de escoamento de produtos agrícolas, provenientes da agricultura familiar.
- Implementar ações formativas nestas áreas.

VII – Segurança

A prevenção do crime passa por um conjunto coordenado de medidas que visam a melhoria das suas condições de segurança ou dos seus bens. (P.S.P)

A segurança nacional é uma atribuição fundamental do Estado moderno e sua prerrogativa exclusiva. O conceito é intrínseco à noção de Estado nacional desde a sua origem, no século XVII. O conceito segurança consiste em assegurar, em todos os lugares, a todo o momento e em todas as circunstâncias, a integridade do território, a proteção da população e a preservação dos interesses nacionais contra todo tipo de ameaça e agressão.

Ao Estado é atribuído o monopólio do uso da força assim como o estabelecimento e manutenção da ordem e paz social desde a assinatura do Tratado de Westfália, em 1648. Para o exercício desta função o Estado pode lançar mão do seu poder económico, militar e político, bem como do exercício da diplomacia, estabelecendo alianças, tratados e acordos internacionais.

Para além do exercício da diplomacia e da manutenção de um efetivo de forças armadas, a garantia da segurança nacional requer a implementação da defesa civil e medidas preventivas de situações de emergência definidas em lei; a promoção da resiliência ou da redundância de elementos críticos das infraestruturas existentes no território; o uso de serviços de inteligência e contrainteligência para destetar, prevenir ou evitar espionagem ou atentados e para proteger informações confidenciais.

Os indicadores de segurança no Concelho de Gouveia, nomeadamente no que respeita à criminalidade, revelam valores baixos, à semelhança da região, considerada a mais segura do país. Para tal, contribuem as forças policiais instituídas no Concelho, o Comando de Destacamento Territorial n.º 5 com um posto em Gouveia e um posto em Vila Nova de Tazem, e a Polícia de Segurança Pública na cidade de Gouveia.

1. Polícia de Segurança Pública

Em Gouveia a PSP tem como zona de intervenção os limites da área urbana da cidade, é composta, em 2018, por 31 de elementos, dos quais cinco são graduados, 4 elementos estão afetos às Brigadas de Investigação Criminal e 2 afetos ao MIPP (Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade). No que se refere aos equipamentos, a PSP dispõe de 5 viaturas e 3 ciclomotores.

A PSP tem como missão e objetivos fundamentais promover as condições de segurança que assegurem o normal funcionamento das instituições democráticas, bem como o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias.

1.1 Respostas

Para além do serviço de vigilância, fiscalização e prevenção, a PSP desenvolve projetos do âmbito comunitário direcionados para públicos específicos.

De acordo com diversos estudos de vitimação efetuados em alguns Estados Membros da União Europeia parece consensual que o que incomoda e condiciona o comum dos cidadãos não é tanto o crime organizado, mas antes a **pequena criminalidade** ou “criminalidade de massa”, conforme é denominada pela Comissão Europeia. Esta criminalidade de massa, que inclui todos os tipos de crimes que são cometidos frequentemente e em que as vítimas são facilmente identificáveis (idosos, crianças, etc.), gera **sentimentos subjetivos de insegurança**, sendo nesse domínio que se deve centrar, sem menosprezo para as restantes vertentes, a reflexão macro estratégica da PSP.

A Polícia de Segurança Pública desenvolve, há vários anos, boas práticas de Policiamento de Proximidade ou Policiamento Comunitário em todo o seu dispositivo, quer inseridos no âmbito de Programas Especiais lançados pela tutela quer por iniciativa dos diversos Comandos.

Ao nível de boas práticas locais, tem-se apostado na organização de demonstração de meios, ações de formação e de sensibilização direcionadas quer para estudantes, quer para pais/encarregados de educação e professores, bem como para cidadãos idosos e comerciantes, nas áreas da prevenção criminal, violência doméstica,

prevenção da toxic dependência, prevenção rodoviária, entre outras.

Ao nível dos Programas Especiais (Policimento de Proximidade) assistiu-se a uma afetação em permanência de recursos policiais para responder às necessidades de públicos - alvo específicos através da criação de equipas policiais direcionadas para a segurança de estabelecimentos de ensino, áreas comerciais ou zonas residenciais com uma população maioritariamente idosa.

O Policiamento de Proximidade é mais eficaz porque:

- Mobiliza a comunidade na prevenção e combate ao crime;
- Utiliza conjuntamente os recursos comunitários e policiais no combate ao crime;
- Previne e combate as causas do crime e incivilidades em parceria com a comunidade;
- Está mais próximo dos problemas, tendo mais possibilidades de os identificar e resolver;
- Utiliza a comunidade como fonte de informação e apoio.

1.2 Programas Especiais

1.2.1. Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP)

O MIPP sistematizou mecanismos de articulação entre as valências de prevenção da criminalidade e policiamento de proximidade, valências de ordem pública, investigação criminal e informações policiais.

O MIPP, congrega os projetos que foram implementados de uma forma algo espalhada, numa estratégia global, através do estabelecimento de objetivos estratégicos e operacionais, implementando mecanismos de coordenação, de avaliação e de formação, conferindo um maior enfoque na componente de proximidade/prevenção da criminalidade e na melhoria da sua articulação com as componentes de ordem pública, investigação criminal e informações policiais.

O Programa é composto por duas equipas:

- Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV).
- Equipas do Programa Escola Segura (EPES).

Os elementos que constituem as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV) e as Equipas do Programa Escola Segura (EPES), receberam formação específica para o desempenho das missões que lhes estão adstritas.

As **Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV)** são responsáveis pela segurança e policiamento de proximidade, em cada sector da área de responsabilidade das subunidades e, de acordo com o diagnóstico de segurança efetuado em cada Comando: pela prevenção e vigilância em áreas comerciais, vigilância em áreas residenciais maioritariamente habitadas por cidadãos idosos, prevenção da violência doméstica, apoio às vítimas de crime e acompanhamento pós-vitimação, identificação de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e pela deteção de cifras negras.

As **Equipas do Programa Escola Segura (EPES)** são responsáveis pela segurança e vigilância nas áreas escolares, prevenção da delinquência juvenil, deteção de problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos e pela deteção de cifras negras no seio das comunidades escolares.

Os elementos policiais que constituem estas equipas são designados por Agentes de Proximidade. Operacionalmente estes Agentes têm uma missão que abrange desde o policiamento de visibilidade, a resolução e gestão de ocorrências/conflitos, o reforço da relação polícia - cidadão e a deteção de situações que possam constituir problemas sociais ou dos quais possam resultar práticas criminais.

Os Agentes de Proximidade integrados nas EPAV e EPES, desenvolvem contactos com a população em geral, serviços das Juntas de Freguesia e Municípios, Tribunais, Técnicos de projetos de assistência social, conselhos diretivos dos estabelecimentos de ensino, comerciantes, bem como os cidadãos em geral, sendo que as suas funções são as seguintes:

- garantir a segurança e visibilidade na via pública;
- garantir a segurança e visibilidade nas áreas escolares;
- prevenir a ocorrência de ilícitos criminais nas áreas residenciais, comerciais e escolares;
- estabelecer contactos periódicos com os comerciantes, os residentes e visitantes habituais no sector onde prestam serviço;
- dinamizar ou propor ao escalão superior a realização de ações de sensibilização/palestras/demonstrações sobre temáticas diferentes e a públicos-

- alvo diversos;
- efetuar o diagnóstico da situação de segurança no seu sector;
 - proceder ao atendimento e apoio às vítimas de crime;
 - manter-se à disposição do público, indo ao seu encontro;
 - fornecer informações úteis ao cidadão;
 - proceder à identificação/levantamento de problemas;
 - colaborar com os serviços de apoio social;
 - efetuar o levantamento das situações que podem ter um impacto negativo na segurança rodoviária;
 - recolher informações sobre ilícitos criminais concretos;
 - recolher informações sobre indivíduos suspeitos da prática de ilícitos criminais;
 - recolher informação sobre possíveis locais de vigilância;
 - recolher informação sobre a organização de manifestações/concentrações;
 - recolher informação sobre alterações de ordem pública graves.

1.2.2. Brigadas de Proteção Ambiental (BriPA)

a) Finalidade

Brigadas de Proteção Ambiental (BriPA), são uma estrutura dedicada à prevenção e fiscalização de ilícitos de natureza ambiental que ocorram na área de atuação da PSP.

b) Âmbito

O conceito de segurança não se limita à prevenção e investigação criminal, antes abarca um conjunto de atividades e estratégias que, direta ou indiretamente, influenciam a forma como os cidadãos percecionam a ordem e tranquilidade públicas na sua comunidade.

A PSP, enquanto Polícia Integral e com um âmbito de atuação nacional tem competências genéricas na prevenção e fiscalização de ilícitos de natureza ambiental.

Tendo em consideração a crescente preocupação da sociedade civil em relação às questões ambientais, foi criada uma brigada composta por dois elementos na Esquadra de Gouveia que procedem à fiscalização das situações que constituem ilícitos de natureza ambiental.

1.3. Análise criminal do concelho de Gouveia

Quadro VII. 1- Análise criminal do concelho de 2010 a 2017 - PSP

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Crimes contra as pessoas	46	40	56	45	25	14	30	28
Crimes contra o património	82	77	55	50	39	38	20	55
Crimes contra a vida em sociedade	3	10	22	19	13	13	7	10
Crimes contra o Estado	2	0	2	2	3	3	1	1
Crimes previstos em legislação avulsa	9	2	4	4	4	3	2	3
Totais	142	129	139	120	84	71	60	97

Fonte: Polícia de Segurança Pública

Através da análise dos dados, verifica-se que os crimes com maior incidência são os crimes contra o património, seguidos dos crimes contra as pessoas, representando em 2017, 56,7% e 28,9 % dos crimes respetivamente.

Comparando o número total de crimes verifica-se uma tendência decrescente de 2010 para 2016. Em 2017 houve um aumento de ocorrências criminais, tendo contribuído com maior expressão os crimes contra o património, que em termos absolutos passou de 20 ocorrências em 2016 para 55 ocorrências em 2017.

2. Guarda Nacional Republicana

Está sediado em Gouveia o Comando do Destacamento Territorial de Gouveia, que comanda os Postos da Guarda Nacional Republicana dos Concelhos de Gouveia e Vila Nova de Tazem, de Seia (que inclui os postos de Seia, Loriga e Paranhos da Beira), de Fornos de Algodres e de Aguiar da Beira.

O Concelho de Gouveia engloba dois postos, um com sede em Gouveia e outro com sede em Vila Nova de Tazem, nos quais trabalham um total de 43 elementos, sendo que o Posto de Gouveia possui atualmente 18 militares no seu efetivo e o Posto de Vila Nova de Tazem 6, encontrando-se os restantes militares afetos às equipas do Destacamento nomeadamente o Núcleo de Investigação Criminal (NIC), Seção de

Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC) e o Núcleo de Proteção Ambiental (NPA) e ainda militares afetos aos Serviços Administrativos do Destacamento e do respetivo Comando.

2.1 Respostas

2.1.1. Sinistralidade Rodoviária

Quanto aos problemas inerentes à sinistralidade rodoviária, o Destacamento Territorial leva a cabo diversas medidas preventivas, das quais se destacam diversas Operações emanadas pelo Escalão Superior além de outras organizadas pelo próprio Comando do Destacamento, marcadas bimestralmente de acordo com a análise exaustiva da sinistralidade ocorrida anteriormente e que procura reforçar o policiamento nos horários, dias e locais onde se registou o maior número de sinistros e aqueles em que resultaram maior número e/ ou com maior gravidade para os intervenientes. Esta análise procura ainda identificar o tipo de manobras que estiveram na origem dos sinistros, de forma a procurar evitar ou em última análise reprimir os comportamentos de risco que estão na origem do fenómeno da sinistralidade que tanto têm afligido a população em geral.

Realizada uma análise mais abrangente aos números de sinistros rodoviários no Concelho de Gouveia nos últimos anos, constata-se que após um gradual, mas quase constante diminuição do número de acidentes, veio a verificar-se um aumento significativo durante o ano de 2017, cuja tendência urge agora procurar inverter, tratando-se de uma das principais prioridades deste Comando para o ano que atravessamos.

Quadro VII. 2- Acidentes de viação do concelho de 2010 a 2017 - GNR

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Acidentes								
Viação	70	61	68	81	87	72	72	90

Fonte: Destacamento Territorial de Gouveia

2.1.2. Criminalidade

Relativamente à criminalidade, continuam a destacar-se os crimes de violência doméstica, que pela gravidade das suas consequências, tem tido por parte deste Destacamento e da GNR um reforço significativo de empenhamento de meios de forma a minimizar o número de ocorrências e as suas consequências. Estes crimes pelas suas especificidades técnicas são investigados pela equipa do Núcleo de Investigação e Apoio a Vitimas Específicas (NIAVE) que se encontra sediado no Comando Territorial da Guarda, constituída por 4 elementos, de forma a procurar evitar ou em última análise reprimir os comportamentos de risco que estão na origem deste tipo de crimes, procurando salvaguardar a integridade física das vítimas.

Quadro VII. 3 – Crimes de violência doméstica no concelho de 2010 a 2017 - GNR

Violência Doméstica	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
N.º de crimes	14	17	19	25	27	15	13

Fonte: Destacamento Territorial de Gouveia

Quanto aos restantes crimes, constata-se uma ligeira diminuição dos números de ilícitos criminais registados, sendo de realçar o reforço no empenhamento desta Guarda na diminuição dos crimes Contra as Pessoas e Contra o Património, cujo impacto numa comunidade envelhecida como a nossa, pode por vezes ter consequências devastadoras para as vítimas.

Por outro lado, a preservação da natureza e do meio ambiente, tem sido uma preocupação constante por parte deste Comando, envolvendo além de todo o efetivo em geral os elementos que constituem o Núcleo de Proteção Ambiental, que serão muito em breve reforçados com 4 elementos, na procura de melhorar de forma substancial o Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA), do qual se destaca a prevenção dos Incêndios Florestais e a fiscalização do Decreto de Lei n.º 124/2006 de 14 de janeiro republicado pelo 76/2017 de 17 de agosto, que procura assegurar a limpeza das florestas e das faixas de segurança em redor das habitações, aglomerados populacionais e das principais vias de acesso, de forma a garantir a diminuição das ocorrências de incêndios e as suas consequências.

2.2. Análise da Criminalidade do Concelho de Gouveia

De forma a permitir uma análise mais detalhada aos números da criminalidade no Concelho de Gouveia, junta-se o mapa com os dados desde 2010 até 2017.

Quadro VII. 4 – Análise Criminal do Concelho 2010 a 2017 - GNR

Criminalidade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Contra as Pessoas	67	36	47	72	73	85	49	52
Contra o Património	73	83	106	128	101	95	53	76
Contra Iden Cul e Int Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Vida em Sociedade	37	37	51	45	29	44	27	21
Contra o Estado	11	3	5	5	4	2	3	4
Contra Animais de Companhia						0	1	4
Legislação Avulsa	16	18	19	12	20	12	15	2
Totais	204	177	228	262	227	239	145	172

Fonte: Destacamento Territorial de Gouveia

Segurança – Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- A estrada nacional n.º 17, como ponto crítico do Concelho, apesar de não se verificarem acidentes considerados muito graves.
- Falta de condições para circulação de peões e ciclistas nas estradas nacionais.



Sinistralidade



Desafios

- Continuar a investir na sensibilização da população em geral e dos condutores em particular para as questões rodoviárias (limites velocidade, condução sobre o efeito de álcool e outras drogas, etc).
- Investir na instalação de passadeiras elevadas em locais estratégicos de forma a reduzir a velocidade dos veículos.
- Criar/melhorar as condições de circulação para peões e ciclistas.
- Melhorar a sinalização das estradas.
- Continuar a sensibilizar os agricultores para o manuseamento de máquinas agrícolas nas estradas e dos condutores de quadriciclos.

Problemáticas

- A criminalidade contra o património, apesar de não ter aumentado nos últimos anos, é o que tem merecido mais atenção.
- Zona de passagem de muitas viaturas e criminalidade itinerante.



Criminalidade



Desafios

- Sensibilizar a população para a importância da informação de atos criminais.
- Orientar o patrulhamento pelas informações.
- Prevenir eficientemente a ocorrência de atos criminosos relacionados com a criminalidade contra o património.
- Aumentar e potenciar a fiscalização rodoviária.

Problemáticas

- Consumo de estupefacientes por parte da população estudantil.
- Aumento consecutivo anual do número de idosos a viver sozinhos, isolados ou com ambas as condições.
- Constantes alterações/actualizações legislativas que fazem com que o cidadão tenha dificuldades em acompanhar a mudança sendo de realçar as questões relacionadas com o DL n.º 124/06, de 28 de Junho na sua actual redação.



Outros problemas



Desafios

- Sensibilizar/informar os estudantes e jovens em geral sobre os riscos inerentes ao consumo de estupefacientes e aumentar a fiscalização.
- Prevenir a criminalidade contra idosos nomeadamente ao nível de burlas, furtos e roubos.
- Sensibilizar e acompanhar a população idosa transmitindo conselhos de segurança.
- Informar/Sensibilizar a população em geral para as alterações legislativas que vão entrando em vigor.

VIII – Ambiente

O meio ambiente, chamado apenas de ambiente, envolve todas as coisas vivas e não-vivas ocorrendo na Terra, ou em alguma região dela, que influenciam os ecossistemas e a vida dos humanos. Em outras palavras, é o lugar em que vivemos, do qual dependemos para a nossa sobrevivência e o qual nos envolve e nos cerca. Um meio dinâmico, marcado por interações, ao qual, devido ao nosso enorme poder de modificá-lo, constantemente temos que nos readaptar.

O capítulo ambiente procura fazer uma caracterização do ambiente no Concelho e a sua intervenção nas várias questões ambientais.

1. O Ambiente e sua Evolução

1.1. A fauna

Entre os mamíferos identificados como mais importantes, consideram-se a raposa, o javali, a lontra, a geneta, o texugo, a fuinha, o gato-bravo, e a toupeira-de-água. Quanto aos répteis e anfíbios, chamam a atenção a sardanisca argelina e o sapo parteiro no meio arbustivo, bem como a lagartixa-de-montanha⁵.

1.2. A flora

A diversidade da vegetação existente no Concelho de Gouveia acompanha as variações de altitude, a natureza do solo, a exposição do terreno e as variações climáticas. O modo como se distribui no solo permite reparti-la por três andares altitudinais: andar superior, andar intermédio e andar basal.

O andar superior localiza-se a uma altitude superior a 1600 metros, o que corresponde à zona da Lagoa do Vale do Rossim, onde domina o zimbro. A vegetação, edafófila, inclui comunidades de rochedos, de cascalheiras e de turfeiras, formações de pequenos lagoachos, ribeiros e lagos e alguns prados que suportam uma cobertura prolongada de neve sendo tolerantes ao gelo. No andar intermédio, localizado a uma altitude variável de 900 a 1600, metros o predomínio era o Carvalho negral. A

⁵ Lagartixa-de-montanha (*Iacerta monticola monticola*) encontra-se numa altitude acima dos 1500 metros, sendo a Serra da Estrela o único local do território português em que foi referenciada

vegetação natural era formada por bosques caducifólios ou mistos de quercíneas caducifólias e perenifólias com *Quercus pyrenaica* e *Quercus rotundifolia*.

Sob condições climáticas e edáficas especiais surgiam bosques de *Betula celtiberica* ou *Taxus baccata* e, por vezes, *Ilex aquifolium*. Em solos mais húmidos, encontravam-se bosques de *Fraxinus angustifolia* e, ao longo dos rios, galerias de *Alnus glutinosa*.

De todos estes bosques, apenas restam alguns exemplos pequenos e incompletos, devido, principalmente, aos incêndios e às atividades agrícolas e silvo-pastoris. A degradação dos bosques originais conduziu principalmente à instalação de urzais, giestais ou caldoneirais e a uma degradação mais acentuada, a prados pioneiros ou, em situações húmidas, a formações de feto-ordinário. Entretanto, através da rega e da fenagem foram criados prados seminaturais.

O andar basal, situado em altitudes variáveis dos 400 aos 900 metros, tem o predomínio da vida agrícola. O povoamento humano é máximo e a perturbação é conseqüentemente mais forte. Todos os bosques climáticos desapareceram e foram substituídos por várias formações de degradação devido à atividade humana, como o fogo, o corte, o pastoreio, a lavoura, a florestação e o cultivo. Atualmente restam apenas fragmentos muito pequenos e incompletos de bosques seminaturais. As etapas de degradação incluem pequenas áreas de matagal e vastas áreas de matos rasteiros, principalmente aqueles em que ocorrem espécies de *Cistus* (giestas) e de *Lavandula* (rosmaninho). Uma degradação mais acentuada pode conduzir à existência de prados relativamente abertos e ricos em plantas anuais.

1.3. A reserva biogenética da Serra da Estrela

Em Março de 1993, o Comité Director para a Protecção e Gestão do Ambiente e Meio Natural do Conselho da Europa integrou o Planalto Superior da Serra da Estrela na Rede Europeia de Reservas Biogenéticas. A área da Reserva Biogenética abrange as freguesias de Mangualde da Serra (Gouveia), Loriga, Valezim, Lapa dos Dinheiros e Alvoco da Serra (Seia) e Unhais da Serra (Covilhã).

Trata-se de uma área com uma superfície de 10 610 hectares, com um núcleo central que ocupa 5465 hectares e alberga as espécies florísticas e faunísticas de maior interesse.

1.4. Os recursos minerais e energéticos

No Concelho de Gouveia existem algumas explorações mineiras abandonadas há muitos anos das quais podemos referir: Arcozelo da Serra (Zona dos Penedos Mouros), Vila Cortês da Serra (Minas do Castelejo) e Figueiró da Serra (Moinhos da Fraga).

No que diz respeito à actividade de extracção existe apenas uma exploração mineira (ex-tracção de caulino), localizada em Melo (Quinta do Saibro). A exploração de inertes (areias e areão, gravilhas), está localizada nas seguintes freguesias: Arcozelo da Serra (Aljão) e Vila Franca da Serra (Quinta da Balsa).

Os recursos energéticos com maior potencialidade no Concelho são: água, sol e vento.

Destes recursos energéticos o mais explorado é a água, que é utilizada para abastecimento das populações, para o regadio de campos agrícolas e também no abastecimento de pequenas charcas de retenção.

O recurso energético “sol” é pouco utilizado, verificando-se uma maior utilização de painéis solares a nível de habitações particulares, sendo que o uso de energia solar em edifícios públicos é inexistente ou baixa.

O recurso energético “vento” tendo um forte potencial não é explorado de forma adequada. No entanto, a produção de energia eólica seria uma forte componente enquanto geradora de riqueza para o Concelho.

1.5. Recursos hídricos

O Concelho de Gouveia está integrado na região hidrográfica do Mondego, cujo percurso dos leitos de água escoam predominantemente para o Concelho de Seia.

As principais linhas de água do Concelho são o Rio Mondego, o Rio Torto e as Ribeiras (Boco, Ribeira de Gouveia, Ribeira de São Paio, Ribeira do Paço, Ribeira do Freixo, Ribeira da Bandoiva, Ribeira dos Namorados, Ribeira de Nabais, Ribeira de Paços, Ribeira das Aldeias, Ribeira do Valongo, Ribeira das Costeiras).

A quantidade e a qualidade dos recursos hídricos dependem, em grande medida, do coberto vegetal mais propriamente do estrato arbóreo. Os povoamentos florestais, por aumentarem as taxas de infiltração do solo e promoverem o escoamento não torrencial (causa de erosão), maximizam o aproveitamento das águas pluviais pelo próprio solo. Estas funções são particularmente importantes nas zonas de maior altitude,

onde se localizam as bacias hidrográficas.

No concelho de Gouveia existem importantes recursos hídricos:

- Rio Mondego (para armazenamento em albufeira da Aguieira);
- Albufeira do Vale do Rossim (albufeira protegida, para aproveitamento energético) cujas águas estão classificadas pela Agência Portuguesa de Ambiente (APA) como “águas para banhos”. Estas águas permitem a existência de uma praia de banhos de interior (lacustre) que recebeu em 2017 e 2018, da Quercus, o galardão “Praia de ouro”;
- Outras ribeiras de menor dimensão (referenciadas em 2.1), com utilização para abastecimento de populações e rega de campos agrícolas.

2. Intervenção ambiental

2.1. Parque Natural da Serra da Estrela

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) situa-se na montanha mais importante do País, a qual faz parte do Maciço Antigo Ibérico-Maciço Hispérico- que em Portugal se prolonga desde a raia de Espanha até ao Litoral e constitui a mais efetiva fronteira entre o Norte e o Sul.

A Classificação do PNSE como Área Protegida (decreto lei nº 557/76 de 16 de Julho) abrange uma superfície de 88.850 hectares, estendendo-se por territórios pertencentes aos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia.

O PNSE foi classificado para assegurar a proteção e promoção dos valores naturais, paisagísticos e culturais, em especial nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza; corresponder aos imperativos de conservação dos habitats naturais, da fauna e da flora selvagens protegidos; enquadrar as atividades humanas através de uma gestão racional dos recursos naturais, tendo em vista o desenvolvimento sustentável; assegurar a participação ativa de todas as entidades públicas e privadas, em estreita colaboração com as populações residentes (ponto 2 do artº 2 da RCM nº 83/2009).

Em Março de 1993, o Comité Diretor para a Proteção e Gestão do Ambiente e Meio Natural do Conselho da Europa, integrou o Planalto Superior da Estrela na Rede Europeia de Reservas Biogenéticas. Trata-se de uma área com uma superfície de 10.610 hectares, albergando espécies florísticas e faunísticas de grande interesse.

Em Dezembro de 2005, o planalto Superior da Serra da Estrela e o troço Superior do Rio Zêzere (5.075 hectares), fazem parte da lista de Zonas Húmidas de importância internacional da Convenção de RAMSAR.

Glaciação e Rede Hidrográfica

Geologicamente, o PNSE contém no essencial duas rochas distintas – o granito e o xisto, que diferenciam a paisagem: vales mais abertos e um relevo mais suave nas zonas graníticas, e vales mais profundos e encaixados nas zonas xistosas. Acima dos 1.200 metros, são evidentes os vestígios da última glaciação: lagoas e moreias de origem glacial, vales em U como os do Zêzere e de Unhais da Serra, sucedendo-se a blocos erráticos, as moreias, os covões e as lagoas naturais.

Alimentada por invernos rigorosos e pela queda de neve, o PNSE representa uma enorme riqueza em termos de água, nascendo aqui os 3 importantes rios portugueses: Mondego, Zêzere e o Alva.

Flora e Vegetação

A vegetação é influenciada por 3 tipos de clima – Mediterrânico, Atlântico e Continental – distribuindo-se de forma muito marcada por 3 andares altitudinais: basal, Intermédio e superior. No andar basal, até aos 900 metros, verifica-se um intenso aproveitamento agrícola e florestal tendo desaparecido totalmente a vegetação natural que seria formada por vastos carvalhais perenes de azinheira (*Quercus rotundifolia*) e sobreiro (*Quercus suber*), nas vertentes sudeste e sudoeste, e carvalhais de carvalho alvarinho (*Quercus robur*) a ocidente, norte e noroeste. Nos solos mais húmidos ocorreriam bosques de freixo (*Fraxinus angustifolia*). Nos vales e ao longo das linhas de água, existiram densas manchas de ripícolas (*Alnus glutinosa*), salgueiros, (*Salix* sp.), ulmeiros (*Ulmus minor*), e azereiros (*Prunus lusitânica*). No andar intermédio entre os 900 – 1600 metros, a vegetação seria formada por bosques de carvalho negral (*Quercus pyrenaica*) e azinheira, nas vertentes sudeste e sudoeste, e por bosques de carvalho negral nas vertentes ocidentais. Nas zonas mais húmidas existiam bosques de bétulas (*Betula alba*) e teixos (*Taxus baccata*). Destas formações existem pequenas

manchas, e a antiga vegetação foi substituída pelos matos de urzais (*Erica* sp. E *Calluna vulgaris*), giestais (*Cytisus* sp. E *Genista* sp), caldoneira (*Echinos pattumsp.*) e pelos prados de piorno. No andar superior, até aos 2000 metros, dominam os piornais, zimbrais, cervunais e arrelvados, assim como as comunidades rupícolas nos rochedos e as comunidades lacustres nas lagoas e charcas, onde se encontram as espécies mais raras, algumas em risco de extinção. De entre estas subsistem entre outras a campânula hermínia, a genciana e a fava de água. Parte significativa da flora existente encontra-se protegida através da sua inclusão em anexos na Convenção de Berna e da Diretiva 92/43/CEE (Diretiva Habitats).

Fauna

Carateriza-se por uma riqueza e diversidade elevada, constituindo a nível nacional uma das áreas de montanha mais importante para a conservação da natureza. Estão inventariadas na área do PNSE, mais de 150 espécies de aves das quais cerca de 100 nidificam na região. Na Serra ocorre um número significativo de espécies características de montanha e com uma distribuição muito localizada em território nacional, em resultado das suas especificidades ecológicas, são exemplo: a Cegonha Preta. Verifica-se uma grande diversidade nas aves, salientando-se pela sua raridade a Gralha de Bico Vermelho, o Melro de Água, o Gavião e o Açor.

O PNSE apresenta ainda mamíferos como o Javali, a Lontra, a Gineta, a Raposa, a Fuinha, o Texugo e o Gato Bravo, destacando-se entre os pequenos mamíferos a Toupeira de Água.

Salienta-se ainda, pela sua importância e diversidade, a herpetofauna, representada por pequenos reptéis e anfíbios, alguns dos quais endémicos da Serra da Estrela tal como a Lagartixa de Montanha (*Lacerta montícola*).

Povoamento

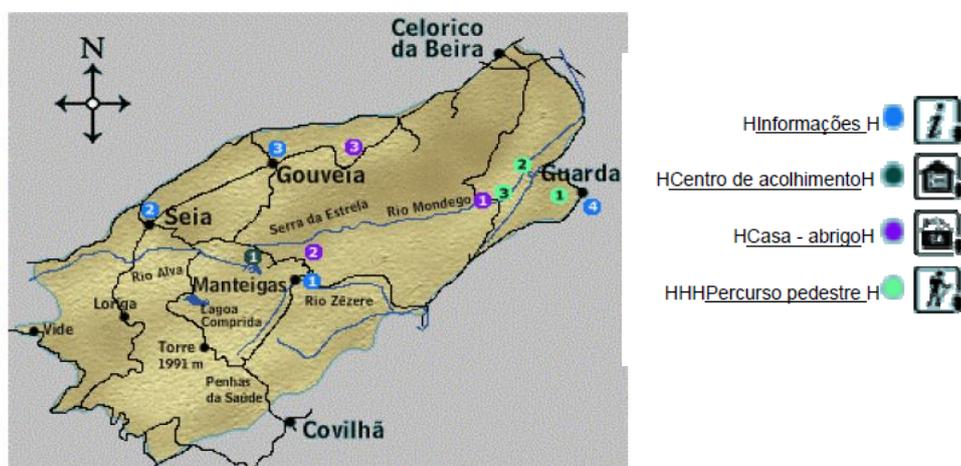
Historicamente a área onde se insere o PNSE começou a ser ocupada por Pastores desde há cerca de 5.000 anos, durante o Verão, altura em que se cultivavam as terras mais baixas. O pastoreio, atividade essencial desta área, está associada á cultura do centeio que tem o seu limite nos 1.600 metros. Terá sido com base nesta economia agro-pastoril que nasceu a cintura de povoações que envolve a Serra, e que salvo poucas exceções, Sabugueiro, Folgosinho e Videmonte, não ultrapassa os 800 metros.

Culturalmente, conserva sinais de civilizações importantes que habitaram esta área: são os vestígios da romanização expressa na engenharia das pontes e vias de comunicação, na introdução da telha e do arado de madeira, no desenvolvimento do castanheiro e da vinha; influencia dos árabes nos sistemas de rega e nas técnicas de tecelagem; é clara a afirmação das comunidades judaicas no desenvolvimento dos mercados e feiras regionais, locais de contacto cultural dos povos da montanha e da planície.

Turismo de Natureza

As cores das árvores no Outono, o aconchego das povoações no Inverno, os cervunais e relvados floridos na Primavera e o azul do céu no Verão, fazem de todas as épocas, um motivo para uma visita de descoberta da Estrela, através de diversas sugestões de percursos pedestres, percursos em automóvel, percursos temáticos, bem como a prática de atividades de desporto de natureza.

Mapa VIII. 1 – Parque Natural da Serra da Estrela



Fonte: ICN – Instituto de Conservação da Natureza

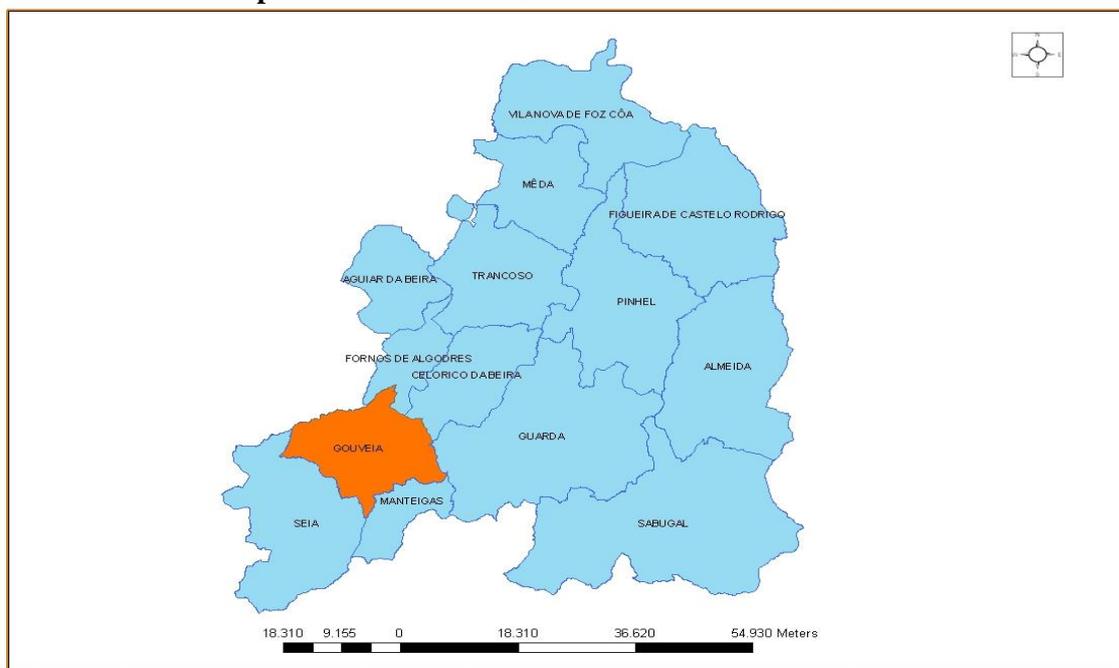
3. Caracterização Física

3.1. Enquadramento geográfico do Concelho

O território concelhio engloba uma área de 300 Km², entre as cotas de 125 a

1620 metros acima do nível médio do mar, situando-se, parcialmente, na área protegida do Parque Natural da Serra da Estrela. Apesar de estar localizado na vertente Noroeste da Serra da Estrela, durante mais de um século, este Concelho esteve integrado na Beira Baixa, aquando da reforma administrativa após a vitória liberal.

Mapa VIII. 2 – Divisão Concelhia do Distrito da Guarda



Fonte: Instituto Geográfico Português

Conforme a figura anterior, o Concelho de Gouveia situa-se na Região da Beira Interior Norte, pertencendo ao Distrito da Guarda. Faz fronteira administrativa com os Concelhos de Seia e Manteigas a Oeste, Fornos de Algodres e Celorico da Beira a Norte, a Nascente com o Concelho da Guarda (concelhos da Beira Interior) e com Seia e Mangualde (concelho da Beira Litoral) a Oeste.

O Concelho de Gouveia constitui parte integrante do agrupamento de concelhos Sub-região Serra da Estrela - corresponde a uma NUT de ordem 3.

Os vales existentes que resultaram do aproveitamento das estruturas de falha pelos cursos de água, apresentam uma orientação que, em termos gerais, pode ser delineada como sendo NE-SW. São estas orientações que permitem a chegada dos ventos húmidos do litoral até estas serranias, proporcionando valores elevados de precipitação.

A constituição geológica e a componente morfológica, desta área traduzem-se em influências de variada ordem no quotidiano das populações.

Mapa VIII. 3 – Divisões administrativas das freguesias do Concelho de Gouveia



Fonte: Wikipédia

É abrangido, cartograficamente, pelas cartas militares nº 190, 191, 201, 202, 212, 213.

O Concelho de Gouveia é dividido em 16 freguesias e 31 povoações, as quais estão indicadas no Quadro 5.

Quadro VIII - 1 – Freguesias do concelho de Gouveia

Freguesia	Área (ha)
União das Freguesias de Aldeias e Mangualde da Serra	3755
Arcozelo	2403
Cativelos	1411
União das Freguesias de Figueiró da Serra e Freixo da Serra	1273
Folgoso	5170
União das Freguesias de Gouveia (São Julião e São Pedro)	3545
União das Freguesias de Rio Torto e Lagarinhos	1935
União das Freguesias de Melo e Nabais	1445
União das Freguesias de Moimenta da Serra e Vinho	1433
Nespereira	538

Paços da Serra	1040
Ribamondego	755
São Paio	1557
Vila Cortês da Serra	1106
Vila Franca da Serra	1101
Vila Nova de Tazem	1595
TOTAL	30063

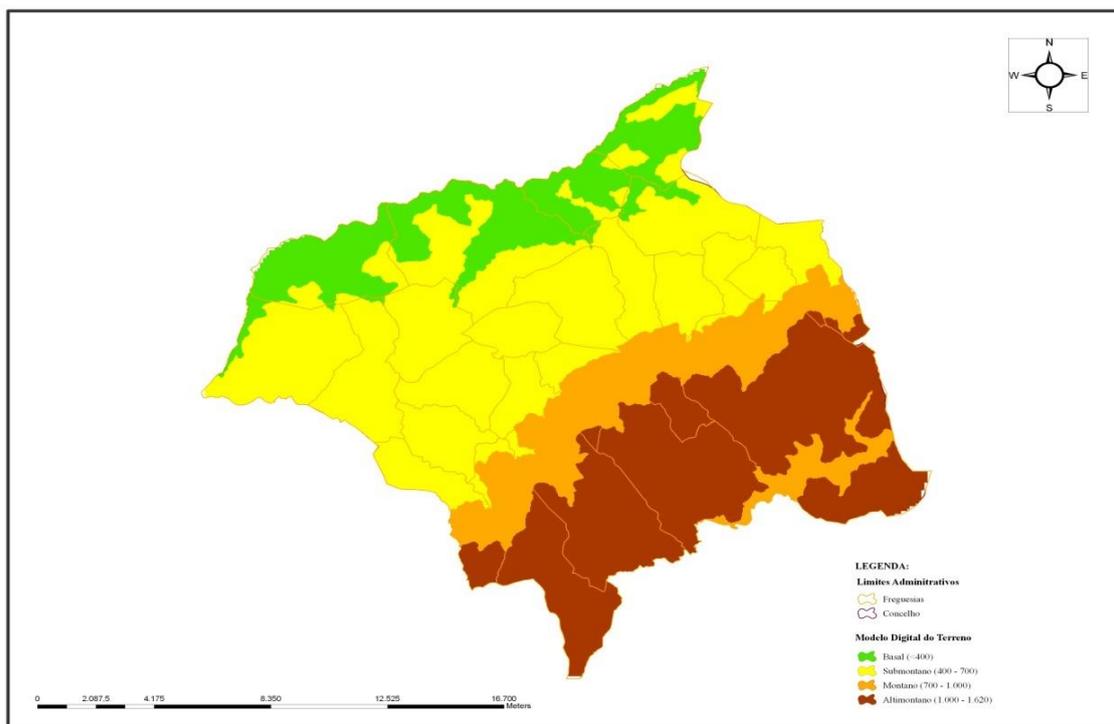
Fonte: (CAOP, 2012)

O Concelho de Gouveia constitui parte integrante do agrupamento de concelhos Sub-região Alto Mondego / Serra da Estrela - corresponde a uma NUT de ordem 3.

Este Concelho pertence à área de abrangência do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro, enquadrando-se na Unidade de Gestão Florestal da Beira Interior Norte, correspondendo à área territorial definida no respetivo PROF.

3.2. – Modelo Digital do Terreno

Mapa VIII. 4 – Modelo Digital do Terreno do Concelho de Gouveia



Fonte: Gabinete Técnico Florestal Município de Gouveia.

A altitude é um fator orográfico de grande importância, uma vez que com a

variação desta ocorre a variação dos vários elementos climáticos, e esta, por sua vez, provoca alteração na composição do coberto vegetal e condiciona o uso agrícola.

O Concelho encontra-se implantado no sopé da vertente voltada para NW, aproveitando em grande parte a área de aplanamento entre a Estrela e o Caramulo (Fosso do Mondego).

A altimetria é um fator a ter em linha de conta, visto ser um dos fatores que, por um lado, condicionam o tipo de culturas e explorações agrícolas e, por outro, impede, de forma significativa, o combate aos incêndios florestais. De facto, a topografia do Concelho enquadra uma variação muito acentuada, com cotas de 125 m junto do Rio Mondego até aos 1620 m na cordilheira da Serra da Estrela, sendo a zona do vale a de maior apetência para o uso agrícola do solo e da encosta, para exploração em usos mais condicionados, alternativos e com predominância pecuária.

4. Caraterização Climática

4.1. Caracterização Climatológica

A maior parte do território nacional é influenciado pelo clima do tipo mediterrâneo, caracterizado por uma excessiva concentração de chuva em parte do ano (Inverno), seguida de seca quase total no restante período. Esta sequência permite que ocorram grandes variações em termos de regime hidrológico contribuindo assim para a degradação e erosão progressiva das bacias hidrográficas.

O Clima de uma dada região é determinado por diversos fatores gerais resultantes da circulação atmosférica à latitude dessa mesma região, sendo estes posteriormente condicionados por fatores locais como sejam a altitude, proximidade ao mar, a orientação das vertentes, entre outros.

A caracterização climatológica foi obtida com base nos registos históricos publicados pelo Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica (INMG), correspondendo as Normais Climatológicas da 3ª Região (Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Interior), calculadas para a série de 30 anos (1951-1980) e da cartografia digital do Atlas do Ambiente, do Instituto do Ambiente.

Apresentam-se no Quadro VIII 9, as estações meteorológicas (Penhas Douradas e Guarda) seleccionadas para a caracterização climática da área.

Quadro VIII. 2 – Localização das estações meteorológicas

LOCAL	LATITUDE (°N)	LONGITUDE (°W)	ALTITUDE (M)
Penhas Douradas	40° 25'	7° 33'	1380
Guarda	40° 32'	7° 16'	1019

Fonte: (INMG, 1991)

O estudo do clima assume grande importância, já que determina, não só as características do coberto vegetal, mas também influencia o desenvolvimento das espécies existentes ou a instalar.

Os elementos climáticos de maior interesse são a temperatura média do ar, a precipitação, humidade relativa do ar e a velocidade do vento.

4.1.1. Temperatura

A temperatura média mensal da estação meteorológica da Guarda varia entre 3,8° C, obtida no mês de Janeiro, e 18,8° C, obtida no mês de Julho, correspondendo a um valor médio anual de 10,4° C. Na estação meteorológica das Penhas Douradas estas variam entre 2,7° C, obtida nos meses de Janeiro e Fevereiro e 17° C, obtida no mês de Julho, correspondendo a um valor médio anual de 8,8° C.

4.1.2. Precipitação

Em termos de precipitação, a estação das Penhas Douradas apresenta o maior valor de precipitação média anual, enquanto que a Guarda apresenta o menor valor de precipitação média anual.

O Concelho de Gouveia apresenta uma média anual de 1.150 milímetros, valor maior do que a média para o continente (920 mm). A distribuição da precipitação durante o ano é bastante irregular, verificando-se uma diferença forte entre um semestre húmido (Outubro a Março) e um semestre seco (Abril a Setembro).

4.1.3. Insolação

Pode-se considerar que a insolação corresponde ao nº de horas de sol descoberto num determinado local.

No que respeita às horas de verifica-se que os valores variam entre 2300 e 2500 horas na quase totalidade do concelho.

A região Sul, correspondendo de grosso modo à zona do maciço da Serra da

Estrela, apresenta os maiores valores médios anuais de insolação.

Lagarinhos, Vila Nova de Tazem e Rio Torto correspondem em parte à zona do Concelho caracterizada por valores mais baixos de insolação.

4.1.4. Humidade Relativa

A humidade relativa do ar descreve a razão entre a massa de vapor de água que existe num determinado volume de ar húmido e a massa de água que existe, no mesmo volume, se o ar estiver saturado, à mesma temperatura num determinado local e instante.

Neste contexto, os elementos do relevo apresentam um papel importante já que atuam como pontos de condensação. Assim, as áreas onde se verificam os valores mais elevados estão na área de influência direta da Serra da Estrela.

Os valores médios anuais da humidade relativa, nas estações meteorológicas de Penhas Douradas e da Guarda são os seguintes:

Quadro VIII. 3 – Valores médios anuais da humidade relativa do ar

LOCAL	9 HORAS	15 HORAS	21 HORAS
Penhas Douradas	71,8 %	67,2 %	76,5 %
Guarda	77,5 %	63,2 %	75,1 %

Fonte: (INMG, 1991)

É de salientar que os valores mais baixos de humidade observam-se no mesmo período em que a precipitação é menor e a temperatura é mais alta, o que favorece uma maior suscetibilidade à ocorrência de incêndios e propagação dos mesmos.

4.1.5. Ventos

Para a estação meteorológica das Penhas Douradas, as direções predominantes dos ventos são as de Oeste (W) e Sudeste (SE). O rumo de Oeste é dominante nos meses de Fevereiro e Outubro. No que se refere à velocidade média do vento, as maiores velocidades são atingidas quando o vento sopra nos quadrantes Noroeste (NW) e Oeste.

Relativamente aos dados colhidos pela estação meteorológica da Guarda, as

direções predominantes dos ventos são o Sul e o Noroeste. O rumo Sul é claramente dominante nos meses de Janeiro e Novembro, e o rumo de Noroeste é dominante nos meses de Julho e Agosto. No que se refere à velocidade média do vento, as maiores velocidades são atingidas quando o vento sopra nos quadrantes Noroeste e Sul.

Relativamente à sua variação ao longo do ano, pode-se verificar que os ventos sopram com maior intensidade no Outono e no Inverno.

5. Solos

5.1. Geomorfologia

A área abrangida pelo Concelho de Gouveia insere-se em dois grandes domínios geomorfológicos, que são o flanco Noroeste do maciço da estrela (região montanhosa a leste do concelho) e o planalto da Beira Alta (a ocidente do concelho).

A primeira, constituída por uma zona de relevos, que atingem perto de 1600 m, é cortada abruptamente pelos vales do Zêzere, a sul, e do Mondego, a norte, cursos de água com percurso sinuoso.

Desta zona acidentada desce-se para a plataforma da Beira Alta, através de bruscos declives, cuja origem, sem dúvida erosiva, estará também relacionada, localmente, a importante escarpa de falha, ou a uma sucessão de degraus tectónicos.

5.2. Geologia e Litologia

Quanto à natureza geológica, o Concelho de Gouveia é classificado em duas unidades de solos distintas, Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovicico e graníticas (Granito das Beiras).

Estas são cortadas por numerosos filões quartzosos, pegmatíticos e por vezes básicos.

No Concelho de Gouveia, existe uma mancha geológica onde predomina o xisto, normalmente de cor cinzenta, a acusar uma nítida ação de agentes erosivos.

Na parte oriental do Concelho, predominam o complexo xisto-grauvaquico ante-ordovicico, encontrando-se por vezes intensamente metamorfizada no contacto com o granito, originando orlas metamórficas (corneanas e xistos mosqueados).

O granito ocupa uma extensa área do Concelho, sendo de natureza monzonítica, em geral de duas micas, predominando a biotite. Texturalmente, destaca-se o granito de grão grosseiro, por vezes médio, embora existam afloramentos de granito com grãos mais finos.

6. Análise do histórico e da causalidade dos incêndios florestais

A desertificação florestal surge nos nossos tempos como um flagelo que se deve combater devido aos malefícios que a mesma acarreta. Como causas dessa desertificação, temos essencialmente os incêndios florestais que consomem e devastam o nosso património florestal.

Portugal, devido à sua latitude, situa-se numa zona muito sensível às alterações climáticas. Estas condicionantes de ordem climatérica e as características dos espaços mediterrâneos são determinantes na ocorrência e dimensão dos incêndios florestais, cuja origem entronca num conjunto de fatores de ordem estrutural e socioeconómica, que vão desde a pequena dimensão da propriedade e sua grande fragmentação à desertificação humana de vastas áreas do interior, acompanhada pelo abandono da atividade agrícola e pelo envelhecimento da população residente.

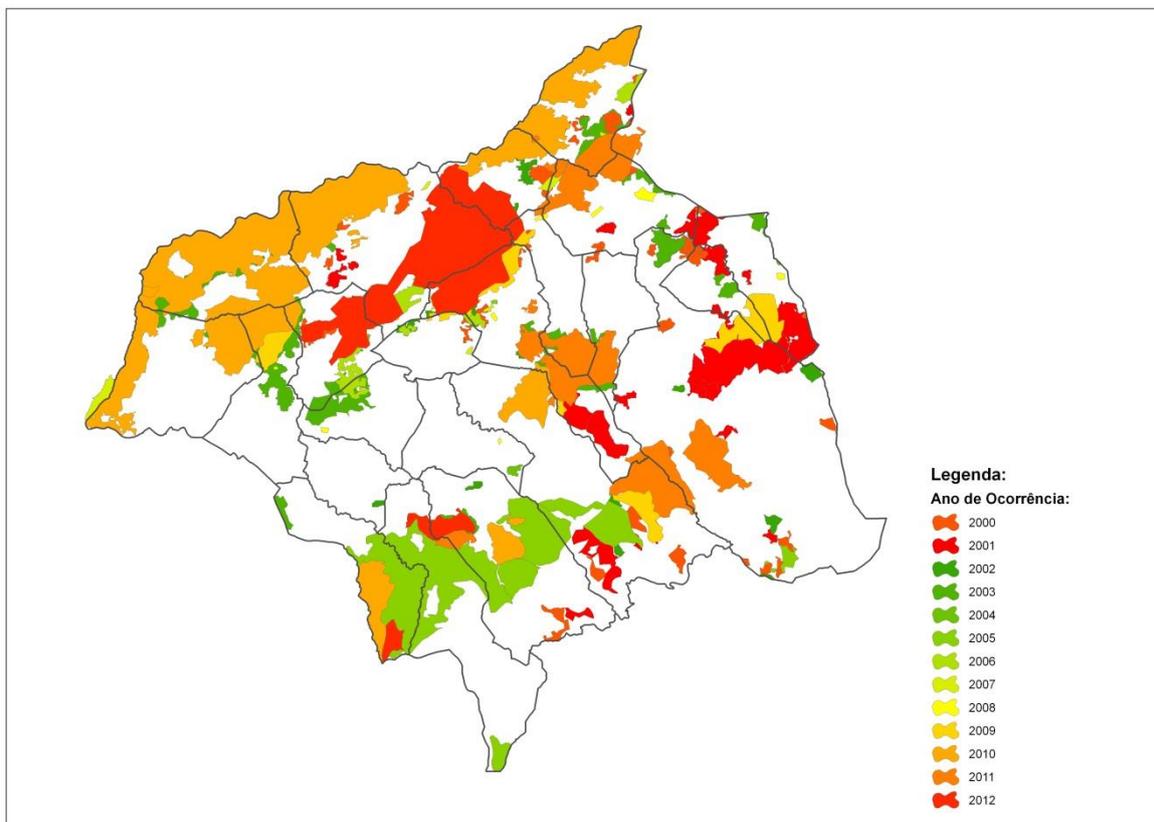
Os preços praticados no sector madeireiro por parte dos intermediários e o facto da atual atividade silvícola potenciar a existência de proprietários absentistas, o que, no limite, leva ao abandono das explorações, são fatores que contribuem para o desinteresse pelo património florestal, levando à sua deterioração, aumentando o risco de incêndio potencial.

Portugal é um dos países europeus mais afetados pelos incêndios florestais em anos recentes, apresentando recorrentemente uma das maiores percentagens de área florestal ardida. Os fogos florestais consomem por ano, em média, mais de 100.000 hectares de floresta portuguesa, provocando um importante impacto quer a nível ambiental, quer a nível económico.

Estes eventos, frequentemente dramáticos, resultam na perda de vidas humanas e destruição de ecossistemas, contribuindo para a redução de biodiversidade e depredação de recursos não renováveis como vegetação endémica e habitats naturais.

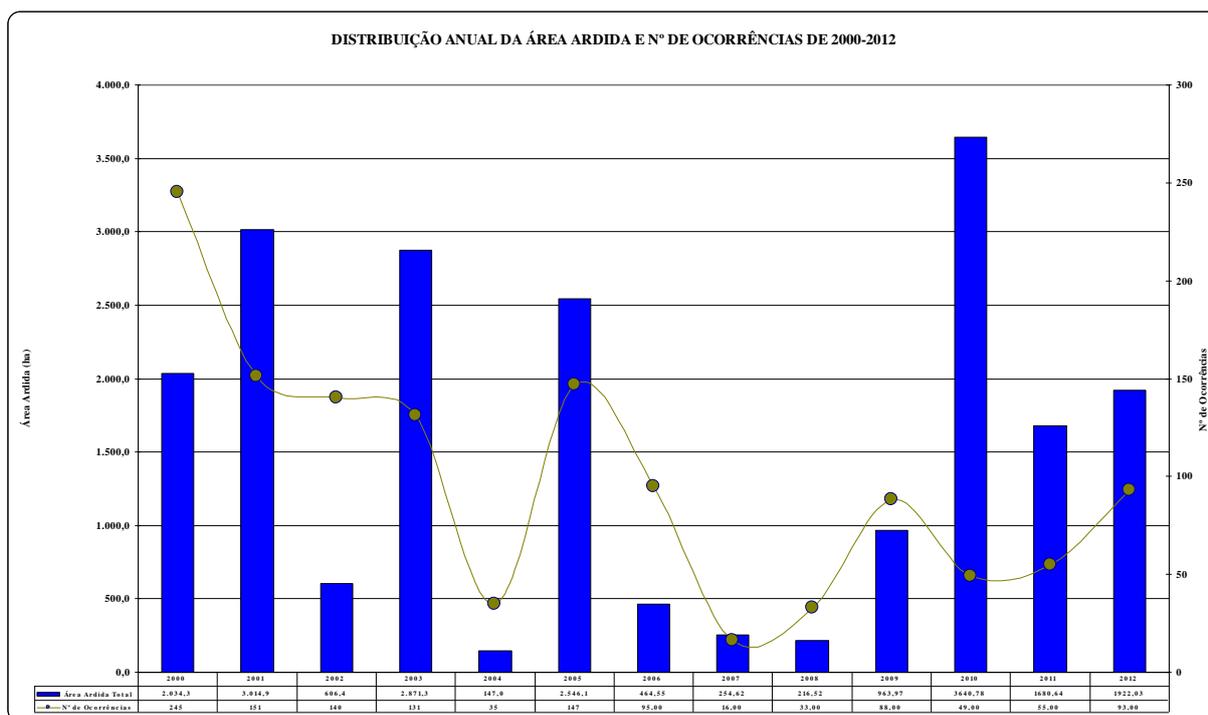
6.1. Área ardida – Distribuição anual

Mapa VIII. 5 – Distribuição da área ardida do Concelho de Gouveia



Fonte: Gabinete Técnico Florestal do Município de Gouveia e ICNF

Gráfico VIII. 1 – Distribuição da área ardida e do número de ocorrências entre 2000 e 2012



Fonte: Gabinete Técnico Florestal do Município de Gouveia e ICNF

O gráfico anteriormente apresentado, reflete a enorme dificuldade em combater este flagelo ao qual não é alheia a enorme fragmentação das propriedades, a inexistência de uma rede viária e de pontos de água eficiente. O abandono dos terrenos de cultivo e pastoreio, devido ao envelhecimento da população e aos movimentos da emigração, são fatores preponderantes para a proliferação de matos que crescem desordenadamente e que são fatores de propagação de incêndios nas áreas arborizadas.

O abandono da agricultura tradicional tem originado situações bastante problemáticas. Este facto leva a que os incêndios cheguem facilmente a consumir habitações, estruturas de apoio à agricultura e edifícios industriais.

A regeneração natural da floresta, em terrenos abandonados e arditos que não é estruturada para ser uma floresta de proteção e de produção constitui um fator de alto risco que contribui, ano após ano, para a ocorrência de sucessivos incêndios florestais.

Paralelamente existe todo um sistema que falha na organização de determinados pontos fulcrais e vitais para a proteção e conservação da floresta tais como a gestão e conservação florestal, a limpeza e desbaste das matas, a implantação de uma boa rede viária e divisional, bem como a sua manutenção periódica, a existência de pontos de água fiáveis e distribuídos estrategicamente no território, e acima de tudo o bom planeamento florestal no sentido de intercalar áreas de resinosas e eucaliptos muito suscetíveis ao fogo, com folhosas, evitando assim o prisma da monocultura intensiva de ganhos ilusórios, beneficiando em muito a diversidade e a saúde da própria floresta, bem como possibilitando outro tipo de ganhos relacionados com o uso múltiplo da floresta, como sejam: a pastorícia, o turismo, a cinegética, os cogumelos, entre outros.

Nos últimos 22 anos, a média anual de área ardida é de 1447 ha, tendo assim ardido durante o período mencionado um total de 31834,92 ha, o que significa que existiram áreas que arderam mais do que uma vez, atendendo que a área do município corresponde a 30040,58ha.

As freguesias de Vila Nova de Tazem e Arcozelo da Serra são as que registam um maior nº de ocorrências em média, no entanto, a freguesia que, para igual período, apresenta uma maior área ardida é Paços da Serra.

As freguesias em que se verifica o menor nº de ocorrências são Figueiró da Serra e São Julião, sendo esta última a freguesia em que a área ardida é menor, não chegando a ultrapassar os 1,36ha.

7. Resíduos

7.1. Os Resíduos Urbanos (RU)

No ano de 1998 a Câmara Municipal de Gouveia (Assembleia Municipal de Gouveia) procedeu á aprovação da adesão à **Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão – AMRPB**, associação que é constituída por 19 Municípios:

Quadro VIII. 4 – Composição da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão - Ecobeirão

Aguiar da Beira	Oliveira de Frades	Tábua
Carregal do Sal	Oliveira dos Hospital	Tondela
Castro Daire	Penalva do Castelo	Vila Nova de Paiva
Gouveia	Santa Comba Dão	Viseu
Mangualde	São Pedro do Sul	Vouzela
Mortágua	Sátão	
Nelas	Seia	

Fonte: Planalto Beirão

A **AMRPB** criou, desde então, um sistema integrado de gestão de resíduos urbanos (RU), que permitiu encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da nossa região.

O encerramento da lixeira municipal, ocorrido em Junho de 2000, marcou o início da implementação de ações de sustentabilidade ambiental na gestão dos resíduos produzidos no concelho de Gouveia, em especial, no que respeita aos **resíduos urbanos**. A partir deste momento os resíduos urbanos passaram a ser sujeitos a 2 tipos de recolha:

Recolha indiferenciada de resíduos

A recolha indiferenciada é responsabilidade da Autarquia e corresponde à recolha dos resíduos urbanos depositados nos contentores plásticos, de cor verde escura ou metálicos e com capacidade de 800 litros. Estão distribuídos por todo o concelho, um total de 1110 contentores.

A recolha dos resíduos indiferenciados é executada em 3 circuitos de recolha distintos, sendo que um destes circuitos está subcontratado, desde 2017, à AMRPB.

A recolha é feita diariamente ou de dois em dois dias, em todo o concelho. Os resíduos recolhidos são posteriormente transportados para a Estação de Transferência de Seia (ET Seia), onde são depositados em galeras de grandes dimensões e posteriormente transferidos para viaturas que os transportam para a AMRPB. Até 2010 todos os resíduos urbanos recolhidos de forma indiferenciada eram directamente encaminhados para o aterro sanitário da AMRPB. A partir de 2010 os resíduos urbanos indiferenciados passaram a ter um tratamento prévio de separação, antes de chegarem á deposição em aterro.

Neste ano entrou em funcionamento a Central de Valorização Orgânica do Planalto Beirão que foi dimensionada para receber e tratar 130.000 toneladas de resíduos sólidos urbanos indiferenciados, por ano.

Esta unidade foi equipada com tecnologia de “ponta” sendo composta por uma linha de pré-tratamento e triagem, com a finalidade de separar 30.000 toneladas de resíduos biodegradáveis, assim como, recuperar uma quantidade significativa de materiais com potencial reciclável (metal, vidro, plásticos, matéria orgânica).

Parte da matéria biodegradável é sujeita a um processo de digestão anaeróbia, onde ocorrem diversas fermentações que originam a produção de biogás.

Este gás natural, constituído essencialmente por dióxido de carbono e gás metano, vai fornecer combustível a um conjunto de 3 motogeradores de energia eléctrica, com capacidade instalada de 3 MW, criando electricidade para injeção na Rede Eléctrica Nacional (REN).

Da entrada em funcionamento desta unidade de TMB (tratamento mecânico e biológico) resultaram vantagens significativas, tais como:

- Cumprimento das metas exigidas pela União Europeia, relativamente à redução da deposição de resíduos orgânicos em aterro sanitário;
- Produção de energia renovável, material reciclável e composto;
- Redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Quadro VIII. 5 – Produção anual de RU (toneladas) encaminhados para aterro sanitário.

Ano	Produção anual de RU (Toneladas)
2003	5.280,30
2004	5.315,26
2005	5.268,38
2006	5.379,12
2007	5.375,16
2008	5.228,08
2009	5.207,08
2010	5.298,36
2011	5.050,72
2012	4.719,66
2013	4.590,72
2014	4.768,69
2015	4.580,36
2016	4.574,40
2017	4.520,02
2018	4.627,22

Fonte: Departamento de Planeamento Urbanístico e Ambiente do Município de Gouveia e DGRF

Recolha diferenciada ou seletiva de resíduos

A recolha seletiva de resíduos corresponde à recolha dos resíduos depositados em:

- ecopontos,
- oleões
- contentores para recolha de resíduos têxteis
- ecocentro de Gouveia

No concelho de Gouveia existiam, no final de 2018:

- 65 ecopontos
- 9 oleões
- 30 contentores para recolha de resíduos têxteis
- 1 ecocentro

A ampliação da rede de recolha seletiva de resíduos tem contribuído para uma redução gradual dos resíduos urbanos indiferenciados encaminhados para o aterro

sanitário da AMRPB. Desta forma reduzem-se os recursos financeiros que a Autarquia teria de gastar no tratamento dos resíduos indiferenciados tratados no aterro.

A recolha diferenciada é responsabilidade da Associação de Municípios do Planalto Beirão e assenta na existência de ecopontos, oleões e ecocentro em funcionamento.

Os resíduos separados nos ecopontos, oleões e ecocentro são recolhidos e transportados para a Estação de Triagem da AMRPB e posteriormente encaminhados para as indústrias que realizam a reciclagem desses materiais, através da reutilização dos mesmos.

Os ecopontos

A entrada em funcionamento do Ecocentro de Gouveia e a instalação de ecopontos e oleões na via pública, escolas e outros serviços públicos deram início à possibilidade de separação de resíduos, em especial os resíduos que constituem os resíduos urbanos (RU) e que estão classificados como a “**fração valorizável dos RU**” (papel/ cartão, vidro, plásticos/ metais) – Ecoponto

Quadro VIII. 6 – Quantitativo de resíduos separados ao nível dos ecopontos no Concelho

Ano	Plástico e Metal	Papel e Cartão	Vidro	Total
2003	14,2	44,5	63,3	122
2004	17,6	48,6	65,1	131,3
2005	19,4	49,5	88,1	157
2006	21,4	58,4	96,5	176,3
2007	22,8	61,1	103,4	187,3
2008	29,34	65,4	105,8	200,54
2009	33,39	70,91	109,1	213,4
2010	37,16	78,46	117,48	233,1
2011	35,7	74,5	88,5	198,7
2012	34,6	71,8	112,7	219,1
2013	24,6	50,5	83,6	158,7
2014	36,90	67,1	118,18	222,18
2015	38,67	62,48	110,98	212,13
2016	43,96	72,06	114,22	230,24
2017	36,84	59,70	99,80	196,34
2018	47,56	69,22	104,91	221,69
Total	494,12	1004,23	1581,67	3080,02

Fonte: Departamento de Planeamento Urbanístico e Ambiente do Município de Gouveia

Da análise do quadro anterior verifica-se que até 2010 ocorreu uma evolução muito positiva na deposição diferenciada de resíduos ao nível dos ecopontos, por parte da população.

De 2010 até 2018 verificou-se um retrocesso neste processo, tendo-se verificado algumas oscilações, ano após ano, sem se ter recuperado o “rumo” crescente da deposição seletiva de resíduos.

Considera-se ser necessário uma nova expansão da rede de ecopontos, tornando-os mais acessíveis à população. Esta expansão, responsabilidade da AMRPB deverá ocorrer a par do reforço dos circuitos de descarga dos ecopontos. Têm-se verificado grandes constrangimentos ao nível da descarga dos ecopontos em especial nos períodos de verão e épocas festivas (Natal, Carnaval, Páscoa).

O ecocentro

No Ecocentro foram criadas condições para a recolha e/ou deposição diferenciada de outros resíduos, também classificados como resíduos urbanos e com iguais possibilidades de encaminhamento para reciclagem, como por exemplo:

- resíduos de monos (mobiliário proveniente das habitações familiares como colchões, carpetes/ tapetes, mobílias, fogões, etc).
- resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos (REEE's) como por exemplo computadores, frigoríficos, máquinas de lavar e secar, rádios, aparelhos de ar condicionado, telemóveis, televisões, impressoras, scanners, aparelhos de telefone e fax, etc.
- resíduos biodegradáveis/ verdes, como os provenientes das atividades de manutenção de pequenos jardins e hortas de particulares.
- resíduos de construção e demolição (RCD) de pequenas obras não sujeitas a licenciamento.
- resíduos de lâmpadas;
- resíduos de pilhas, baterias e outros acumuladores;
- óleos alimentares usados
- resíduos de diversos tipos de plásticos
- resíduos metálicos

Os quantitativos recolhidos, foram os seguintes:

Quadro VIII. 7 – Quantitativos recolhidos no ecocentro

Materiais (valores em toneladas)															
Ano	Vidro	Papel/ Cartão	Metais	RCD/ entulhos	REEE/ electrodomésticos	Plásticos não embalagens	Plásticos mistos	Resíduos biodegradáveis/ verdes	Monstros	Madeiras	Pilhas	Baterias	OAU	Lâmpadas	Total/ ano (ton)
2008	16,94	30,52	24,04	67,14	12,22	13,16		19,8	34,44						218,26
2009	22,28	26,22	23,6	75,78	21,75	15,9		21,56	38,04						245,13
2010	14,34	20,26	28,112	87,16	26,458	14,62		16,54	49,5						256,99
2011	21,84	24,28	18,928	158,04	28,492	16,46		25,88	61,52						355,44
2012	19,46	14,4	7,216	72,22	13,684	10,64		28,6	43,7						209,92
2013	19,68	15,58	11,78	93,18	20,44	12,08		27,32	26,42						226,48
2014	13,46	21,48	9,3	82,48	21,98	6,24	7,6	28,94	39,7						231,18
2015	10,82	18,2	10,56	102,22	22,03	5,64	6,14	25,24	42,04						242,89
2016	10,44	25,26	18,08	117	24,484	8,84	6,46	21,2	43,54	19,76	0,13	0,08	0,2	0,24	295,71
2017	11,3	21,56	19,24	161,52	28,12	7,86	7,58	23,02	43,26	11,58					335,04
2018 *	6,56	23,84	21,78	270,12	24,16	10,84	8,86	37,56	79,1	16,6	0,02	0	0,38		499,82
	167,12	241,6	192,6	1286,9	243,818	122,28	36,64	275,66	501,26	47,94	0,15	0,08	0,58	0,24	3116,864

* Valores anuais ainda não validados

Fonte: Departamento de Planeamento Urbanístico e Ambiente do Município de Gouveia

Os oleões

A rede pública de recolha de óleos alimentares usados (OAU), é constituída por oleões.

Os oleões existentes na via publica destinam-se única e exclusivamente à recolha dos óleos alimentares usados (OAU) - o óleo alimentar que constitui um resíduo de acordo com a definição constante da alínea u) do artigo 3º do D.L. nº 178/2006, de 5 de Setembro, entre os quais os óleos alimentares usados provenientes do sector doméstico (das habitações), do sector Horeca (estabelecimentos de restauração e bebidas e empreendimentos turísticos) e do sector Industrial (relativo à industria transformadora, designadamente às industrias alimentares) de acordo com artigo 7º do Decreto-Lei nº 267/ 2009 de 29 de Setembro.

Os oleões foram instalados no ano de 2008, na sede de concelho, com apenas 2 unidades de capacidade para 600 litros/oleão.

Em 2018 a AMRPB procedeu à ampliação desta rede de oleões tendo aumentado o seu nº e dispersão geográfica no concelho de Gouveia. Os novos oleões têm menor capacidade de armazenamento (240 litros), mas estão sujeitos a circuitos próprios e com maior frequência de recolha.

Quadro VIII. 8 - N° oleões por freguesia

Freguesias	N° de oleões
Gouveia	6
Vila Nova de Tazem	2
S. Paio	0
Cativelos	0
Arcozelo da Serra	0
Nespereira	0
Paços da Serra	0
UF Moimenta da Serra e Vinhó	0
UF Melo e Nabais	0
Folgosinho	1
UF Rio Torto e Lagarinhos	0
UF Aldeias e Mangualde da Serra	0
Ribamondego	0
Vila Cortês da Serra	0
Vila Franca da Serra	0
UF Figueiró da Serra e Freixo da Serra	0
Total	9

Fonte: Departamento de Planeamento Urbanístico e Ambiente do Município de Gouveia

Verifica-se que existem algumas freguesias onde a população ainda não tem a possibilidade de fazer a separação dos OAU, por não existirem oleões instalados. Este é um aspeto que deve ser melhorado futuramente com uma gradual ampliação da rede municipal de recolha de OAU.

Os quantitativos recolhidos desde 2008 foram os seguintes:

Quadro VIII. 9 – Quantitativos recolhidos nos oleões

Ano	N° de olões	OAU recolhido (litros)
2014	2	1150
2015	2	1330
2016	3	1100
2017	3	700
2018	9	1800
		6080

Fonte: Departamento de Planeamento Urbanístico e Ambiente do Município de Gouveia

Os contentores recolha resíduos têxteis

Em 2014 a Autarquia celebrou um protocolo de colaboração com a empresa H. Sarah Trading no intuito desta promover a recolha de resíduos têxteis, em todo o concelho.

A empresa H. Sarah Trading, tem sede no concelho de Seia e está licenciada como operador de gestão de resíduos.

Em finais de 2013 a empresa H. Sarah Trading fez a instalação de contentores metálicos na via pública. Nestes contentores podem ser colocados roupas, calçado e brinquedos, entre outros materiais têxteis.

Todo o quantitativo de resíduos têxteis, encaminhados para a empresa H. Sarah Trading, representa recursos financeiros que a Autarquia economizou ao não enviar estes resíduos para aterro sanitário, como resíduo urbano.

Os quantitativos recolhidos desde 2014 foram os seguintes:

Quadro VIII. 10: Quantitativo de resíduos têxteis recolhidos

Ano	Nº contentores recolha de têxteis	Resíduos têxteis recolhidos (toneladas)
2014	27	18,05
2015	28	25,21
2016	29	25,14
2017	29	23,60
2018	29	33,71
		125,704

Fonte: Departamento de Planeamento Urbanístico e Ambiente do Município de Gouveia

A rede municipal de recolha seletiva de resíduos têxteis está dispersa por todas as freguesias do concelho, sendo da responsabilidade da empresa H. Sarah Trading, a recolha/ descarga dos contentores e gestão destes resíduos têxteis.

Serviço da Eco linha/ Linha verde

No início de 2004, a Autarquia criou o Serviço “ **Eco Linha/ Linha verde**” destino à recolha de monos e resíduos que pelas suas dimensões se revelam mais difíceis de transportar até ao ecocentro. Ao longo dos anos a Autarquia tem transportado para o Ecocentro de Gouveia, grande quantidade de mobiliário, electrodomésticos, equipamento informático, entre outros resíduos.

Este serviço tem-se revelado de extrema importância tendo permitido acabar com o abandono de eletrodomésticos e mobiliário em áreas florestais e terrenos agrícolas.

Considera-se importante que este serviço da Eco Linha possa “agregar” em si, um outro tipo de resíduo que está a ser tratado como resíduo urbano, com custos elevados de tratamento ao nível do aterro sanitário. Em causa estão os “**resíduos verdes**”, produzidos ao nível dos jardins e pequenas hortas dos munícipes. A deposição dos resíduos verdes nos contentores de resíduos indiferenciados é prática comum, assim como a sua deposição no chão ao lado do contentor.

A Autarquia tem alguns constrangimentos ao nível interno, no que respeita à disponibilização de meios humanos e viaturas para poder assumir este novo “serviço”.

7.2. Os resíduos líquidos

Na ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais, são tratados os lixiviados resultantes da decomposição dos resíduos do aterro. Atualmente o funcionamento da ETAR no Concelho ainda se encontra numa fase inicial, sendo ainda reduzido o tratamento das águas residuais.

Quadro VIII. 11 – Drenagem e tratamento de águas em 2002 – consumo 1000m³

Drenagem		Caudal Tratado	População servida com estações de tratamento de águas residuais (%)
Total	Caudais efluentes produzidos		
720	Residenciais e serviço	720	88,0
	Indústrias		
	720		
	-		

Fonte: INE – Anuário estatístico de 2003

Nota: As águas residuais tratadas engloba não só o tratamento efetuado nas estações de tratamento de águas residuais (ETAR) mas também fossas sépticas municipais.

8. Sensibilização Ambiental

8.1. Educação ambiental

A educação ambiental, junto das escolas do concelho de Gouveia, tem sido implementada com a adesão ao **Programa Eco Escolas**, da Associação da Bandeira Azul da Europa (ABAE).

O **Programa Eco Escolas** destina-se, a todos os ciclos de ensino. Com este programa pretende-se:

- encorajar acções, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade.
- estimular o hábito de participação envolvendo activamente as crianças e os jovens na tomada de decisões e implementação das acções.
- motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário.
- fornecer formação, enquadramento e apoio a muitas das atividades que as escolas desenvolvem.
- divulgar boas práticas e fortalecer o trabalho em rede a nível nacional e internacional.
- contribuir para a criação de parcerias e sinergias locais na perspectiva de implementação da Agenda 21 Local.

Este Programa segue uma metodologia simplificada, que se enuncia em 7 passos:

- formação do Conselho Eco Escolas
- realização da auditoria ambiental na escola
- elaboração do plano de acção
- monitorização/ avaliação
- desenvolvimento do trabalho curricular
- divulgação à comunidade
- elaboração do Eco código

Em termos temáticos as Eco Escolas devem elaborar o seu plano de ação anual, escolhendo os temas ambientais que pretendem trabalhar. São consideradas temáticas obrigatórias a “água”, “resíduos”, “energia”, “biodiversidade/ florestas” e “alimentação”. Podem ainda ser trabalhadas temáticas ambientais suplementares como a “mobilidade”, “espaços exteriores”, “ruído”, “rios e oceanos”, “agricultura biológica”, etc).

Uma escola que pretenda ser reconhecida com a Bandeira Verde Eco Escolas deverá apresentar a sua candidatura na qual demonstrará que seguiu a metodologia proposta; concretizou o seu plano de ação e realizou atividades no âmbito dos temas base obrigatórios (água, resíduos e energia) e temas suplementares.

Para apoiar o desenvolvimento do Programa, ao longo do ano letivo, o Município de Gouveia assumiu-se como “**Município Parceiro Eco Escolas**”, dando o seu contributo ao nível financeiro, apoio logístico e técnico, realizando ações de sensibilização em diversas temáticas:

- Promoção da separação de resíduos na origem (utilização de ecopontos, separação de REEE, pilhas, tampas, rolhas, resíduos verdes);
- Promoção da separação dos óleos alimentares usados (OAU) com encaminhamento final para os oleões instalados na via pública;
- Visitas de estudo ao ecocentro de Gouveia (regras de funcionamento);
- Promoção do uso sustentável da água em ambiente doméstico e escolar;
- Adoção de comportamentos sustentáveis na natureza (rios, praias, floresta)
- Implementação de hortas biológicas e jardins de plantas aromáticas;

Da implementação anual dos programas de ação das Eco escolas, resulta a atribuição do Galardão “Bandeira –Verde” que indica que a Eco escola tem uma postura sustentável em todas as ações desenvolvidas, sendo uma escola amiga do ambiente.

Ao longo destes 10 anos de implementação do Programa Eco Escolas, denota-se alguma preocupação, por parte das escolas, em manter o Programa Eco Escolas “vivo” no seio da comunidade escolar. O nº de escolas aderentes tem-se mantido constante, nos últimos 5 anos e até 2018:

- ABPG,
- Fundação A Nossa Casa – Patronato,
- Casa do Povo de Vila Nova de Tazem,

- Agrupamento de Escolas de Gouveia (JI Gouveia, Escola Básica de Gouveia com as turmas do 1º ciclo)
- Agrupamento de Escolas de Vila Nova de Tazem (turma do JI, turmas do 1º ciclo)

Constata-se uma adesão de 100%, na educação pré-escolar, da rede privada. Na rede pública a adesão é menor. Verifica-se que o Programa Eco Escolas não consegue ultrapassar a “barreira” para o 2º, 3º ciclo e secundário, ficando-se ano após ano, pelas turmas do 1º ciclo do Agrupamento de Escolas de Gouveia e Vila Nova de Tazem.

Considerando que a “**educação para a sustentabilidade ambiental**” deve seguir o percurso escolar dos alunos, desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior, verifica-se que nas escolas do concelho de Gouveia ainda há um “longo percurso” a percorrer.

Ambiente - Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Desvalorização da fauna, flora e características paisagísticas do Concelho.
- Existência de zonas florestais desvitalizadas.
- Desaproveitamento de recursos naturais.



Envolvente Natural



Desafios

- Valorizar as características paisagísticas do Concelho respeitando o solo agrícola, as áreas naturais incluídas ou não no parque natural, os perímetros florestais, bem como o enquadramento paisagístico de conjuntos edificados com interesse do ponto de vista do património histórico-cultural, quer em núcleos principais dentro de zonas urbanas, quer em situações de zonas rurais.
- Incentivar a revitalização do complexo florestal, atendendo à boa aptidão silvícola do solo, nomeadamente na sua função de proteção dos recursos hídricos e defesa contra a erosão, em conjugação com o interesse de exploração industrial.
- Evitar a dispersão incoerente na construção.
- Aproveitar os recursos hídricos e espaços de vocação natural para atividades de desporto e lazer.
- Promover ações que dêem a conhecer à comunidade a fauna e a flora do Concelho, os seus hábitos e o modo correto de proteger as espécies.
- Divulgar as vantagens económicas e ambientais do recurso a energias renováveis.
- Sensibilizar a população para a necessidade de manter os solos agrícolas limpos enquanto recurso útil na vida doméstica.

Problemáticas

- Fraca adesão/ implementação do Programa Eco-Escolas ao nível do 2º, 3º ciclos e do ensino secundário nas escolas do concelho de Gouveia (a falta de implementação nestes níveis de ensino deve-se à recusa dos Professores na adesão ao Programa Eco-escolas, dando continua preferência aos programas de saúde e leitura em detrimento deste programa de sensibilização ambiental).
- Desinteresse de algumas pessoas na aplicação das regras de separação dos resíduos e correta utilização dos ecopontos;
- Pouco conhecimento sobre a fauna e a flora local e preservação das mesmas.



Educação Ambiental



Desafios

- Sensibilizar o Agrupamento de Escolas e o IG para a importância de adesão a programas de educação ambiental.
- Desenvolver ações de informação/sensibilização sobre a fauna e flora local e a importância da preservação das mesmas.

Problemáticas

- Limitação da rede de recolha seletiva, ao nível dos ecopontos e oleões.
- Limitação da frequência de descarga dos ecopontos, no período de junho a setembro.
- Desinteresse de algumas pessoas na aplicação das regras de separação dos resíduos e correcta utilização dos ecopontos.



Resíduos urbanos e reciclagem



Desafios

- Sensibilizar a população para a separação dos lixos domésticos e depósito dos mesmos, de modo correto, nos ecopontos e outros contentores destinados à recolha selectiva.
- Promoção do alargamento da rede de recolha seletiva (ecopontos e oleões).
- Informar a população sobre o destino a dar a resíduos específicos como os resíduos elétricos e eletrónicos, informáticos, resíduos verdes, pilhas, lâmpadas, óleos

alimentares, resíduos têxteis entre outros.

- Pressionar a Entidade Gestora (Associação de Municípios do Planalto Beirão), concessionária do Serviço de recolha seletiva, em alta e baixa, no sentido de aumentar a frequência da descarga dos ecopontos no período de Verão.

Problemáticas

- Falta de cuidados da população em geral e dos pastores em particular na realização de queimadas.
- Falta de limpeza das zonas florestais, aumentando o risco de incêndios.
- Dificuldades de acesso a zonas de florestas situadas principalmente na encosta da Serra da Estrela.



Incêndios Florestais



Desafios

- Sensibilizar, responsabilizar e se necessário punir com as coimas previstas na lei os proprietários que não procedam à limpeza dos seus terrenos.
- Alertar a população que habita em meio rural para os riscos a que está sujeita ao não limpar as zonas envolventes.
- Manter transitáveis os caminhos de acesso às zonas florestais.
- Dotar os bombeiros voluntários do Concelho de conhecimentos, recursos humanos e técnicos, de forma a conseguirem combater os incêndios de forma mais eficaz.

IX-Economia Social

“O associativismo é uma das grandes forças sociais do Concelho de Gouveia...através deste movimento tem sido possível criar acções que permitem uma intervenção social activa e dinâmica.” (Dr. Álvaro Amaro)

O associativismo, enquanto forma de organização social, caracteriza-se, normalmente, pelo seu carácter de voluntariado, constituindo-se na reunião de vários indivíduos, em prol da satisfação das necessidades individuais humanas. A palavra associativismo designa, por um lado, a prática social da criação e gestão das associações (organizações providas de autonomia e de órgãos de gestão democrática) e, por outro lado, a apologia ou defesa dessa prática de associação, enquanto processo não lucrativo de livre organização de pessoas (os associados) para a obtenção de finalidades comuns.

São muitos os autores que afirmam que o associativismo é uma forma de união de povos e/ou comunidades que procuram, de forma economicamente desinteressada, alcançar um objetivo, com uma personalidade jurídica própria, conferida, no nosso caso, pela lei portuguesa.

Tal como a Constituição da República contempla, no seu artigo n.º 20 “*Toda a pessoa tem direito à liberdade de reunião e de associação pacífica*”. Então, podemos afirmar que o associativismo, enquanto movimento de união e desinteresse económico é um ato de liberdade e de opção para qualquer pessoa, que pode de livre vontade formar a sua própria associação.

Segundo o “Guia para o Associativismo” (2001) “*O associativismo é a expressão organizada da sociedade civil, apelando à responsabilização e intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social, e constitui um importante meio de exercer cidadania. Trata-se de um movimento no qual as pessoas se agrupam em torno de interesses comuns, constituindo associações, entidades com personalidade jurídica e com objectivos de interajuda e cooperação*”.

Enquanto forma privilegiada de intervenção da sociedade civil, o associativismo norteia-se pelos princípios da liberdade, da democracia e da solidariedade, uma vez que é através da livre adesão ou saída de uma associação, que o seu funcionamento se baseia na equidade entre os seus membros. A vida associativa pressupõe a participação de todos os associados, cujas ações devem resultar de uma congregação de esforços em que através da cooperação desinteressada se procura atingir os objetivos propostos por todos

os membros.

Ganhando cada vez mais expansão o movimento associativo é considerado uma mais-valia no desenvolvimento da sociedade, refletindo o comportamento social dominante nas próprias comunidades, sendo visto como uma forma de juntar interesses comuns e defender pontos de vista de forma global.

É inquestionável que as associações promovem a integração social e assumem um papel determinante na promoção da cultura, do desporto e da área social, substituindo a própria intervenção do Estado. Porém, há cada vez maiores dificuldades para levar as pessoas a participar na vida associativa. Trabalhar por “*carolice*” não é fácil e muitos não querem assumir responsabilidades. Exatamente por isto é importante realçar e valorizar todos os esforços no sentido de manter vivas as associações num contexto tão necessitado e carente como o Concelho de Gouveia.

O associativismo no Concelho de Gouveia terá decerto as suas raízes nas cooperações de base profissional e nas instituições assistenciais com cerca de cinco séculos de existência, de que são exemplo a Misericórdia de Gouveia e a Regência do Aljão, que em 1588 se transformou na Associação Popular de Gouveia.

Em relação ao fortalecimento da consciência social ao longo do século XIX e início do século XX, há diversas referências que surgem no Concelho de Gouveia com carácter de mutualismo social, musical e folclórico e, um pouco mais tarde, associações desportivas, recreativas e culturais. No entanto, foi sobretudo no último quarto do século XX, após o 25 de Abril, que as novas condições sociais proporcionaram o nascimento de múltiplas associações neste Concelho.

As diversas associações atualmente existentes no Concelho têm desempenhado um importante papel na valorização do património cultural e natural, na promoção do convívio e de festas, na aprendizagem da música, do teatro e de outras artes, na prática de diversos desportos, na ajuda aos mais carenciados, na criação de estruturas de apoio social, de saúde e educação junto de grupos com necessidades especiais, como é o caso das crianças e idosos, e no desenvolvimento da cidadania, de uma forma global. Assim, procuramos neste capítulo dar a conhecer essas estruturas locais de cultura, recreio e lazer.

1. Iniciativas Locais

O associativismo é uma das forças sociais do concelho, que permite uma dinâmica de aproximação entre as instituições, *possibilita a intervenção dos cidadãos em várias esferas da vida social, constituindo um importante meio de exercer a cidadania* e contribuir para o desenvolvimento social local.

O Concelho de Gouveia tem mais de 90 coletividades/associações que constituem um património insubstituível na dinâmica social das comunidades proporcionando-lhes o acesso à cultura, desporto, recreio e apoio social.

Várias são as iniciativas que no Concelho têm procurado impulsionar o Associativismo gouveense, entre as quais se destacam a dinamização anual da “Mostra Associativa de Gouveia”. Esta iniciativa pretende apoiar a promoção e divulgação das atividades desenvolvidas pelas várias instituições do Concelho, contribuindo para a valorização e preservação da cultura e identidade locais.

2. Equipamentos de Cultura, Recreio e Lazer

Quadro IX. 1 – Equipamentos de cultura e lazer

Localidade	Biblioteca Públicas	Salões de festas	Escola de música, dança e outras artes	Associação desportiva clube	Imprensa local	Rádio local
Aldeias da Serra	0	1	0	1	0	0
Arcozelo da Serra	1	1	1	1	0	0
Catavolos	1	1	1	1	0	0
Figueiró da Serra	0	1	0	1	0	0
Folgosinho	0	1	0	1	0	0
Freixo da Serra	0	0	0	0	0	0
Gouveia	1	3	5	4	1	1
Lagarinhos	0	0	0	1	0	0
Mangualde da Serra	0	1	0	0	0	0
Melo	0	0	0	1	0	0
Moimenta da Serra	0	1	1	2	0	0
Nabais	0	1	0	0	0	0
Nespereira	1	1	1	1	0	0
Paços da Serra	0	1	1	1	0	0
Ribamondego	0	1	0	1	0	0
Rio Torto	1	0	1	1	0	0
S. Paio	1	2	1	1	0	0
V. Cortês da Serra	0	1	0	1	0	0

Vila Franca da Serra	0	1	0	0	0	0
V. N. Tazem	1	3	2	1	0	0
Vinhó	0	1	1	1	0	0

Fonte: Juntas de Freguesia do Concelho de Gouveia

Quadro IX. 2 – Equipamentos desportivos

Localidade	Piscina coberta ou descoberta	Pavilhão desportivo polivalente	Grande campo de jogos (> 90 x 45 m)	Pequeno campo de jogos (excluindo ténis)	Campo de ténis	Circuito de manutenção
Aldeias da Serra	1	0	0	1	0	0
Arcozelo da Serra	1	0	1	1	0	0
Cativelos	1	0	2	3	1	2
Figueiró da Serra	0	0	1	1	0	0
Folgosinho	1	0	1	1	0	0
Freixo da Serra	0	0	1	0	0	0
Lagarinhos	0	0	0	1	0	0
Mangualde da Serra	0	0	1	0	0	0
Melo	1	0	1	2	0	0
Moimenta da Serra	1	0	1	2	0	0
Nabais	0	0	0	1	0	0
Nespereira	0	0	1	1	0	0
Paços da Serra	0	1	1	1	0	0
Ribamondego	0	0	1	1	0	0
Rio Torto	0	0	1	1	0	0
S. Julião	3	1	1	0	2	0
S. Paio	0	1	1	1	0	0
S. Pedro	0	0	0	1	0	0
V. Cortês da Serra	0	0	1	1	0	0
Vila Franca da Serra	0	0	1	1	0	0
V. N. Tazem	1	1	1	2	0	0
Vinhó	1	0	1	1	0	1

Fonte: Juntas de Freguesia do Concelho de Gouveia

3. Estruturas Locais de Cultura, Recreio e Lazer

Quadro IX. 3 – Estruturas locais de cultura, recreio e lazer

<p>Agrícolas, Florestais e Ambientais</p>	<p>ADAG – Associação Distrital dos Agricultores da Guarda AASE – Associação dos Apicultores do Parque Natural da Serra da Estrela URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela CERVAS – Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens</p>
<p>Caça e Pesca</p>	<p>Associação de Caça e Pesca Arco do Mondego Associação de Caça e Pesca Beira Sul Mondego Associação de Caçadores e Pescadores de Cativelos Clube de Caça e Pesca de Folgosinho Clube de Caça e Pesca de Lagarinhos Clube Caça e Pesca de S. Paio Clube de Caça e Pesca de Vila Cortes da Serra e Freixo Clube de Caça e Pesca de Vila Franca da Serra Associação de Caça de Moimenta da Serra</p>
<p>Corais</p>	<p>Mondeguinho - Grupo de Cantares Populares de Cativelos Coral de S. Pedro Grupo de Cantares de S. Paio Orfeão da Santa Casa da Misericórdia de Gouveia</p>
<p>Desenvolvimento Local</p>	<p>Associação Comercial de Gouveia, Seia e Fornos de Algodres PNSE – Parque Natural da Serra da Estrela ADIRArcozelo ADG – Associação de Desenvolvimento de Gouveia ADRUSE – Associação Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela ADRUSPA – Associação de Desenvolvimento Rural de S. Paio LICRASE – Liga dos Criadores e Amigos do Cão Serra da Estrela Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Gouveia APROSE – Associação de Pastores e Produtores de Queijo da Serra da Estrela do Concelho de Gouveia</p>

Desportivas	<p>Associação Gaudella – Escola de Desporto de Gouveia Associação Recreativa e Desportiva de Nespereira Cativelos Sport Clube Centro Hípico de Gouveia Clube de Futebol “Os Vilanovenses” Clube Desportivo de Gouveia Clube Desportivo e Recreativo da ABPG Clube Desportivo Popular Aldeense Gouvicampo – Clube de Campo de Gouveia Grupo Desportivo “Os Serranos” Núcleo de Desporto e Cultura de Gouveia Grupo Desportivo “Os Hermínios” Sporting Clube da Sociedade Instrução e Recreio de Paços da Serra Sporting Clube de Vinhó União Futebol Clube de Arcozelo da Serra</p>
Folclóricas	<p>Rancho Folclórico Cancioneiro de Folgosinho Rancho Folclórico da Casa do Povo de Nespereira Rancho Folclórico de Gouveia Rancho Folclórico de Vila Nova de Tazem Rancho Folclórico de Vinhó</p>
Musicais	<p>Associação Cultural Recreativa da Banda Filarmónica de Vila Nova de Tazem Associação da Orquestra Ligeira de Gouveia Associação Musical Sampaense Filarmónica Amizade de Arcozelo da Serra Filarmónica Gratidão Riotortense Sociedade Recreativa e Musical de Moimenta da Serra Sociedade Instrução e Recreio de Paços da Serra Sociedade Musical Gouveense “Pedro Amaral Botto Machado” EMG – Escola de Musica de Gouveia - Associação Cultural do Centro Escola de Música de Nespereira</p>

<p>Recreativas e Culturais</p>	<p>“Os Bigodes” Associação Recreativa Associação Cultural Desportiva Aldeense Associação Cultural Mário Gomes Figueira Associação de Coleccionismo de Gouveia Associação Recreativa da Póvoa da Rainha AssociaSão Julião CAJ – Centro de Animação Juvenil de Vila Nova de Tazem Casa do Benfica de Gouveia Casa do Povo de Nespereira Associação Cultural Centro Cultural e Recreativo de Tazem Centro de Cultura e Desporto de Gouveia Centro de Desporto e Cultura de Vila Nova de Tazem Clube Camões Escola Velha Teatro de Gouveia Liga de Amigos de Cativeiros Centro Recreativo Cativeiroense</p>
<p>Sociais</p>	<p>Abrigo da Sagrada Família Associação dos Amigos de Nespereira Associação de Beneficência Cultural e Recreativa de Melo Associação de Beneficência Cultural e Recreativa da Freguesia de Lagarinhos Associação de Beneficência Popular de Gouveia Associação de Voluntários de Acção Social de Vila Cortes da Serra Associação Lar de Folgoso Associação Reencontro Caritas Paroquial de Gouveia Casa do Povo de Vila Nova de Tazem – Creche/ Jardim Infantil Centro de Assistência e Cultura de Vila Franca da Serra Centro de Assistência, Cultural e Recreio de Arcozelo da Serra Centro de Assistência, Cultura e Recreio de Paços da Serra Centro Social e Paroquial de Nabais Centro Social e Paroquial Nossa Senhora da Assunção, Vila Nova de Tazem Centro Social e Paroquial de Vinhó Comissão de Melhoramentos de Freixo da Serra “Lar Nossa Senhora do Ó” Comissão de Melhoramentos de Figueiró da Serra Fundação “A Nossa Casa” Fundação D. Laura dos Santos Grupo Pró-Vilanovenses Liga de Amigos de Rio Torto Liga de Promoção Humanitária e Cultural de S. Paio Liga dos Amigos de Ribamondego Liga Humanitária Social e Cultural das Aldeias Santa Casa da Misericórdia de Gouveia GAF – Grupo Aprender em Festa</p>

<p>Voluntariado</p>	<p>Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Folgosinho Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melo Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Tazem Bombeiros Voluntários de Gouveia</p>
<p>Comunicação Social</p>	<p>Notícias de Gouveia Antena Livre de Gouveia</p>
<p>Bibliotecas, Museus e outros espaços culturais</p>	<p>Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira Biblioteca Dr. Sílvio Henriques Biblioteca do Centro Recreativo Cativeense Biblioteca da Junta de Freguesia de Freixo da Serra Biblioteca da Junta de Freguesia de Rio Torto Biblioteca Paulo Bravio, Vila Nova de Tazem Biblioteca Popular de S. Paio Museu Municipal Abel Manta Museu da Miniatura Automóvel Museu de Arte Sacra e Museu Rural de Figueiró da Serra Museu Dr. Padre Jorge Gouveia Museu Etnológico de Melo Museu e Biblioteca da Fundação D. Laura dos Santos Museu de Arte Sacra de Vinhó Museu dos Rádios Museu dos Rádios, Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Tazem Museu Etnográfico do Rancho Folclórico de Vila Nova de Tazem Museu Paroquial e de Arte Sacra, Vila Nova de Tazem Núcleo Museológico e Etnográfico do Rancho Folclórico da Casa do Povo de Nespereira. Espaço Arte e Memória Galerias João Abel Manta</p>

Fonte: Juntas de Freguesia do Concelho

Economia social - Problemas e Desafios Identificados

Problemáticas

- Falta de articulação e estabelecimento de parcerias efetivas entre as diferentes associações e outras entidades.
- Falta de ações de marketing social das associações.
- Falta de formação de alguns dos dirigentes associativos face às novas exigências das associações.



Conhecimento e funcionamento das associações



Desafios

- Promover no Concelho espaços de troca de conhecimento e experiências entre as associações.
- Incentivar as associações a desenvolver ações de marketing social, como forma de divulgação das suas atividades/ valências.
- Corresponsabilizar as associações no planeamento, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento Social.
- Implementar ações formativas que permitam aos dirigentes associativos adquirir competências de gestão face aos novos desafios das associações.

Bibliografia

Idález, M. J. A. & Egg, E. A. (2007). *Diagnóstico Social: conceitos e metodologias*. Rede Europeia Anti-Pobreza

Gomes, M. & Simões, F. (2007). *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. Lisboa: ANQ.

Instituto de Desenvolvimento Social (2001). *Programa Rede Social*, Lisboa: IDS, Núcleo da Rede Social.

Instituto Nacional de Estatística (2003). *Anuário Estatístico da Região Centro*. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2001). *Resultados Definitivos dos Censos*. Lisboa.

Instituto Nacional de Estatística (2009). *Estimativas da população residente em 31/XII/2008, por sexo e grandes grupos etários, NUTS I, II e III (NUTS 2002) e Municípios*. Lisboa.

Instituto da Vinha e do Vinho (2008). *Anuário Vinhos e Aguardentes de Portugal*. Lisboa

Observatório Português dos Sistemas de Saúde (2009). *Relatório de Primavera 2009*. Lisboa.

Projecto GED (2009). *Estudo de Caracterização do Tecido Empresarial de Gouveia*. Gouveia.

Rede Social e Conselho Local de Acção Social de Gouveia (2012-2014). *Plano de Desenvolvimento Social*. Gouveia.

Legislação

Constituição da República Portuguesa de 1976

Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Diário da República n.º 204/1999, I-A Série.
Assembleia da República

Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de Julho. Diário da República n.º 165/76 – I Série.
Presidência do Conselho de Ministros.

Decreto-Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio. Diário da República n.º 117/03 - I Série.
Assembleia da República.

Decreto-Lei n.º 124/2006, de 14 de janeiro. Diário da República n.º 123/2006, I-A
Série. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Decreto-Lei n.º 101/2006, de 6 de Junho. Diário da República n.º 106/06 - I Série.
Ministério da Saúde.

Decreto-Lei n.º 115/2006 de 14 de Junho. Diário da República n.º 114/06 - I-A Série.
Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Decreto-Lei n.º 28/2008 de 22 de Fevereiro. Diário da República n.º 38/08 - I Série.
Ministério da Saúde

Decreto-Lei n.º 267/ 2009 de 29 de Setembro. Diário da República n.º 189/09 - I Série.
Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento
Regional.

Decreto-Lei n.º 133/2012, de 27 de Junho. Diário da República n.º 123/12 - I Série.
Ministério da Solidariedade e da Segurança Social

Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho. Diário da República n.º 129/2018 – I Série.
Ministério da Educação. Presidência do Conselho de Ministros

Despacho n.º 1810/2004 (2.ª Série), de 27 de Janeiro de 2004. Diário da República n.º 22/04 – I Série. Ministério da Segurança Social e do Trabalho

Despacho n.º 12154/2013 (2ª série), de 24 de setembro de 2013. Diário da República n.º 184 – II Série. Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social